Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL)

EDITE PRATES SOUZA

TERRITÓRIO E AGROECOLOGIA:
A EXTENSÃO RURAL COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

SÃO PAULO
2016

EDITE PRATES SOUZA

TERRITÓRIO E AGROECOLOGIA:
A EXTENSÃO RURAL COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração "Desenvolvimento Territorial", na linha de pesquisa "Ambiente, sustentabilidade e território".
Orientador: Prof. Dr. Clifford Andrew Welch.

SÃO PAULO

2016

Souza, Edite Prates.
S729 Território e agroecologia : a extensão rural como agente de transformação / Edite Prates Souza. – São Paulo, 2016.
162 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Clifford Andrew Welch.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Comunidades agrícolas – São Paulo (Estado). 4. Brasil – Desenvolvimento rural – Aspectos sociais. 5. Assentamentos rurais. 6. Ecologia agrícola. 7. Assentamento Libertação Camponesa (Ortigueira, PR) . I. Título.

CDD 301.350981

EDITE PRATES SOUZA

TERRITÓRIO E AGROECOLOGIA:
A EXTENSÃO RURAL COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração "Desenvolvimento Territorial", na linha de pesquisa "Ambiente, sustentabilidade e território".
Orientador: Prof. Dr. Clifford Andrew Welch.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch (Universidade Estadual Paulista "Júlio De Mesquita Filho")

_____

Prof.ª Dr.ª Mirian Claudia Lourenção Simonetti (FFC/UNESP/Marília-SP/UNESP)

_____

Prof. Dr. Julian Perez Cassarino (Departamento de Geografia/Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS)

São Paulo, 19 de fevereiro de 2016.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que fizeram desta jornada algo especial e possível de ser realizada: algumas, de longa data e, outras, que se incorporaram no meio da caminhada:

Agradeço ao Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que me proporcionou a oportunidade de seguir na busca do conhecimento e por me ensinar na trajetória de luta que “O conhecimento Liberta” (José Martí).

A Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF – que nos proporcionou momentos de mística, discussão e reflexão. Desta escola fica o aprendizado, que trabalho e estudo andam juntos, teoria e práxis não deve ser apenas pronúncia, deve ser ação, atitude, compromisso.

À minha mãe, Anizia Prates Souza, que apesar de sua perda se mantém viva em mim, dando força e inspiração de vida. À minha filha Janaína Souza, que teve a paciência de suportar a distância e a saudade durante o tempo que fiquei ausente de casa.

À meu amado e companheiro Edinei Batista, que não se hesitou em ajudar nos momentos que mais precisei, além de estar junto nas tomadas de decisões mais difíceis. A gente constrói todos os dias, nossos sentimentos de amor e esperanças, de um mundo melhor. Obrigada por não me deixar desistir e lutar sempre!

De maneira muito especial agradeço a Simone Silva Pereira, pela amizade, companheirismo e por ser a pessoa que mais me aconselhou a continuar estudando, mostrando sempre, que os obstáculos e as barreiras são apenas detalhes na vida de quem acredita que o amanhã será melhor.

Ao camarada e orientador, Prof. Dr. Clifford Andrew Welch, pela acolhida como sua orientanda do mestrado. Apesar da distância, nunca deixou de me orientar quando procurado.

Aos companheiros e companheiras, latino-americanos, que fazem parte da turma José Mariátegui. A certeza que a coletividade supera os obstáculos e torna possível o impossível é um legado que carregarei desta turma, que sempre manteve o espírito da coletividade como principal atributo nas tomadas de decisões.

A todos os professores e professoras, que ministraram as disciplinas, contribuindo diretamente na minha formação política ideológica.

À equipe de Assistência Técnica da Fundação Terra. O caminho se constrói ao caminhar. E com este sentimento que me recordarei de todos e todas que trabalhei nos assentamentos.

A todas as famílias do Assentamento Libertação Camponesa, que me acolheram para realização dos trabalhos, do Residência Agrária e do mestrado. A todas estas famílias fica a certeza que a luta para resistir na Terra conquistada é um desafio constante, o importante é nunca desistir.

A toda equipe do IPPRI, que forneceu as informações, sempre que solicitado. Em especial ao Jeferson.

A UNESP, que com a equipe de professores comprometidos com as causas sociais tornou possível a entrada de camponeses e camponesas na universidade.

A todos aqueles e aquelas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho meu muito Obrigado!!!!!!

É chegado o tempo em que uma nova Geografia pode ser criada, porque o homem começa, um pouco em toda parte, reconhecer no espaço trabalhado por ele uma causa de tantos males que afligem no mundo atual.

Milton Santos

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir a implantação do projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos assentamentos de reforma agrária no estado do Paraná, a partir das atividades realizadas no Assentamento Libertação Camponesa, localizado no município de Ortigueira/PR, pela Fundação Terra no período de 2013 a 2015. Verificou-se a capacidade destas ações na construção de assistência técnica para as famílias assentadas, suas contradições, potencialidades e impedimentos, ao desenvolver estratégias de desenvolvimento para o campo, sob a perspectiva da ciência agroecológica. Orientada sob as mesmas diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a implantação da ATER no Paraná, coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir do novo marco institucional da política pública de Ater, estabelece um campo favorável de diálogo e reflexão sobre as concepções e as práticas extensionistas difusionistas predominante ao longo da modernização da agricultura, e os desafios atuais, desta nova política de extensão baseada no desenvolvimento sustentável. Dessa forma, é importante ressaltar que a temática da Extensão Rural tem estado em permanente discussão na academia, entre os formuladores de políticas públicas, organizações e movimentos sociais do campo. Bem como, nos debates gerados pela pesquisa de campo, que envolve dinâmica de comunicação, experiências de campo a partir dos serviços da ATER no assentamento Libertação Camponesa e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, em especial, ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para agricultura.

Palavras-chaves: Extensão rural. Agroecologia. Territórios. Assentamentos de Reforma Agrária.

ABSTRACT

This study analyzes the implementation of projects by the Rural Extension Technical Assistance Program (ATER) in agrarian reform settlements in the state of Paraná, Brazil. It is based on a case study of activities carried out by the Land Foundation on the Peasant Liberation Settlement in the municipality of Ortigueira, Paraná, from 2013 to 2015. It was the task of a team of agronomists and technicians to develop development strategies from the perspective of agro-ecological science to try to transform the agricultural practices of settled families, accumulating knowledge about implementation impediments and potentials. Oriented on the same guidelines of the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), the implementation of ATER in Paraná, coordinated by National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) from the new institutional framework of public policy ATER, establishing favorable field of dialogue and reflection on the conceptions and practices prevailing among extension agents along the agricultural modernization, and current challenges, this new extension policy based on sustainable development. Thus, it is important to note that the theme of Rural Extension has been in ongoing discussion in academia, among policy makers, organizations and rural social movements. And, in the debates generated by research involving dynamic communication, field experience and diverse knowledge, essential for rural development in the broad sense and, in particular, the development of sustainable technologies for agriculture.

Keywords: Rural Extension. Agroecology. Territories. Land Reform Settlements.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo discutir la implementación del Proyecto de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) en los asentamientos de la reforma agraria en el estado del Paraná, a partir de las actividades llevadas a cabo en el Assentamento Libertação Camponesa, que se encuentra en el municipio de Ortigueira/PR, por la Fundação Terra en el período de 2013 a 2015. Fue la capacidad de estas acciones en el edificio de servicios para las familias reasentadas, sus contradicciones, y los posibles impedimentos para las estrategias de crecimiento en el campo, desde la perspectiva de la ciencia agroecológica. Orientada en las mismas directrices de la Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural (PNATER), la aplicación de ATER en Paraná, coordinados por el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA), a partir del nuevo marco institucional de la política pública ATER el establecimiento de campo propicio para el diálogo y la reflexión sobre las concepciones y prácticas de la extensión difusionistas predominante a lo largo de la modernización de la agricultura, y los retos actuales, de la nueva política de extensión basado en el desarrollo sostenible. Por lo tanto, es importante tener en cuenta que el tema de Extensión Rural ha estado en discusión constante en el mundo académico, entre los responsables políticos, organizaciones y movimientos sociales en el campo. Así como los debates generados por la investigación de campo, lo que implica una comunicación dinámica, experiencias de campo de los servicios de ATER en el Assentamento Libertação Camponesa y diversos conocimientos esenciales para el desarrollo rural en el sentido amplio y, en particular, el desarrollo de tecnologías sostenibles para la agricultura.

Palabras clave: Extensión Rural. Agroecología. Territorios. Asentamientos de Reforma Agraria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de localização do Assentamento Libertação Camponesa..... 17
Figura 02 – Croqui do Assentamento Libertação Camponesa..... 82
Figura 03 – Mapa da área geográfica dos lotes de Ater no Paraná..... 107
Figura 04 – Seminário de apresentação institucional de Ater (2015) em Ortigueira/PR..... 108
Figura 05 – Seminário de Planejamento de Ater ano 2015 – Assentamento Libertação Camponesa, comunidade Cozinhador..... 109
Figura 06 – Seminário Planejamento de Ater ano 2015 – Assentamento Libertação Camponesa, comunidade Sede..... 109
Figura 07 – Visita à unidade de produção familiar do senhor Damião – orientações sobre controle de oídio e míldio da uva..... 110
Figura 08 – Visita a UPF do senhor José Naves..... 111
Figura 09 – Visita a UPF da senhora Iolanda..... 111
Figura 10 – Oficina de produção de caldas para controle biológico de insetos e doenças em hortaliças..... 112
Figura 11 – Oficina de produção de proteção de nascente realizada, assentamento Libertação camponesa – Ortigueira/PR..... 113
Figura 12 – Curso sobre agrotóxicos para estudantes do 1º ano, ensino fundamental, do Colégio Estadual Izais Rafael no Assentamento Libertação Camponesa – Ortigueira/PR..... 114
Figura 13 – Curso criação e certificação de pequenas agroindústrias de produtos de origem animal e vegetal no C. E. Izais Rafael no Assentamento Libertação Camponesa – Ortigueira/PR..... 114
Figura 14 – Unidade demonstrativa de produção de Olerícolas agroecológicas. Assentamento Libertação Camponesa – Solange lote 06..... 115
Figura 15 – Implantação da Unidade Demonstrativa de produção de morango Orgânico – Assentamento Libertação Camponesa – José Lorenço..... 116
Figura 16 – Implantação da Unidade Demonstrativa de produção de leite a

pasto – Assentamento Libertação Camponesa – José Naves..... 116
Figura 17 – Intercambio – sistema de produção em mandala. Tecnologias alternativas para produção de hortaliças, ervas medicinais e aves caipiras..... 118
Figura 18 – Reunião – comunidade Cozinhador – Assentamento Libertação camponesa..... 119
Figura 19 – Reunião de liderança do assentamento libertação camponesa com prefeita de Ortigueira..... 119
Figura 20 – Dia de campo sobre práticas e manejo de bovinocultura de leite com veterinário e assentados Davi, lote 198, assentamento Libertação Camponesa..... 120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural ACAR – Associações de Crédito e Assistência Rural
Acaresc	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACAR-MG	Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
Acarpa	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
AFA	Associação dos Funcionários da Acarpa
AIA	American International Association Ancar
Ascar	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CNDR	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Contag	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única de Trabalhadores
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER-MG	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMATER-PR	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
GERA	Grupo Executivo da Reforma Agrária
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SICON	Sistema de Informações do Congresso Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 15

2 BREVE HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL NO ESTADO PARANÁ A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O CONFLITO PELA TERRA..... 24

2.1 A territorialização do modo de produção capitalista no campo no Paraná..... 24

2.2 A extensão rural na territorialização das políticas desenvolvimentistas..... 34

2.2.1 A extensão rural no Paraná: ação extensionista oficial no Paraná..... 41

3 A NOVA ATER PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UMA CONSTRUÇÃO EM CURSO NO ESTADO DO PARANÁ..... 51

3.1 Política nacional de assistência técnica e extensão rural..... 52

3.1.1 Os sujeitos sociais da “nova” Ater..... 61

3.2 O paradigma agroecológico: contraponto e alternativa..... 65

3.3 Intervenção de caráter educativo e transformador: o papel do técnico como agente portador do projeto alternativo para Agricultura camponesa..... 69

3.4 O lugar da formação na ação de extensão rural oficial..... 74

4 O ASSENTAMENTO COMO TERRITÓRIO DE COSTRUÇÂO DE RESISTÊNCIA E RUPTURA DA MATRIZ TECNOLÓGICA..... 80

4.1 A busca pela terra de trabalho: a conquista do território do Assentamento Libertação Camponesa..... 81

4.2 Caracterização do território: organização socioeconômica e ambiental do Assentamento Libertação Camponesa..... 86

4.3 A produção e a agroecologia como perspectiva no território conquistado..... 91

5 A ATUAÇÃO DA ATER NO ASSENTAMENTO LIBERTAÇÃO CAMPONESA..... 105

5.1 O desenho metodológico e as metas do projeto de ATER para o Assentamento Libertação Camponesa..... 106

5.2 A incapacidade dos instrumentos para assegurar o idealizado..... 125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 131
REFERÊNCIAS…….. 136
APÊNDICE A – ENTREVISTAS COM A COORDENAÇÃO TÉCNICA DE ATER – INCRA-PR..... 151
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO TÉCNICA DE ATER – FUNDAÇÃO TERRA..... 153
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM DIRIGENTE DO MST E VIA CAMPESINA..... 157
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIOS EQUIPE TÉCNICA DE ATER..... 159
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIOS FAMÍLIAS PESQUISADAS – ASSENTAMENTO LIBERTAÇÃO CAMPONESA..... 160

1 INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa é parte da minha trajetória de vida, enquanto filha de camponeses, engenheira agrônoma e militante social, que movida pela inquietude profissional, pela conflitualidade que cerca a história de desenvolvimento da agricultura e extensão rural no Brasil, encontrei nesta pesquisa a possibilidade de apreender, dialogar e avaliar o processo que tem se estabelecido a partir da constituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que demarca um novo capítulo na história da assistência técnica e extensão rural brasileira.

Neste contexto, é importante ressaltar que o tema da Extensão Rural tem estado em permanente discussão, tanto na academia quanto entre os formuladores de políticas públicas, organizações e movimentos sociais do campo. Além ainda, da crescente discussão entre extensionistas para academia, gerada pela pesquisa que envolve a dinâmica de comunicação, experiências de campo e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, em especial, ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para agricultura.

Para tanto, se faz necessário caracterizar a territorialização do modo de produção capitalista na agricultura e as vertentes teóricas que delimitavam em termos de concepção e metodologias desenvolvidas na assistência técnica e extensão rural, desde sua origem. Neste estudo, buscou-se enfatizar o período do pós-guerra, momento caracterizado pelo processo de transferência de tecnologias e conhecimentos, condição fundamentada no discurso de intervenção para desenvolvimento rural. Fenômeno este extensamente estudado e conhecido como Revolução Verde, considerada como a base técnica do processo de modernização da agricultura nos países periféricos.

Também, trilhamos um caminho de exame das atuais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar[1] camponesa[2], analisando suas pretensões de

[1] Corresponde a forma de organização de produção em que a família è ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades. Essa condição imprime especificidade à forma de gestão do estabelecimento, por que referencia racionalidades sociais compatíveis o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos. (NEVES, 2012, p.33).

[2] Agricultura camponesa è o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida da tal maneira que não diferencia o universo dos que decidem sobre alocação do trabalho dos que apropriam do resultado dessa Locação. (CARVALHO, apud COSTA, 2012, p. 26).

fortalecimento da sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural das populações do campo. Com atenção especial aos desafios de construção de uma assistência técnica e extensão rural baseadas em novos padrões de desenvolvimento, como perspectiva de transformação das relações atuais.

Dessa forma, minha relação com o objeto desta pesquisa se constitui para além da formulação teórica, mas, sobretudo, estar amparada na experiência, no sentido concreto da vida, na formação e atuação profissional junto às organizações e movimentos sociais do campo, momentos marcados por contextos e subjetividades envolvidas.

Assim a minha trajetória de vida, tem me levado a aprofundar os estudos sobre o papel histórico da extensão rural, e também atuar e aprimorar os conhecimentos. Contudo, para além de atuar e aprimorar, contribuir na qualificação teórica e técnica da prática dos diversos camponeses dos assentamentos, comungando dos sonhos de tirar da terra conquistada a subsistência e todas as condições necessárias para se viver com qualidade.

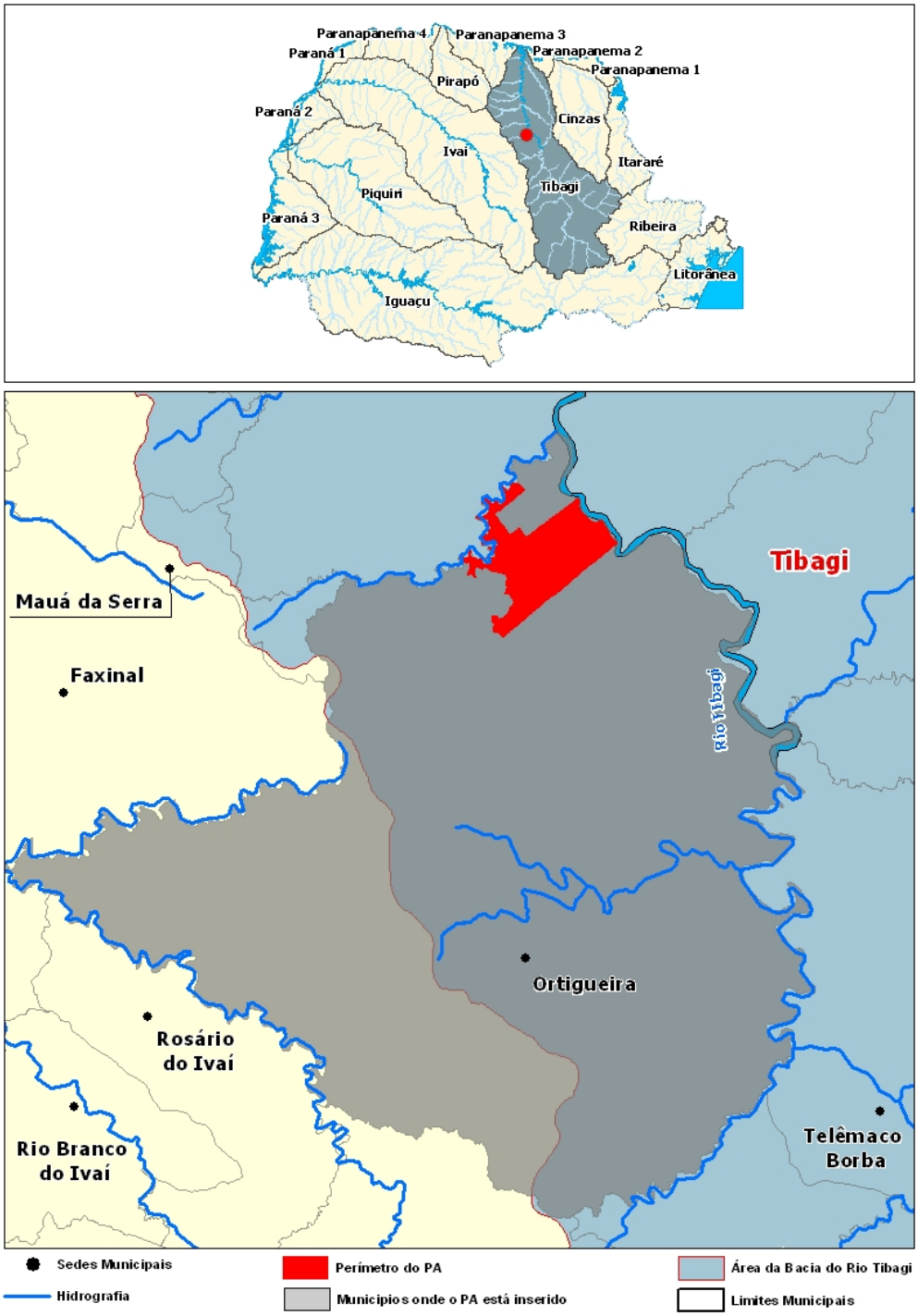
Minhas experiências nos últimos anos têm-se voltado para os serviços de assistência técnica, primeiro em Minas Gerais na coordenação técnica de equipe da Associação Estadual de Cooperação Agrícola de Minas Gerais (AESCA), programa da ATES para os assentamentos. Depois na coordenação técnica de equipe de ATER, da Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (ACACE), e por último, como técnica de campo da Fundação Terra no Paraná.

Dito isto, destacamos a participação no Mestrado em Geografia e toda vivência que o compõe: disciplinas, leituras, seminários temáticos, aprofundamentos e vivência no território da pesquisa. Estes elementos foram dando consistência à proposta deste trabalho e sua sistematização, possibilitando diálogo entre as perspectivas teóricas de alguns autores e o projeto sonhado e praticado das famílias assentadas. Reconhecemos neste processo, o programa Residência Agrária, fundamental para a realização da pesquisa de campo no assentamento Libertação Camponesa.

Deste modo, o objetivo desta pesquisa, não é fazer uma avaliação da “nova” politica pública de Ater, mas discutir as contradições, encontros e desencontros deste processo e sua capacidade de ações transformadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural desenvolvidas para as famílias do Assentamento Libertação Camponesa, localizado no município de Ortigueira/PR, durante o período de 2013 a

2015, através da Fundação Terra. A localização do assentamento pode ser visualizada no mapa abaixo, assim como o município no qual se encontra.

Figura 01 – Mapa de localização do Assentamento Libertação Camponesa



Fonte: Projeto Básico Ambiental (PBA, 2013, p.21).

Procura-se verificar os descompassos desta proposta de assistência técnica pensada para os assentamentos e fundamentada nos princípios agroecológicos,

importante ferramenta para contrapor o atual modelo de desenvolvimento da agricultura do capital, suas potencialidades, bem como impedimentos, ao desenvolver estratégias de desenvolvimento rural sustentável nestes territórios.

Assim, os suportes teóricos de análise desta pesquisa, a construção do espaço, as relações estabelecidas no território que possibilitaram a construção da política pública, têm, nas famílias camponesas e nos agentes de ATER, os portadores de uma ação capaz de materializar um projeto tecnológico sustentável para agricultura camponesa. Nesse sentido, as dificuldades, desafios e conquistas do processo de transição da agricultura convencional para agroecologia e suas perspectivas econômicas, geográficas, culturais e políticas são questões primordiais para se compreender e atuar a partir das práticas de construção de ruptura com o modelo hegemônico, baseados em inovações tecnológicas e paradigmas que fortalecem a questão agrária na perspectiva dos camponeses.

Para dar conta do objetivo proposto nesta pesquisa, procuramos identificar as principais concepções teóricas de alguns autores e a prática e discussões dos agentes técnicos (as), coordenadores de Ater, ligados à empresa de assessoria técnica e governo, liderança do movimento camponês e famílias assentadas. Assim, o percurso estabelecido para fundamentação teórica vem de autores que construíram sua análise da realidade na perspectiva de um desenvolvimento sob o olhar dos trabalhadores, em contraposição às leis fundamentais do sistema capitalista de produção, entre eles: Freire (1977), Poulantzas (1977), Ariovaldo Oliveira (1984), Fernandes (2000), Harvey (2004), Milton Santos (2008), Theodoro et al. (2009), Caporal (1991, 2009), Altieri (2012), Sauer e Balestro (2013), Guzmán (2013), Stédile (2013), Machado e Filho (2014). Para cumprir com o objetivo de aprofundar o estudo sobre as políticas públicas de ATER no Paraná, foi realizada análise documental, analisando as leis, decretos e normativas que regem a PNATER.

Ademais dos estudos realizados na base da pesquisa, foram importantes os exames dos relatórios de campo, resultado dos trabalhos desenvolvidos nas ações da Ater de janeiro de 2014 a junho de 2015. Cursos, oficinas, reuniões, intercâmbios, unidade de produção agroecológica e seminários de planejamento e avaliação, estão entre os materiais sistematizados, que possibilitaram uma rica interpretação e análise sobre a dinâmica de trabalho na realidade do assentamento. Considerando ainda, que o estudo se apresenta como algo que encontra-se em

construção, um constante movimento, o que me exigiu uma habilidade para filtrar a diversidade de informações produzidas, avaliando o montante de metas estabelecidas no Projeto Básico alvo de estudo desta pesquisa.

A aplicação de técnicas metodológicas busca informações quantitativas e qualitativas na perspectiva de estabelecer uma leitura mais direta sobre a análise, é possível conhecer e construir depoimentos sobre a realidade pesquisada. Exemplo disso são as opiniões dos sujeitos sociais em relação ao papel, desafios, limites e problemas enfrentados na implantação desta nova proposta de assistência técnica e extensão rural como portadora de uma matriz de produção agroecológica e as estratégias de resistência. Suas opiniões constituem um valioso auxílio metodológico para a elaboração de estratégias de intervenção contextualizadas e potencialmente transformadoras.

Na pesquisa de campo utilizou-se de roteiros estruturados e semiestruturados, direcionados às famílias pesquisadas, sendo divididos em duas partes: a primeira trata de diagnosticar a propriedade e o entrevistado (a), origem e composição da família e da infraestrutura existente na e em torno da propriedade. Já na segunda parte, foram abordados temas relacionados a conhecimentos gerais e concepções das famílias pesquisadas como: conceitos da assistência técnica e extensão rural e agroecologia.

A escolha das famílias foi feita por comunidade, de maneira que pudéssemos obter uma representatividade de todo território, que é organizado em oito comunidades. Assim compuseram esse universo: cinco famílias do Cozinhador, cinco da Sede, 4 da Duas Casinhas, 3 da Água Branca, 3 da Serra dos Pinhais, 4 da Mangueira, 3 da Santa Paula e 3 da Serra do Laranjal. Foram entrevistadas, oficialmente, 25 famílias com falas transcritas e em 5 foram realizadas visitas conversadas, registradas em caderno de campo, somando então, um total de 30 famílias assentadas participantes desta pesquisa. Observa-se que a diferença do número de família de uma comunidade para outra, está no fato da disponibilidade de tempo em participar da pesquisa.

A aplicação dos roteiros foi realizado durante a semana de 8 a 12 de junho e 15 a 19 de junho de 2014. Nestas semanas, a pesquisadora ficou hospedada nas residências das famílias, e pela distância de uma comunidade a outra, o deslocamento foi realizado junto com os técnicos que desenvolvem os trabalhos de assessoria técnica às famílias do assentamento.

É importante destacar que os momentos de vivência com as famílias proporcionaram a construção de histórias orais, que se revelou como ferramenta estratégica para melhor compreensão das suas realidades de vida, antes e depois da conquista da terra. O que possibilitou recolher, neste processo, informações que expressam sentimentos de experiências vividas em um tempo de muita luta e esperança de construir dias melhores.

Outro recurso metodológico empregado foram os roteiros semiestruturados e observação in loco, possibilitando captar questões previamente formuladas. Também foi possível, no desabrochar da pesquisa, principalmente na vivência dos serviços de Ater, abordar livremente assuntos relacionados ao tema sempre que possível e oportuno. Importante destacar a utilização do caderno de campo, ferramenta fundamental em momentos de vivências, visitas às unidades de produção familiar e registro das atividades coletivas realizadas pela Ater, dentro e fora do assentamento.

A organização metodológica da pesquisa se dividiu em dois momentos, primeiro no assentamento através de visitas aos lotes e vivência com as famílias pesquisadas. E, no segundo momento, a participação direta nos trabalhos da equipe de Ater, como reuniões internas e externas, cursos, intercâmbios, oficinas, implantação de unidades demonstrativa, dias de campo e seminários de planejamentos e avaliação com lideranças dos 26 assentamentos assistidos pela Fundação Terra, equipe de ATER e INCRA. Outra técnica utilizada neste processo foi o registro fotográfico utilizado para contribuir para a compreensão das alterações provocadas pelo objeto sobre a organização do espaço, assim como a visualização da paisagem no território.

As entrevistas foram aplicadas com todos os envolvidos no processo de construção desta nova proposta de Ater e que participaram ativamente na execução do projeto de Ater. Sendo estes divididos em nove profissionais da equipe de Ater: seis técnicos agropecuária/agrícola, uma assistente social, um veterinário e uma agrônoma, um coordenador da equipe da Fundação Terra, um coordenador dos serviços técnicos de Ater INCRA-PR e um representante da coordenação do MST e Via Campesina, com um roteiro diferenciado a cada tipo de entrevista. Os roteiros com os técnicos foram realizadas diretamente durante a pesquisa de campo, com os coordenadores, da Fundação Terra, INCRA-PR e MST e Via Campesina, foram enviadas as questões por correio eletrônico.

Relacionada à equipe técnica, é importante destacar que os momentos de participação nas atividades de reuniões de elaboração de planejamento, de atividades coletivas e acompanhamento em dias de campo foram importantes para estabelecer uma relação mais direta que nos proporcionasse trazer elementos para análise, seja dos trabalhos desenvolvidos por eles no cotidiano dos assentamento, seja a visão destes frente os desafios e limitações da Ater na realidade. Para a identificação dos depoimentos dos técnicos utilizamos os nomes da categoria profissional, que hoje se constitui em cinco técnicos agrícolas e\ou agropecuários e uma técnica agropecuária, uma engenheira agrônoma, um médico veterinário e uma assistente social, conforme estabelecido na 3ª chamada pública da Ater Paraná, que determina que:

> A equipe técnica deverá ser constituída por no mínimo 1/3 de seus profissionais apresentando experiência comprovada de mais de 02 (dois) anos em trabalhos técnicos com agricultura familiar e extensão rural, preferencialmente voltados à reforma agrária. No mínimo, 20% dos profissionais deverão ser mulheres. (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2014, p.23).

No que se refere à composição técnica da equipe, a mesma conta com três técnicos assentados e, ainda, dois são filhas(os) de famílias assentadas. Destes, quatro moram e residem nos assentamentos Dorcelina Folador, Libertação Camponesa, Estrela e Guanabara, um mora na cidade de Tamarana/PR e, dos outros quatro técnicos, um é filho de pequeno agricultor e três têm suas origens urbanas, residem nas cidades de Ortigueira, Araponga e Londrina. Considerando as exigências desta chamada pública de Ater/PR, pode-se observar que a equipe, além da formação, tem uma rica experiência de trabalho e vivência no campo, seja como assentado ou filho de assentado, seja como filhos de pequenos agricultores. 70% da equipe têm suas origens no campo, especificamente, com os assentamentos de Reforma Agrária.

Neste sentido, as experiências vivenciadas em atividades realizadas pela autora, como o VI Congresso Nacional do MST, em Brasília/2014, a participação nas 13ª e 14ª Jornadas de Agroecologia que aconteceram no Paraná em jun./2014 e jul./2015, além da feira de sementes crioulas no município de Ortigueira/PR em set./2015, foram momentos de muito aprendizado. Nota-se que estes espaços, além de propiciar novos conhecimentos, aprendizagem e trocas de experiências entre os participantes, se revela num momento de reflexão e debate dos problemas atuais

que afetam toda população do campo, bem como os desafios e alternativas que se apresentam como oposição ao movimento do capital como único projeto de desenvolvimento para o campo.

No decorrer da pesquisa de campo – importante espaço para aprofundamento, reflexão, observação e coleta de informações (qualitativa e quantitativa), também considerado como um espaço em que fazemos a conexão das teorias estudadas com a realidade do assentamento e dos serviços de Ater ali desenvolvidos pelos técnicos(as) junto às famílias – diversos são os momentos que descortinam as contradições entre o formato burocrático e metodológico que compõe a chamada pública de ATER e a prática cotidiana, nos despertando para um novo que ainda está em construção. Aqui trazemos importante aporte do método baseado no materialismo histórico dialético no qual a contribuição de Neto (2009, p. 18) nos diz:

> O método não é um conjunto de regras formais que se 'aplicam' a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe conforme a sua vontade, para 'enquadrar' o seu objeto de investigação. (NETO, 2009, p.18).

Basearemos ainda, a pesquisa na teoria de Harvey (2006), que defende que a tarefa atual é elaborar uma teoria das relações espaciais e do desenvolvimento geográfico no capitalismo que permita explicar a evolução e as funções do Estado, do desenvolvimento geográfico desigual, das desigualdades interregionais, do imperialismo e da globalização. O autor também argumenta de que o "homem", ou o "corpo" é a medida de todas as coisas, reforçando assim a ideia de que neste ser uno, como membro de um conjunto, pode estar "A" solução para as questões de conflitos existentes no mundo. No livro *Espaço de Esperança*, Harvey afirma que as necessidades do corpo são fixadas e sabidas em um dado espaço e num dado tempo e que estes serão determinantes. "Há [...] a necessidade de persuadir as pessoas a ver para além das fronteiras do míope mundo da vida cotidiana que todos habitamos necessariamente" (HARVEY, 2004, p. 310). Além disso, os interesses, as práticas políticas e arquitetônicas, inseridas em um dado tempo e em um dado espaço, têm condições de "moldar os outros a se adaptar a suas concepções e desejos pessoais e particulares" (HARVEY, 2004, p. 308) e que, portanto, todos os fatores aí envolvidos se expressam e são determinantes nesta concepção de "pessoa".

Considerando que as políticas públicas são formuladas a partir da inquietude e mobilizações históricas da sociedade civil organizada, que a materialidade de políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa, ganha força dentro de um Estado, que apesar de ceder as reivindicações das organizações e movimentos sociais, opera de forma burocrática e contraditória as políticas direcionadas aos que historicamente ficaram as margens do desenvolvimento do capital arquitetado para o campo.

2 BREVE HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL NO ESTADO PARANÁ: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O CONFLITO PELA TERRA

Neste capítulo buscaremos contextualizar a territorialização da extensão rural no Brasil, em especial no Paraná, principalmente no período pós-guerra, traçando uma caracterização histórica da extensão rural como portadora do projeto desenvolvimentista do modo de produção do capitalismo para agricultura.

Com o avanço do processo de modernização e industrialização da agricultura, as políticas públicas foram direcionadas para garantir a disseminação das ideias e ideologias da classe dominante no campo. Em particular, os serviços públicos de Extensão Rural foram incorporadas a estratégias da Revolução Verde, assim os extensionistas foram determinantes neste processo de difusão das novas tecnologias e conhecimentos da “agricultura moderna”, em diversos territórios.

Orientada pela lógica do mercado globalizado, as alterações sobre o modo de produção da agricultura brasileira, teve fortes impactos na reordenação do espaço agrário, produtivo, social, ambiental e cultural. Essa situação levou a fortes conflitos agrários e, consequentemente, à organização e movimentos de lutas e resistências por parte da população do campo. Estes, por sua vez, se opuseram aos grandes projetos de desenvolvimento do capital, em particular, àqueles que, historicamente, têm-se apoderado do território paranaense para acumular e expandir seu capital, como exemplo citaremos neste capitulo a Usina de Mauá e o projeto Pluma da Klabim, instalados no município de Ortigueira/PR.

2.1 A territorialização do modo de produção capitalista no campo no Paraná

A província do Paraná foi criada em 1853 quando seu território foi desmembrado da província de São Paulo. Já estava em produção comercial a erva-mate, uma commodity bastante lucrativa na época, além da exploração de madeira (principalmente dos pinheirais ao sul da província) e a pastagem de gado de corte. Estas atividades comerciais empregaram parte da pequena população da província, mas a maioria ainda se dedicava à agricultura de sustentação em áreas desenvolvidas voluntariamente e sem claras demarcações ou registros, fazendo parte considerável dessa população os povos indígenas e afro-brasileiros. Esta divisão entre uma formação social que comportava ambos os modos de produção,

primitivo e capitalista, ainda mantém certa relevância no Paraná, onde a nova divisão socioeconômica do campo é caracterizada pelo grande capital (agronegócio) e a agricultura familiar (camponesa).

Até as primeiras décadas do século XX, o capitalismo agrário foi restringido à três indústrias: do setor de erva, gado e madeira. Com o avanço da industrialização no mundo ocidental e a intensificação da busca por matérias-primas, as florestas do Paraná foram alvo de superexploração, possibilitando investimentos estrangeiros, a construção de estradas de ferro, a migração de trabalhadores, o povoamento de aldeias e conflitos violentos entre os camponeses de longa data e os forasteiros.

Um dos mais famosos conflitos foi a Guerra do Contestado, que explodiu na fronteira sul do estado entre 1912 e 1916. A resistência dos camponeses não foi suficiente para garantir a desistência do madeireiro transnacional, Southern Brazil Lumber and Colonization Company (MACHADO, 2013). De fato, o Paraná se mostrou um lugar de colonização preferencial de companhias inglesas, dando nome aos municípios como Londrina, com projetos de loteamento nos anos 1920 a 1940.

Nos anos 1950, foi a vez do café, que migrou do estado de São Paulo para o Paraná. No início da década, na microrregião do Porecatú, surgiu mais um conflito violento entre “minifundiários” já estabelecidos e latifundiários paulistas. Morreram seis pessoas na luta dos camponeses ao tentarem defender suas terras e famílias. Expulsos da região, diversos fazendeiros capitalistas brasileiros, como Geremia Lunardelli, tomaram conta do território para formar suas fazendas de café (WELCH, 2010; PRIORI, 2011).

Esse processo de mudança e reordenação do espaço na agricultura, depois da década de 1960, foi chamado de desenvolvimento econômico e, dependendo da tecnologia aplicada, de “modernização” da agricultura. Assim, a abertura dessa nova fronteira agrícola no Paraná foi executada por grandes empresas nacionais e internacionais com o apoio do Estado. Orientada por uma estratégia nacional de desenvolvimento do modelo capitalista para o campo, Moreira revela que:

> No Brasil, assumiu – marcadamente nos anos de 1960 e 1970 a prioridade do subsídio de créditos para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e insumos industriais – como herbicidas e fertilizantes químicos – bem como a agricultura de exportação e a produção de processados para exportação e de consumo de luxo – como queijo e iogurtes. (MOREIRA, 2007, p.159).

Nesse ciclo de inovações tecnológicas, o objetivo principal era intensificar a oferta de alimentos, através de programas que valorizassem o aumento da produtividade agropecuária com uso de tecnologias de controle dos recursos naturais de base científica industrial, com a finalidade de resolver o problema da fome no mundo.

> Com base nessa lógica, a revolução verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terras – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. (PEREIRA, 2012, p. 685).

Nesse sentido, o processo de modernização da agricultura vai organizar a produção do espaço nessas novas fronteiras por intermédio da união entre indústria e agricultura. Tal fusão acarretará em profundas transformações na estrutura agrária nacional. Uma delas está no âmbito da escolha do produto a ser cultivado, dando preferência à produção de monoculturas para exportação, ou seja, a produção para atender as demandas do mercado externo. Assim, a intensificação do domínio do capital sobre o campo, num ambiente de processos de crescimento globalizado, tem levado à orientação progressiva da produção agropecuária para atender a política do "mercado", em especial o mercado externo, em detrimento da produção para atender o consumo do mercado interno (TEUBAL, 2008, p.143).

> Estamos vendo cair por terra um por um dos ícones da modernização agrícola. No geral, a Revolução Verde, que ia resolver o problema da fome no mundo, foi um fracasso. Hoje temos mais de 800 milhões de famintos no mundo. É bem verdade que a Revolução Verde melhorou a produção e a produtividade de alguns produtos, em algumas regiões, de alguns países. Entretanto, onde ocorreu esse "sucesso" relativo, a estratégia da Revolução Verde causou tantos e tão graves problemas sociais e ambientais, quantos foram os limites econômicos inerentes ao modelo, que passaram, paulatinamente, a se expressar na forma de diferenciação social, empobrecimento e endividamento dos agricultores. (CAPORAL, 2009, p.86).

Ao propor um modelo de agricultura de base científica industrial, sob a lógica de um modelo de desenvolvimento da produção baseado nos dogmas da globalização excludente, no qual a competitividade é levada ao extremo e o objetivo é produzir para a exportação, revelam-se as contradições e os impactos gerados nas paisagens agricultáveis do Paraná.

Segundo Altieri (2012), hoje em dia as paisagens agrícolas do mundo são destinadas ao plantio de apenas 12 espécies de grãos, 23 espécies de hortaliças e 35 espécies de frutas e nozes. Isso significa que apenas 70 espécies ocupam

aproximadamente 1,44 bilhões de ha das terras cultivadas no mundo, ou seja, das sete mil espécies cultivadas na agricultura, hoje, temos apenas 120 que são consideradas importantes para alimentação. Conforme este mesmo autor, os riscos desse processo de simplificação do ambiente, promovido pelo modelo de desenvolvimento do capital na agricultura, poderão afetar a diversidade de várias maneiras como:

> - Expansão das áreas agrícolas com perda de habitats naturais.
> - Conversão de vastas áreas em paisagens agrícolas homogêneas com reduzido valor de habitat para a vida silvestre.
> - Perda de espécies silvestres benéficas e de agrobiodiversidade como consequência direta do uso de agroquímicos e outras práticas.
> - Erosão de recursos genéticos valiosos por meio do uso crescente de cultivares uniformes de alto rendimento. (ALTIERI, 2012, p. 24).

Assim, na medida em que este modelo industrial foi sendo introduzido nos países em desenvolvimento, os impactos gerados foram drásticos para as populações do campo. Ao mesmo tempo em que presenciavam o aumento da produção de alimentos em larga escala, também vivenciavam as modificações deste espaço. O conhecimento milenar prático dos agricultores foi sendo substituído pelo conhecimento científico, os ciclos ecológicos locais, pautados por recursos endógenos, foram substituídos pelos insumos exógenos industriais. O trabalho, que era realizado em convivência harmoniosa com a natureza, foi fragmentado em partes, gerando com isso a quebra da unidade histórica entre o ser humano e a natureza, os sistemas diversificados foram substituídos pela monocultura, baseada no uso de grandes extensões de terras (latifúndios) e uso dos pacotes tecnológicos (adubos químicos, mecanização e variedades genéticas melhoradas com alto potencial produtivo).

Tais transformações resultaram também no êxodo rural, já que a “Revolução Verde contribuiu para marginalizar grande parte da população rural” (PEREIRA, 2012, p.686), e resultou na dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações, na dependência do agricultor da ciência e da indústria, na desterritorialização dos camponeses e camponesas, na invasão cultural e contaminação dos seres humanos e dos recursos naturais[3].

[3] Nos últimos 50 anos, o uso de agrotóxicos aumentou drasticamente em todo mundo e agora chega a 2,56 milhões de toneladas por ano. No início do século XXI, o valor anual do mercado global era de US$25 bilhões. Na safra de 2008/09 o Brasil se tronou o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Na safra de 2009/10 essa marca foi superada em 7,6% ultrapassando o volume de 1 milhão de toneladas. Os herbicidas respondem por mais de 60% desse volume. A lavoura de soja

Todavia, este processo segue em curso, já que a “revolução verde” de outrora se transformou, posteriormente, na “revolução biotecnológica” da atualidade, com ênfase principalmente na produção de sementes transgênicas, fato que tem gerado muitas controvérsias em todo território latino-americano (TEUBAL, 2008, p. 143).

Neste sentido, as estratégias de “ajustes espaciais” desenvolvidos pelo capital como condição para sua sobrevivência e territorialização, tem como objetivo produzir as condições de organização territoriais que facilitam a acumulação do capitalismo numa dada fase da história. “[...] portanto, a palavra “globalização” significa alguma coisa relativa à nossa geografia histórica recente, é bem provável que designe uma nova fase, desse mesmo processo intrínseco da produção capitalista de espaço”. (HARVEY, 2006, p.81). Quando, para este mesmo autor, nos deparamos com:

> [...] um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização agindo de modo contínuo ao longo de toda história geográfica do capitalismo. Um processo de produção de desenvolvimento temporal geográfico desigual. (HARVEY, 2006, p. 85).

Considerando o texto tratado de territorialidade do capital, é importante um breve debate para contextualizar este tema, sobretudo pelo fato de o objetivo desta pesquisa ter como realidade empírica um assentamento de reforma agrária no Paraná.

Embora exista uma hegemonia deste projeto capitalista, há também uma resistência em curso. Baseada em uma outra concepção de necessidade da produção e reprodução da vida no campo, que, grosso modo, propõe a construção da soberania alimentar, da preservação da biodiversidade, da construção de uma reforma agrária popular, da socialização de riquezas na perspectiva de beneficiar a sociedade como um todo, considerando suas especificidades. Esta concepção é defendida pela classe trabalhadora, que expropriada dos meios de produção, resiste em busca de condições mais dignas de produção e reprodução da vida.

É importante destacar que a história da humanidade foi e continua sendo a história da exploração e da luta de classes: “a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu o antagonismo de classe, não fez mais que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado” (MARX, 1983, p. 40). A resistência,

---

usa 46% do total, seguida pela cana de açúcar, com 11% e do milho com 10%. Segundo o sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG) esse mercado gerou 7,2 bilhões de dólares em 2010 (ALTIERI, 2012, p.33).

rebeliões e enfrentamentos também são estratégias da luta de classe em que os camponeses estão inseridos. Todo esse processo que movimenta conflitos latentes, conectado à dinâmica do capital e ao desenvolvimento das forças produtivas envolve irrefutavelmente, a produção da ciência e tecnologia. Nesse sentido, Santos e Silveira explicam que:

> A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais [...]. Os espaços, assim requalificados, atendem, sobretudo, a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e desse modo são incorporados plenamente as correntes de globalização. (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 48).

Como fica claro na citação acima, a ciência e a tecnologia, assim como a informação são elementos centrais para a organização da hegemonia do poder. Assim, podemos observar que no campo, o processo de controle sobre a produção, industrialização e comercialização tem, cada vez mais, se concentrado nas grandes empresas que dominam o mercado das sementes, dos insumos agropecuários, e máquinas.

Desse modo, fica claro que é através da Ciência, da tecnologia e da informação que o sistema hegemônico do capital se territorializa e reterritorializa, seja pelas pesquisas científicas, seja pelas inovações tecnológicas (uso de novas máquinas, agrotóxicos e sementes), seja pela mídia que faz a propaganda do agronegócio como único projeto de desenvolvimento para a agricultura, ao mesmo tempo que criminaliza os movimentos camponeses.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, pode-se refletir sobre a ideia de território, pois:

> O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de modo de produção/distribuição/ circulação/consumo e suas articulações e mediações. [...] O território é assim produto concreto da luta travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um prius ou um priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (OLIVEIRA, apud PAULINO et al. 2007, p. 340).

Dentro desta abordagem de território, compreende-se o território como unidade dos contrários, que se formam numa totalidade do modo de produção capitalista, produto concreto da luta, ou seja, não existe território sem que haja luta

por ele, seja para resistir ou para se manter. Podemos citar como exemplo as lutas travadas pelos quilombolas, indígenas e assentamentos de reforma agrária.

> [...] é importante considerar a territorialidade do capital como uma estratégia de dominação, do controle dos recursos naturais e dos indivíduos, determinado, assim, como força politica que condiciona a vida cotidiana de cada lugar. (PEREIRA, 2014, p. 43).

No Paraná, a natureza dos conflitos se revela no processo de territorialização do capital e desterritorialização dos camponeses e trabalhadores rurais, na região estudada a territorialidade do capital se expressa no contexto de instalação da Usina Mauá[4], que causou diversos impactos sociais na vida das 436 famílias que tiveram que deixar suas terras, casas, plantações e migrarem para outro território para reconstruir suas vidas. As famílias atingidas eram ribeirinhos que há muitos anos habitavam as margens do Rio Tibaji, com atividades de sobrevivência ligadas à pesca. Além disso, pequenos agricultores exerciam atividades agropecuárias de subsistências, como produção de hortifrutigranjeiro, arroz, feijão, milho, mandioca, batata e etc.

A Usina Mauá exemplifica projetos de interesses do capital, que avançam se apropriando dos recursos naturais, gerando não somente impactos às populações diretamente atingidas, mas à toda população que depende destes recursos naturais. As cidades que são abastecidas pelos rios, as comunidades que estão à jusante destes empreendimentos e as populações indígenas que, cada vez mais, estão perdendo espaços nas florestas, são alguns dos exemplos de impactos causados. Neste caso, em especial, as aldeias indígenas Kaingang viram suas terras serem engolidas antes mesmo de serem reconhecidas pelo Estado[5], assim como a

---

[4] Com investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento e recursos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, a construção de UHE de Mauá mobilizou um total de R$ 1,4 bilhão. A construção da usina foi feita pelo consórcio Energético Cruzeiro do Sul, constituído pelas estatais Companhia Paranaense de Energia (Copel) e pela Eletrosul Centrais Elétricas S/A. Leiloada no dia 10 de outubro de 2006, as empresas têm permissão para operar o empreendimento por um período mínimo de 30 anos (BRASIL, 2012). Disponível em: http://www.pac.gov.br/noticia/09038404. Acesso em: 31 mai. 2014.

[5] No documento inicial da ACP ajuizada pela Liga Ambiental, há o pedido para que o Consórcio paralise as obras da usina de Mauá até que seja apresentado um decreto legislativo emitido pelo Congresso Nacional que autorize a sua instalação, conforme estabelece o §3º do art. 231 da Constituição de 1988. A iniciativa conta com o apoio das aldeias Kaingang e Guarani que reivindicam há décadas a devolução das terras subtraídas, além das entidades que fazem parte da Frente de Proteção do Rio Tibagi, da União das Entidades Ambientalistas do Paraná (UNEAP), do Centro de Apoio às Promotorias do Meio Ambiente (CAOPMA), do Conselho Indígena do Estado do Paraná e da comunidade de antropólogos paranaenses (LIGA AMBIENTAL, 2009).

extinção das matas que eram fonte de alimento para as duas aldeias, que vivem da coleta de frutos, caças e pesca.

O enfrentamento das desigualdades sociais é parte da luta contínua dos camponeses para permanecerem no campo, combatendo a ofensiva do modelo de desenvolvimento do capital, que os expulsou, levando milhares de famílias a migrarem para outros territórios. A trajetória destes camponeses é demarcada pela migração, pois sempre precisaram seguir em busca da terra. Conforme nos revela Silva:

> [...] nesta dinâmica migratória, sempre que iam-se estabilizando na terra, seja como camponeses livres, pequenos proprietários ou mesmo posseiros, vinham o latifúndio que pressionava para apropriar-se da terra, cujo destino poderia ser a criação de gado, fabricação de produtos agrícolas voltados para o mercado externo, ou ainda mantida como reserva de valor. De forma legal ou não, a terra ia sendo apropriada privadamente pelos latifundiários, amparados pela lei nº 601, de 1850, a Lei de Terras. (SILVA, 2011, p.23).

Nesse sentido, a Lei de Terras viria transformar um bem da natureza, a terra, em uma mercadoria, um objeto de negócio que tem valor. Com esta normatização do acesso a terra, o capital legitima o latifúndio e consolida a grande propriedade rural que é a base legal até os dias atuais.

Assim, o processo de territorialização e reterritorialização dos camponeses tem como base o conflito, o enfrentamento. No caso do capital, suas ações se caracterizam, de modo geral, de forma violenta, pois:

> No modo de produção capitalista a ordem está no poder e violência. Uma ordem que lucra com a maldade, que mata friamente, que priva batendo, é uma ordem que colhe tempestade. Os levantes agrários são frequentemente violentos, porque intolerante e violento é o mundo negado por eles. (BARTRA, 2011, p. 92).

Os conflitos expressam as diferenças de interesses divergentes de classe. A classe hegemônica capitalista apresenta em sua natureza o desrespeito aos interesses que não coincidem aos seus, ainda mais que estes ameaçam seus interesses globais, mais amplos. Quando pensamos em qualquer escala, podemos perceber a sobreposição dos interesses particularistas do capital, ou como diz Harvey:

> Há por exemplo muitos conflitos em lugares nos quais as preocupações locais em torno do acesso a recursos, à criação de melhores condições de vida e da obtenção de forma elementares de segurança econômica se sobrepõem a todos os esforços de cultivar o respeito a questões globais importantes, como são, por exemplo, os direitos humanos, a emissão de gases do efeito estufa, a preservação da biodiversidade ou regulamentação

> dos usos da terra destinada a evitar o desflorestamento ou a desertificação. (HARVEY, 2004, p. 114).

Refletindo sobre a realidade Paranaense, podemos observar que os interesses do capital tem-se sobreposto aos interesses dos camponeses. Exemplo disso é a instalação das fábricas da Klabim nos municípios de Telemaco Borba e Ortigueira. Como resultado deste agronegócio do papel, está a expansão do monocultivo de pinus e eucaliptos, que têm ocupado grandes extensões de terras no Paraná, chegando a 140.149,55 hectares (ha) destas monoculturas plantadas, conforme (KLABIN, 2014, p. 29).

As Indústrias Klabin[6] de Papel e Celulose existem há 116 anos e, é uma das maiores exportadoras de celulose e derivados do Brasil. Chegam a exportar cerca de 20% de papel e 50% de celulose do país. Apresentam 18 unidades industriais, sendo 17 no Brasil e uma na Argentina e possuem uma receita bruta superior a 2,7 bilhões de reais.

Para garantir seu contínuo lucro e poder, destas e outras investidas, o capital tem buscado apropriar e manter o controle sobre a propriedade da terra e demais elementos da natureza, alterando assim a geografia local para atender o interesse e demanda global do capitalismo. No entanto, esta forma de apropriação e controle sobre os meios de produção e recursos naturais tem promovido diversos impactos, ambientais, sociais e culturais. Na área ambiental esses impactos se dão pela introdução de espécies exóticas (eucaliptos e pinus) ocasionando a perda da biodiversidade (fauna e flora), o empobrecimento dos solos e a desertificação dos campos. No campo social, a concentração de terras, a migração dos camponeses para os grandes centros urbanos, a ampliação das desigualdades sociais e, consequentemente, o acirramento dos conflitos agrários, a diminuição de empregos de base e um maior incremento de empregos especializados e qualificados. Nas questões culturais os impactos estão na perda da diversidade produtiva dos alimentos que compõem os hábitos e costumes alimentares das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas, assim como a perda do seu habitat.

[6] Fundação da Klabin Irmãos e Cia. (KIC), por Maurício Klabin, seus irmãos Salomão Klabin e Hessel Klabin, e seu primo Miguel Lafer. A empresa importa produtos de papelaria e produz artigos para escritórios, comércios, repartições públicas e bancos. Possui atualmente 17 unidades industriais no Brasil, distribuídas em 8 estados, e uma unidade na argentina. Sua sede administrativa é localizada em São Paulo – a empresa é brasileira e foi fundada em 1899 (MORTARI, 2012).

Esta interpretação sobre o desenvolvimento geográfico desigual torna possível avaliar de maneira mais clara e plena as fortes contradições atuais existentes no contexto das trajetórias capitalistas de globalização. São estas contradições que geram conflitos, pois são nestes contextos localizados que surgem as oposições à globalização, ideia reforçada por Harvey, quando nos revela que isso:

> [...] requer que ultrapassemos as particularidades e enfatizemos o padrão e as qualidades sistêmicas do mal que vem sendo feito nas várias escalas, e diferenças geográficas. O padrão pode ser descrito como as consequências geográficas desiguais da forma neoliberal de globalização. [...] A construção de alguma espécie de comunidade internacional na luta de classes pode trazer um maior alívio para as condições de opressão num amplo espectro de ação socioecológica. (HARVEY, 2004, p.115).

Ainda neste contexto de dinâmica de territorialização do capital, surgem outros processos e dinâmicas territoriais de lutas e resistências. Como por exemplo, a Guerra de Contestado, que explodiu na região da fronteira Sul do Estado em 1912 e 1916, marcando assim, a história de resistência dos camponeses no Paraná. Posteriormente, se espalhou com o surgimento de outras organizações, como a “Guerrilha de Purecatu” , quando no norte do Paraná, os camponeses-posseiros se negam a entregar suas terras para o estado repassar para os grandes proprietários de terras. Os conflitos no Sudoeste do Paraná, quando os camponeses-colonos são expulsos de suas terras pelo governo estadual, que concede estas a uma empresa colonizadora. A mobilização de pequenos agricultores expropriados pela barragem de Itaipu no Oeste do Estado, que em seguida formaram o Movimento Justiça e Terra, organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), com participação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e pastores adeptos da Igreja Luterana. Somaram-se à luta destes camponeses pela busca da indenização de suas terras engolidas pela barragem.

Tal experiência foi determinante para o surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), constituindo como uma nova forma de luta dos camponeses que, além das reivindicações das indenizações, também tinham como bandeira de luta: a reforma agrária. O MASTRO inspira o surgimento de várias organizações de movimentos de sem terras no estado, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral (MASTEL), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro Oeste (MASTRECO), Movimento dos Agricultores

Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES).

Mais tarde, estas diversas organizações, até então organizados por regiões, veem impulsionar o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que unifica estas frentes de luta pelo ideal da reforma agrária, elegendo como palavra de ordem: “sem reforma agrária não há democracia” (FABRINI, 2012, p. 36). E nesse contexto, acontece a territorialização e desterritorialização do capital destacada na análise:

> A desterritorialização do capital exige que ele seja derrotado em suas territorialidades. Que as forças políticas do trabalho se apropriem do território e engendrem uma nova cultura que gere *habitus* condizentes com princípios da sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Porém, é importante que possamos nos situar no contexto da economia e sociedade global, considerando aspectos vinculados aos processos de globalização, que tendem a ser onipresentes e a visualizar a reforma agrária, ou a luta pela terra, sustentadas em importantes movimentos sociais como base de sustentação dos modelos alternativos para que se obtenha sucesso. (TEUBAL, 2008, p.141).

Em suma, podemos compreender que o Estado do Paraná, constitui historicamente territórios hegemônicos do capital, tendo na sua territorialização a “Revolução Verde” como marco. Deste modo, é importante observar que neste processo, as relações de produção, a produção da subsistência, o trabalho na agricultura camponesa, coexistiu junto a lógica do modo de produção capitalista. Considerando ainda, o objeto deste trabalho, é importante observar o papel que a extensão rural assume neste contexto sobre o que será abordado.

2.2 A extensão rural na territorialização das políticas desenvolvimentistas

A institucionalização do serviço de assistência técnica e extensão rural no Brasil se deu entre os anos de 1948 e 1974, a partir da criação das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21 de junho de 1956, nos estados MG, RJ, GO, PA, MT, DF, AC, RO, RR e AP. As ACAR eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros. Abaixo apresentamos a evolução histórica da extenção rural no Brasil.

Tabela 1 – Evolução histórica da extensão rural no Brasil – (1948-1974)

1948	ACAR-MG
1954	ANCAR (CE, PE, BA)
1955	ASCAR-RS, ANCAR (RN, PB)
1956	ABCAR, ACARESC
1958	ACAR-RJ
1957	ACAR-ES
1959	ACAR-GO, ACARPA
1962	Transformação dos programas estaduais da ANCAR em associações autônomas, a primeira em SE
1963	ANCARs: autonomia de RN, AL, MA e BA
1964	ANCARs: autonomia de PE, PB e CE
1965	ACAR-Pará, ACAR-MT
1966	ANCAR-PI, ACAR-AM
1967	ACAR-DF
1968	ACAR-AC
1971	ACAR-RO
1972	ACAR-RR
1974	ACAR-AP

Fonte: PEIXOTO (2008, p.19).

Como fica claro na tabela acima, as primeiras experiências de associações criadas para assistência técnica foram em Minas Gerais, seguidas dos Estados do Rio de Janeiro, Goias, Pará, Mato Grosso, Amazônia, Distrito Federal, Acre, Rondonia, Roraima e Amapá. Com base na experiência considerada exitosa da ACAR- MG, é que em 1954 são fundadas as Associações Nordestinas de Crédito e Assistência Técnica Rural (ANCAR), nos estados do Ceará, Pernambuco e Banhia e, posteriormente, no Rio Grande do Norde, Paraíba, Maranhão, Sergipe e Alagoas. É importante destacar que as ANCAR foram fomentadas, principalmente, pelo Banco do Nordeste Brasil (BNB), criado um ano antes, com objetivo de desenvolver o polígno da seca. Logo após a fundação da ANCAR, foi criada Associaçao Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR/RS) e Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC).

É necessário destacar nesse processo, a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) em 1959. Considerada a organização que liderou o processo de difusão de tecnologia na agricultura Paranaense, através das práticas de implantação e manejos de lavouras e criações de animais, estratégias de controle de doenças e pragas, sistemas de manejo e conservação de solos,

destacaram-se como fundamentais para sustentarem o crescimento da produtividade.

Dentre os momentos marcantes da história da extensão rural no Brasil, destaca-se a criação de instituições[7] como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada pelo Decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER[8]) criada pelo Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975). O objetivo principal era coordenar e alocar recursos do Governo Federal neste setor. Criadas para os mesmos fins, estas duas empresas irão imprimir novos rumos à modernização do campo, indicando um novo capítulo na história agrária do Brasil. Conforme destacado por Oliveira, quando nos revela que:

> Esse foi um marco na mudança das estratégias de modernização do campo, com a proposta que objetivava a intensificação da entrada do capitalismo no campo, só que por uma outra vertente: a do agronegócio e da entrada de empresas privadas. (...) O grande produtor e as empresas agrícolas serão assistidos pelas empresas privadas de planejamento, profissionais autônomos, técnicos vinculados às cooperativas e associações de produtores, além dos profissionais ligados às empresas de produção e revenda de insumos. Esta esfera do setor de assistência técnica conta hoje com um contingente expressivo de profissionais, alguns deles indiretamente vinculados à Embrater, através da Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agrícola – ABEPA. Desta forma, fica caracterizada a diretriz, a nível federal, de vinculação do Sistema Embrater (hoje entendido como Embrater e suas 25 associadas) com a pequena e média produção para o mercado e para o consumo familiar, enquanto que para a rede privada, a ser também regulada pela Embrater, compete a assistência às categorias empresariais e grandes produtores. (OLIVEIRA, 2011, p.72).

Tal concepção de desenvolvimento da agricultura irá se fortalecer no plano de metas de 1986[9], para o Sistema Embrater, a perspectiva proposta era de que a extensão precisava desenvolver todo o campo brasileiro igualmente, não podendo excluir os grandes proprietários.

Porém, com as mudanças das politicas econômicas que foram alteradas durante o governo, Fernando Collor de Mello, a Embrater foi extinta, e ironicamente,

---

[7] Para Poulantzas (1977, p. 111), uma instituição é um: “sistema de normas ou de regras socialmente sancionado”.

[8] A EMBRATER, empresa-mãe do aparelho público de extensão rural, criada com o objetivo de garantir a “transferência de tecnologia altamente competitiva”, orientava, já no início da década de 80, que o planejamento local (municipal) dos escritórios de extensão deveria ser modificado e dizia que “a maneira participativa de planejar é a mais efetiva para realizar o trabalho educacional de Extensão”. (CAPORAL, 1991, p. 2).

[9] Prioridade na linha de difusão de tecnologia agropecuária para o público de médias e altas rendas, sendo o seu atendimento feito sob enfoque de cada produto isoladamente; 2) o pequeno produtor como objeto de um único projeto (Projeto de Promoção de Produtores de Baixa Renda), limitando em área geográfica; 3) a preocupação com a abrangência pata viabilizar a expansão do Sistema sob padrões razoáveis de custo (OLIVEIRA, 2011, p.73).

tal situação leva à estadualização da política de extensão rural, implicando em: extinção de entidades estaduais; fusão com outros serviços; mudanças de natureza jurídica e organizacional das entidades estaduais; redução do orçamento; não renovação do quadro técnico e redução do número de técnicos nos serviços de assistência técnica. Por outro lado:

> [...] estabelece razão à visão crítica de entender que 'a lógica do capital exigiu da Extensão' que se comportasse como um instrumento da reprodução capitalista. Isso porque, ao pé da letra, e no contexto do referencial aqui observado, a extensão é dada como 'derrotada' pelo capitalismo numa batalha que, de fato nunca aconteceu. No mundo ocidental, a extensão não existiu como *outsider* ao sistema político e econômico do capitalismo. [...] Assim, a extensão é um 'projeto educativo para o capital' tanto quanto o são, as escolas formais e informais, as universidades e seus serviços de extensão universitária, os serviços de rádio e televisão, os setores de pesquisa, etc, (OLIVEIRA, 1999, p. 131).

Como parte das estratégias do projeto de desenvolvimento do capital, a extensão rural irá cumprir um papel determinante na disseminação das ideias e ideologias da classe dominante na agricultura. Nesse sentido, fica evidente que "o impulso para o crescimento do capital está inscrito em sua crença na acumulação. Seus limites e objetivos são determinados em curto prazo, pela saturação do mercado e, em longo prazo, pelo esgotamento dos recursos naturais" (WALLIS, 2012, p. 33).

Esta é a filosofia do pensamento neoliberal sobre o desenvolvimento do capitalismo, em que o Estado, as instituições e os agentes da extensão passam a conotar uma ideia de crescimento econômico, principalmente junto às famílias camponesas, centrado nos padrões de vida e consumo das nações industrializadas. Conforme o autor nos revela abaixo:

> Dada uma matriz ideológica desenvolvimentista, orientada por indicadores de crescimento econômico e na qual o "atraso" do meio rural era considerado um obstáculo ao "progresso", coube à Extensão Rural a tarefa de difundir no campo os elementos de um modelo destinado a modernizar o setor, de modo a fazê-lo funcional ao crescimento industrial e da economia como um todo. Seguindo esta orientação, os extensionistas passaram a executar o que se convencionou chamar de "difusionismo", isto é, levar ao meio rural as ideias, práticas e tecnologias geradas fora daquele sistema social, pelos "intelectuais orgânicos" da elite dominante. Como suporte a tal modelo, o Estado instituiu o crédito rural, uma estratégia de política que se constituiu no fator determinante, em última instância, da seletividade aplicada pela Extensão na escolha dos beneficiários. (CAPORAL, 2009, p.65).

Considerando neste contexto o momento de desindustrialização que vive o Brasil, a ideia de atraso do campo e a dificuldade dos camponeses em desenvolver

agricultura em uma escala maior de produção, se torna um obstáculo, mas também, um potencial para que o capital desenvolva as políticas desenvolvimentistas, pautadas no discurso do “progresso” como estratégia para modernizar o campo.

Aliada a esta estratégia de modernização do campo, a extensão rural, através dos intelectuais orgânicos da classe dominante, desempenha um papel estratégico na difusão da matriz ideológica do capitalismo, através das práticas e tecnologias destinadas a desenvolver as forças produtivas no campo.

Como instrumento de sustentação desta política do capital para o desenvolvimento econômica da agricultura, o Estado brasileiro irá instituir a política de crédito rural, que impulsionará a consolidação desta dinâmica do modelo de produção do capital para o campo brasileiro.

Nesta perspectiva, pode-se desvendar uma dinâmica das sociedades consideradas não desenvolvidas na busca da industrialização, a partir de modelos desenvolvimentistas adotados pelas economias centrais, com isso, deveriam os países centrais mediante estratégias geradoras de crescimento econômico alcançar os patamares considerados adequados a este tipo de desenvolvimento.

No que se refere ao campo, a extensão rural passa a assumir o papel de difusão e implantação da Revolução Verde. É importante demarcar que a Revolução Verde constituiu estratégias para a acumulação do capital, que não sofre impedimentos para sua expansão. Neste sentido, o Brasil surge como uma excelente oportunidade, considerando tratar-se de uma região ainda não explorada por tal processo. Pode-se compreender, então, que:

> O desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo. Essas novas regiões são os lugares onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades de investimentos rentáveis. (HARVEY, 2006, p. 118).

A citação acima nos leva à análise de como o Brasil, com sua configuração geográfica, em termos de dimensão espacial, condições climáticas para a produção agrícola, apresenta-se com grande potencial de desenvolvimento da produção capitalista. É nessa perspectiva, portanto, que a Revolução Verde vai ser implantada no país. Ademais, esta foi:

> [...] concebida como um pacote tecnológico - insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terras - conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o

> século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura. (PEREIRA, 2012, p.685).

Assim, pode-se concluir, que a “Revolução Verde” não foi apenas um avanço técnico para aumentar a produtividade modernizando a agricultura, mas uma intencionalidade do capital, a partir de uma estratégia inserida dentro de uma estrutura geográfica e de um processo histórico. Como pode ser visto que:

> [...] a formação de um conjunto de variáveis, sejam elas técnicas, sociais, políticas e econômicas para o desenvolvimento da Revolução Verde. Ainda antes de terminar a Segunda Grande Guerra, instituições privadas, vendo na agricultura uma boa chance para reprodução do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP), no México e nas Filipinas[...]. Dentre as sementes, destacam-se o trigo, o milho e o arroz, sementes que são a base da alimentação da população mundial. Além disso, e já findada a Guerra, muitas indústrias químicas que abasteciam a indústria bélica norte-americana começaram a produzir e a incentivar o uso de agrotóxico: herbicida, fungicida, inseticida e fertilizantes químicos na produção agrícola para eliminar fungos, insetos, ervas daninhas. [...] Não se pode esquecer também a construção e adoção de um maquinário pesado, como: tratores, colheitadeiras, para serem utilizados nas diversas etapas da produção agrícola, desde o plantio até a colheita, finalizando, assim, o ciclo de inovações tecnológicas promovido pela Revolução Verde. (ROSA, apud ANDRADE et al. 2007, p. 25).

A partir desse contexto, o processo econômico e político que pautou estes períodos históricos de expansão e territorialização do capital tem como estratégia as políticas de apoio ao desenvolvimento rural dos países centrais. Assim, os instrumentos utilizados são as agências de cooperação internacional e organizações privadas dos Estados Unidos, que mediante acordos com os governos Federais e estaduais, irão dar suporte tecnológico à “exportação” do modelo de extensão rural. Isso foi feito através do envio de especialistas e professores universitários, com a missão de implantar atividades de extensão rural em diferentes países da América, da África e da Europa. Nesse sentido, no Brasil:

> [...] a primeira experiência extensionista ocorreu na comunidade de Santa Rita do Passa Quatro/SP, em 1947, sendo seguida pela criação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Minas Gerais – Acar-MG, em 1948, a primeira organização de extensão rural a ser fundada no nosso país. [...] A partir daquele ano, inúmeros estados passariam a firmar acordos, particularmente com o Escritório Técnico de Cooperação USA-Brasil – ETA e American International Association for Economic and Social Development – AIA[10], entidade filantrópica ligada à família Rockefeller, com o objetivo de criar associações semelhantes a de Minas Gerais, passando a difundir-se a instituição dos serviços de extensão rural em todo o território nacional. (CAPORAL, 2009, p. 60).

[10] Entidade filantrópica ligada à família Rockefeller.

Assim, a extensão rural, década após década, tem-se constituído a partir de diferentes formatos e abordagens. Na medida em que foram sendo estruturados, os programas de assistência técnica e extensão rural participaram ativamente do processo de desenvolvimento rural no país. Além disso, e de forma bastante significativa, a extensão rural passa a divulgar e ensinar as técnicas da "Revolução Verde", no sentido de estimular o acesso ao pacote tecnológico adotado pelo modelo de desenvolvimento da agricultura e incorporado pelo Estado brasileiro. Tudo isso com a retórica de modernizar a agricultura não como ação complementar, mas como essencial para este projeto desenvolvimentista do capital. Seguindo esta mesma dinâmica, o crédito rural também é massificado, sendo orientado para produção de commodities[11]. Nesse sentido, Caporal (2009, p. 86) explica que:

> [...] na perspectiva desenvolvimentista estabelecer uma agricultura moderna passou a significar o rompimento com todas as tradições e conhecimentos acumulados pelos agricultores e substituí-los por um conjunto de poucas tecnologias genéricas, em geral importadas e, algumas vezes, testadas e validadas em nossos centros de pesquisa. Diga-se de passagem, em termos das chamadas tecnologias modernas, até hoje, em muitos aspectos, comemos pelas mãos de outros, sejam países ou empresas multinacionais, que nos dizem as especificações e riscos de seus produtos. (CAPORAL, 2009, p.86).

A dinâmica de territorialização, observada pelo processo de modernização do campo, põe-se em marcha com um modelo de exploração capitalizada, dotada de meios e técnicas que asseguram a eficácia e rentabilidade da produção. A ideia é incorporar esta população "atrasada" no modelo de agricultura "moderna", negando com isso, as práticas não capitalistas. Ou seja, as tradições e conhecimentos historicamente acumulados pelas populações do campo, como a cultura, a qualidade de vida, a relação com meio ambiente, o processo produtivo, colocando em risco a autonomia e permanência destes em seus territórios. Assim, este modelo ideológico do capital nos aponta algumas questões que são centrais para entender este processo da modernização da agricultura, conforme nos revela Almeida (1997, p. 39):

> [...] (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a ideia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o consequente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da

[11] O termo commodity, que em português significa mercadoria, é qualquer produto originário de atividades agropecuária, florestal ou pesqueira ou qualquer mineral em forma natural ou que tenha passado por processamento costumeiramente requerido para prepará-lo para comercialização em volume substancial no comércio internacional (DELGADO, 2012, p.134).

> produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a interrelação com a sociedade global; e (d) o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional. (ALMEIDA, 1997, p. 39).

2.2.1 A extensão rural no Paraná: ação extensionista oficial no Paraná

No Paraná, o processo de desenvolvimento da extensão rural tem como ponto de partida o ano de 1956, quando o governo do estado firma um acordo com governo estadunidense, através da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, o Departamento de Fronteiras, a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural e o Escritório Técnico de Agricultura (ETA). Denominado Projeto 15, com duração de cinco anos, com objetivo de implantar um programa de Extensão Rural e Economia Doméstica no Estado Sepulcri, (2005, p.66). Conforme nos afirma Tavares, sobre o processo de organização da extensão rural paranaense, quando:

> A Fundação de Assistência ao trabalhador rural, nesse período, era a principal organização voltada para o agricultor, desenvolvendo uma série de atividades como cursos (horticultura, corte e costura, habilidades domésticas e trabalhos manuais e cívicos, alfabetização, higiene recreação e assistência técnica). Oferecia crédito para aquisição de sementes, pequenas máquinas, adubos, inseticidas, fungicidas e meio de transporte. Prestava assistência veterinária, jurídica, médica, organizava semanas ruralistas e dirigia Clubes Agrícolas. (TAVARES, 2012, p.65).

Com o propósito de atender as demandas citadas acima, foi constituída uma estrutura física de escritórios, distribuídos nos municípios de Campo Largo, Foz do Iguaçu, Prudentópolis, Rebouças, São Mateus do Sul, Toledo e União da Vitória. Além disso, foi constituída uma equipe técnica que respondesse com os objetivos propostos, composta de um profissional das agrárias e um da economia doméstica.

No entanto, durante o processo de execução de assistência técnica, surgem problemas como o pequeno número de escritório, a distância geográfica, as dificuldades de comunicação, logística de estrada de terra, e, em alguns casos, os atrasos de salários dos profissionais, que levará o governo do estado a rediscutir os serviços de assistência técnica. Uma das dificuldades, como a localização dos escritórios, foi resolvida quando decidiram “agrupá-los próximos uns aos outros, com o objetivo de facilitar a comunicação e reduzir os custos de deslocamento e manutenção” (SEPULCRI, apud ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ, 1981, p. 20).

Diante das dificuldades apontadas acima, o Governo cria a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) em 1959, com objetivo de dar continuidade ao serviço de extensão rural. É importante observar que, no primeiro momento, a Acarpa assume paralelamente as responsabilidades dos serviços de extensão rural do ETA - Projeto 15, até absorvê-lo totalmente. Nesse sentido, em seu estatuto de fundação serão estabelecidos como objetivos da sua ação: "executar um programa de assistência técnico-educativa que permitisse o aumento racional da produção agropecuária e a melhoria das condições socioeconômicas da população rural do Estado do Paraná" (SEPULCRI, apud ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ, 1981, p. 16). Cabe lembrar que em 1974, no contexto de reformas administrativas do governo do estado, através da lei, nº 6.636/74:

> [...] a Acarpa é estatizada, tornando-se oficialmente uma empresa vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura. Posteriormente, foi organizando o Sistema Estadual da Agricultura (SEAG), compondo suas empresas vinculadas, entre as quais a Acarpa, que passou a ser executora das políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado do Paraná. Com isso, essa instituição perdeu sua característica de associação, de empresa paraestatal e, portanto, seu vínculo, quase que exclusivo, com o governo federal através de sua filiação à ABCAR. Este ato, se por um lado tirou o caráter de certa independência da empresa, por outro fez com que esta passasse a compor oficialmente o orçamento do Estado do Paraná, dando-lhe uma relativa estabilidade financeira. (SEPULCRI, apud ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ, 1981, p.17).

Para Sepulcri (2005), com a agricultura em expansão na década de 70, por meio do crédito rural abundante, absorvendo praticamente toda a fronteira agrícola do estado, o Paraná consolida sua posição de grande produtor de grãos, fazendo-se importantes os primeiros pacotes tecnológicos desenvolvidos pela Embrapa e pelo Lapar e difundidos pelo sistema Embrater. Nesta mesma década, o autor destaca ainda que:

> [...] acompanhando o crescimento da agricultura [...], houve grande crescimento da Emater-PR, impulsionado principalmente pelo convênio com a Organização Internacional do Café (OIC), por via do governo federal, envolvendo o programa corredores de exportação, cujo objetivo era produzir excedentes exportáveis, especialmente grãos (soja, milho e sorgo) e carne bovina. (SEPULCRI, 2005, p. 76).

Fazendo um resgate histórico do processo, Sepulcri (apud ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ, 1981, p. 19) nos revela que a Acarpa e a Emater/PR conviveram juntas por um longo período e que ambas se

beneficiaram da prerrogativa de utilidade pública já concedida à Acarpa. E, conforme decisão da junta Governativa da Acarpa e do Conselho de Administração da Emater, estas estariam autorizadas a realizar convênios entre si. A função da Emater seria receber os recursos financeiros e repassar a Acarpa para que esta executasse os Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná. No entanto, o Governo estadual, através da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, extingue a Acarpa, permanecendo somente a Emater.

Cabe lembrar que tal fato encontra-se relacionado com a criação da Embrater em 1975, quando surge a necessidade de organizar o sistema de forma correspondente em cada estado da federação. Por tal motivo, em 26 de dezembro de 1977, o governo do Paraná, representado pelo Poder Legislativo paranaense, autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR), instituída pelo Decreto nº 5.548, de 11/09/1978, estabelecendo como objetivos da sua função naquele período:

> I - Planejar, coordenar, executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, à prestação de assistência técnica para aumento da produção e produtividade agrícolas e melhoria das condições de vida do meio rural do Estado, de acordo com as políticas de ação do Governo Estadual e do Governo Federal;
> II - Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria de Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão rural;
> III - Estabelecer e desenvolver relações de trocas de serviços e informações técnicas com os demais órgãos da administração direta e indireta da Secretaria de Estado, da Agricultura e do Ministério da Agricultura, de modo a fortalecer a cooperação interorganizacional no setor público agrícola;
> IV - Promover estudos, pesquisas, análises, perícias e divulgações técnicas, objetivando fornecer subsídios para estabelecer ou reformular normas técnicas e operacionais com suas atividades. (EMATER, 1989, p.5, grifo do autor).

A Emater do Paraná vem com a proposição de contribuir com a organização da assistência técnica propriamente dita, porém tinha como missão da ação extensionista elevar a produtividade, através do uso de tecnologias que seriam incorporadas aos sistemas de produção agropecuária. Vale ressaltar que, nesse processo, o discurso da melhoria da qualidade de vida da população do campo, se incorporava como um elemento destas políticas como uma ação do Governo do Estado (PERES, 2005).

Considerando a sua importância na difusão de programas e elaboração de politicas voltadas para o desenvolvimento do campo, a Emater/PR se tornará uma

colaboradora estratégica para a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e Ministério de Agricultura. Seja para executar as políticas públicas de assistência técnica, seja para fortalecer a cooperação interorganizacional que viesse a fortalecer as políticas do setor agrícola no Estado. Nas suas ações, também, irá promover estudos e pesquisas com objetivos de estabelecer tecnologias ou criar novas normas técnicas que venham garantir a eficiência dos trabalhos de difusão de tecnologias para agricultura paranaense (SEPULCRI, 2005).

Vale ressaltar que, embora a Emater/PR tenha sido criada para substituir a Acarpa, existe uma diferença significativa em seus objetivos. Nesse sentido, foi ampliado o seu papel nos itens II, III e IV de seus objetivos e foi retirada a palavra "educativa" da assistência técnica, que já estava incorporada na filosofia e na cultura extensionista, permanecendo presente em todos os modelos de extensão desenvolvidos ao longo de sua história. O que é questionado por muitos autores é o entendimento do processo educativo e do modo como ele se processa, pois esta concepção defende:

> [...] educar as pessoas para que viessem adotar novas ideias parece ter sido a motivação central do extensionismo, mesmo que para isso fosse necessário lançar mão de uma teoria alienante, calcada num processo educativo vertical, dominador, "bancário", para usar a expressão do professor Paulo Freire, cujos resultados não poderiam ser positivos para todos, pois de imediato impedia a análise da realidade objetiva em que estava inserida a maioria das famílias rurais com as quais buscava trabalhar. (CAPORAL, 1991, p.183).

Desde o seu surgimento até os dias atuais, o serviço público de extensão rural é mantido pelo governo estadual. No entanto, ao longo dos 54 anos de instituição das entidades de ATER houve várias mudanças, seja no nome da entidade, no regime jurídico ou, também, nas diretrizes de atuação. Somente em dezembro de 2005, a EMATER/PR altera seu regime jurídico, passando de empresa pública para uma autarquia do governo do estado, denominando-se como Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (CARNEIRO, 2011).

A tabela 02 apresenta a evolução histórica da estrutura da extensão rural no Paraná, assim como sua dinâmica que sofreu alterações ano após ano, seja na ampliação dos escritórios, equipe técnica ou público assistido pela assistência técnica no Paraná.

Tabela 02 – Evolução histórica da estruturação da assistência técnica no Paraná, (1956-2004)

Ano	Número de Escritórios		Número de funcionários	Agricultores Assistidos				Total de público assistido
	Local	Regional		Agricultores	Mulheres	Jovens	Trabalhadores	
1956	7	-	29	[2]2.027	-	-	-	2.027
1960	13	1	52	[2]8.040	-	-	-	8.040
1965	22	4	131	-	-	-	-	17.436
1970	69	9	300	-	8.550	13.600	-	87.150
1975	133	13	769	136.465	-	-	-	136.465
1980	245	17	1.781	120.943	27.776	-	-	148.719
1985	289	20	1.981	156.400	38.114	13.444	[1]12.014	219.972
1990	324	20	1.721	170.000	36.200	2.107	3.900	212.207
1995	370	20	1.636	185.678	27.140	4.700	4.387	221.805
2000	391	20	1.542	159.106	17.527	5.982	7.430	190.045
2004	397	19	1.226	158.051	7.000	4.195	11.138	180.900

Fonte: Elaboração própria, com base em Sepulcri (2005, p.70).
(1) Trabalho iniciado a partir de 1985. (2) Corresponde a famílias assistidas.

Observa-se que as informações nos revela que em relação ao número de escritórios nos municípios, que eram sete em 1956, evoluem para 289 em 1985. É importante verificar que a partir de 1990 ouve uma estagnação da criação de novos escritórios. Com relação ao número de famílias assistidas, observa-se que o crescimento foi constante de 1956 até 1995, saltando de 2.027 famílias para 221.805 famílias neste período, ou seja, um crescimento significativo em 39 anos. Depois deste período houve uma queda sistemática e gradual, caindo o número de famílias assistidas de 221.805 em 1995, para 190.045 em 2000 e 180.900 em 2004.

No que se refere ao número de profissionais da assistência técnica, pode-se observar que em 1956, eram apenas 29, chegando em 1980 a um número 1.781 e saltando para 1.981 técnicos em 1985. Considerando, o atendimento técnico\ família, observa-se que, em 1956, a proporção média era de 1\69, ou seja, um técnico para cada 69 famílias. Contudo, este cálculo muda em 1985, quando o número de técnicos por famílias chega de 1\100, ou seja, o ingresso de técnicos nos serviços de assistência técnica não acompanha o crescimento do número de famílias assistidas. É importante ressaltar que estes números de técnicos\famílias

não serão alterados com a diminuição do número de famílias assistidas, que chega em 2004 com um quadro de 1.226 técnicos, uma redução de 38,125%, e com uma proporção média de 1\140.

Apesar da tabela apresentada não constar o quantitativo de homens atendidos no ano 1965 a 1970, observa-se o atendimento técnico direcionado para as mulheres e jovens. Uma importante participação que tem início em 1970 com 8.550 mulheres e 13.600 jovens, saltando, em 1985, para 38.800 mulheres. Entretanto, uma redução na participação da juventude, chegando a 13. 444 jovens. É importante destacar que a partir de 1990, a participação deste público assistido pela assistência técnica reduzirá drasticamente, chegando em 2004 com uma participação de sete mil mulheres e 4.195 jovens.

No entanto, a participação feminina se tornou alvo de crítica, principalmente pelo caráter que se desenvolvia o trabalho com as mulheres naquele período, pois, “O trabalho com a mulher rural, por um longo tempo, foi desenvolvido pela extensão rural ignorando seu papel de agricultoras, levando às mesmas, somente, conteúdos de economia doméstica e outras atividades do lar” (SEPULCRI, 2005, apud ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ,, 1981, p. 24). Neste sentido era oferecido às mulheres rurais:

> [...] a possibilidade de organização em grupos (clubes de mães, de senhoras e outros), acompanhados pelas extensionistas de bem-estar social, e orientados, em sua maioria, para os temas considerados "femininos". De forma geral, mesmo que não fosse essa a intenção, os grupos ajudavam a consolidar a ideia de que havia um lugar separado entre as mulheres e os homens no meio rural, assumindo uma divisão sexual do trabalho que, na prática, negligenciava o papel produtivo que as mulheres sempre desempenharam na agricultura. Essa ação contribuiu para a exclusão das mulheres dos espaços onde se tratava das questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola, embora elas sempre tenham participado ativamente dessas atividades e sobre elas recaíssem as consequências das mudanças ocorridas. (SILIPRANDI, 2002, p. 40-41).

Neste caso em especial, fica clara a condição posta à participação das mulheres neste processo da extensão rural no Paraná, quando as assistentes sociais no seu trabalho, acabavam reforçando a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres. O que contribuiria para que as mesmas fossem excluídas de outros espaços de discussões e aprendizados, como tecnologias e políticas de financiamentos produtivos, conforme fica evidenciado na citação acima.

Assim, todo esse processo de organização e difusão de tecnologias da extensão no Paraná tinha como referência alguns instrumentos metodológicos para

o desenvolvimento dos trabalhos nas comunidades. Se dava de forma individual e grupal, cujo envolvimento das famílias eram organizados a partir dos objetivos a serem alcançados pelos serviços de extensão. Neste sentido a:

> [...] extensão rural utilizou como metodologia de trabalho a comunicação grupal, individual e massal no caso de grandes eventos (encontros, seminários, etc.). Contava, também, com o apoio de programas de rádio, feitos pelos extensionistas, nos municípios onde havia tal estrutura. O processo educativo, por via da educação não formal, e a metodologia de comunicação eram os instrumentos básicos empregados pela extensão na difusão de tecnologia e de informação junto a grupos de produtores, de senhoras e de jovens por meio dos Clubes 4-S. O primeiro Clube 4-S de jovens rurais foi organizado no município de Campo Largo, em 1958, com 19 participantes para executarem os projetos de suinocultura, apicultura, hortas domésticas, melhoramento do lar, nutrição e vestuário. Os Clubes 4-S se destinavam à profissionalização do jovem rural, fora da escola convencional, pela educação informal. Em 1964 existiam 38 Clubes 4-S, chegando ao seu apogeu em 1969 com 328 Clubes 4-S e 6.408 sócios jovens rurais. (SEPULCRI, apud ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ,, 1981, p. 43).

Diante do exposto acima, pode-se observar que esta dimensão comunicacional, assume em sua ação prática um processo educativo não formal, cujo objetivo principal a ser alcançado é a eficaz difusão de tecnologias nos grupos de produtores, mulheres e jovens envolvidos nos clubes. Sob esta perspectiva:

> [...] a extensão rural assume propósitos tutoriais e paternalistas, e, deste modo, procurava persuadir os produtores a adotarem as novas tecnologias, desconsiderando como eram os pressupostos da pesquisa agrícola, os conhecimentos locais, as necessidades específicas e, principalmente, que a tecnologia não era a condição suficiente para a indução de mudanças e desenvolvimento. (SILVA, 2011, p. 13).

Assim, a trajetória da extensão rural no Paraná não difere da política nacional dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil, na qual o modelo de desenvolvimento produtivista a ser difundido no campo seguiu as mesmas características históricas de intervenção e transformação da “agricultura moderna” brasileira, conforme nos revela Melo (2011, p. 67) quando nos diz que:

> O processo de modernização da agricultura paranaense ocorre a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, num contexto de crise da economia cafeeira, resultante do excesso de oferta de café no mercado internacional, da concorrência com os produtos africanos e colombianos e por determinações físicas e climáticas, tais como as geadas e a ferrugem, que atacou os cafezais nos últimos anos da década de 1960. (MELO, 2011, p.67).

Em suma, a extensão rural paranaense tem buscado se adequar a cada período histórico, porém estes não ocorreram de forma linear e homogênea. Ou seja, com a expansão e a modernização da agricultura, a demanda por assistência

técnica aumenta, provocando com isso o surgimento de instituições privadas de assistência técnica: “Nessa época, emergiram várias iniciativas visando suprir a carência desse serviço de assistência técnica oficial.” (Sepulcri, 2005, p. 79).

> Entre as organizações que foram criadas no período e tomaram força pode-se citar as Empresas Privadas de Assistência Técnica e de Planejamento Agrícola, mais tarde o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e a Federação da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf/Sul). (SEPULCRI, 2005, p.79).

Caracterizadas também como, empresas do terceiro setor, as Organizações Não Governamentais (ONGs), surgem no mesmo período, em um contexto e conjunturas específicas, assumindo bandeiras e estratégias relacionadas ao período histórico. Sua atuação estava centrada, no campo da agricultura familiar camponesa e junto aos movimentos sociais do campo.

> Ao papel e metodologias destacava-se, historicamente, um número menor de ONG que assumiam na pauta temas como a Agroecologia, sementes, segurança alimentar; organizar experiências de referência e estudo, formação de lideranças e de base; criar ou assessorar organizações e movimentos sociais e outros. Hoje, muitos temas estão, significativamente, pautados como é o caso da Agroecologia e existem diversas organizações que já assumem a proposta. Portanto, há um novo contexto, mas percebem-se poucas discussões sobre o papel atual e poucos ajustes metodológicos e estratégicos. (ARL, 2015, p. 49).

Neste processo, apresentamos abaixo algumas dessas organizações de assessoria técnica, que no histórico da extensão rural, tiveram importante papel junto aos movimentos sociais do campo no Paraná. Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar[12]), AS-PTA[13], AOPA[14], Fundação Rureco[15], CEAGRO[16], entre outros.

---

[12] Seus principais objetivos e eixos temáticos são os direitos econômicos, sociais e culturais, a Agroecologia, a segurança/soberania alimentar, a biodiversidade, a educação popular, a organização, a educação do campo, as questões de gênero e geração e as políticas públicas. Para atingir seus objetivos estabelece relações de parceria com organizações, instituições e atua junto aos movimentos sociais e organizações populares. A região de atuação da Assesoar é basicamente no Sudoeste do Paraná. No entanto, elabora estudos utilizados em todo o Brasil e em organizações internacionais (Arl, 2015, p.50).

[13] A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA) tem como missão apoiar a construção de capacidades políticas e institucionais de organizações da agricultura familiar para que elas assumam, de forma crescente, o protagonismo na formulação e defesa de padrões de desenvolvimento rural que associam a equidade social, a viabilidade econômica e a conservação dos recursos ambientais (Arl, 2015, p.57).

[14] A missão institucional é animar e potencializar o protagonismo popular, através de movimentos e processos que fortaleçam a organização das famílias agricultoras e consumidoras, construindo a Agroecologia como alternativa na transformação social. Realiza formação e organiza e acompanha grupos na produção, nas feiras e no circuito de trocas. Atualmente, contribui na organização de iniciativas de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e - 59 - Programa de Aquisição de

Porém, o momento atual aponta para uma crise destes serviços públicos de Extensão Rural Paranaense que, com o avanço do processo de modernização e industrialização da agricultura, grande parte destes setores do campo foram se tornando independentes em relação ao papel desempenhado pela extensão pública. Neste sentido, no estado do Paraná observa-se que:

> [...] a estrutura da Emater envelheceu ao longo do tempo, tendo dificuldades de se modernizar em setores estratégicos, como informática, pessoal, comunicação, veículos e outros. As dificuldades enfrentadas pela Emater não são acidentais ou equivocadas, mas refletem a crise do Estado desenvolvimentista resultante da transformações estruturais ocorridas após os anos 90. (SEPULCRI, apud ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ, 1981, p. 97).

Como se observou no presente capítulo, a extensão rural no Brasil e no Paraná realizou suas ações de assistência técnica, difusão de inovações e de tecnologia, como também foi executora direta do plano da Revolução Verde para o desenvolvimento do capital na agricultura. Sua participação na dinâmica de difusão dos pacotes tecnológicos foi determinante para inclusão de milhares de famílias no processo da produção agrícola considerada moderna. Nesse sentido, a extensão rural do Paraná teve uma participação ativa no processo de desenvolvimento da agricultura do estado.

Dessa forma, cabe reconhecer que inovações tecnológicas modernas, introduzidas na agricultura proporcionaram um aumento na produção e produtividade, mas também provocou a exclusão de muitos trabalhadores, que foram transformados em sem terra, boia frias entre outros. Neste sentido, Masseli (1998, p. 37) destaca que:

> Se, por um lado, a modernização da agricultura determinou a elevação da produção e produtividade agrícolas, por outro acentuou as desigualdades estruturais que o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo

---

Alimentos (PAA) e é uma das principais animadoras do circuito de trocas da Rede Ecovida. Atua nas Regiões Metropolitana de Curitiba, Centro-Sul, Litoral do Paraná e Vale do Ribeira em São Paulo (Arl, 2015, p.58, 59).

[15] A Fundação Rureco tem como objetivo central apoiar e articular, regionalmente, as ações dos pequenos agricultores nas áreas de produção, beneficiamento, comercialização e associativismo. Suas ações orientam-se pelos princípios da Agroecologia, estimulando a organização e a capacitação dos agricultores familiares. Atua na região Centro do Paraná. (Arl, 2015, p. 60)

[16] O Centro de desenvolvimento sustentável e capacitação em Agroecologia, é um centro de assessoria e apoio criado pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) na região Centro Oeste do Paraná. Realiza cursos técnicos, acompanhamento técnico às famílias assentadas e pesquisa na área da transição agroecológica. Mais recentemente vem respondendo a editais de ATER, através de Chamadas Públicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), adotando, também, a metodologia proposta nesta sistematização. Com isso aumenta sua capacidade de atuação na região. (Arl, 2015, p. 62).

> assumiu no Brasil, o que agravou a questão agrária, produzindo resultados perversos do ponto de vista das suas implicações sociais. A razão é que, para financiar o desenvolvimento industrial não houve por parte do Estado uma intenção de modernizar genericamente a agricultura. (MASSELI, 1998, p.37).

Conforme destacado pelo autor, o modelo de produção do capital proposto não foi capaz, isoladamente, de resolver os problemas econômicos e sociais da população do campo, posto que se instaurou um processo de expropriação dos camponeses, de suas terras e de seus modos de vida.

Neste sentido, as organizações sociais do campo, tem apontado a necessidade de estabelecer um debate sobre o papel histórico da extensão rural frente a este modelo de desenvolvimento do capital, uma crítica à perspectiva difusionista cartesiana para uma concepção com controle social, dialógica, participativa e que respeite a pluralidade e as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais das populações do campo.

3 A NOVA ATER PARA ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UMA CONSTRUÇÃO EM CURSO NO ESTADO DO PARANÁ

Neste capítulo abordaremos questões que revelarão as contradições geradas diante das estratégias desenvolvimentistas arquitetadas pelo capital para o campo, com viés produtivista e mercadológico, bem como as graves consequências ambientais, econômicas, sociais e culturais. Nessa perspectiva, a emergência de um novo modelo de desenvolvimento para o campo surge como necessária para as populações do campo. Estas populações do campo exigem do Estado uma nova postura frente às políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar camponesa, especificamente para construção de nova política pública de Assistência Técnica.

Caracterizada como um processo de construção participativa da sociedade civil organizada, ONGs, pesquisadores e poder público, a PNATER se constitui a partir do rompimento com o padrão anterior de extensão. Este padrão era voltado ao difusionismo produtivista e caracterizado pela lógica linear de difusão tecnológica.

A nova perspectiva de extensão rural busca estratégias de universalização dos serviços de Ater, com objetivos de garantir o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar camponesa, orientada por uma metodologia pedagógica participativa e dialógica, com base nos princípios da agroecologia e no respeito aos conhecimentos tradicionais e sistemas produtivos e culturais dos diversos grupos sociais do campo, beneficiados por esta política de Ater (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p.8).

Buscaremos ainda contextualizar o debate do paradigma agroecológico como matriz produtiva de desenvolvimento para agricultura, assim como, a importância da formação e capacitação dos agentes de Ater para atuar neste novo processo da assistência técnica e extensão rural, que exigiria conhecimentos e habilidades técnicas voltadas para a construção de um novo enfoque de caráter educativo e transformador. Ou seja, agentes qualificados e preparados para exercerem suas atividades técnicas “[...] diante os dilemas do presente e dos desafios de um futuro sustentável.” (THEODORO, 2009, p. 31).

Dessa forma, a agroecologia, assim como a ênfase nas metodologias de aprendizagem e ações participativas, não entra por acaso na PNATER, mas como resultado de uma reflexão sobre os impactos ambiental, econômico e social do

modelo de desenvolvimento do capital na agricultura, bem como da necessidade de potencializar e incentivar a constituição de alternativas tecnológicas adaptadas às ações de intervenções democráticas e coerentes com os novos tempos (CAPORAL, 2009, p. 17).

3.1 Política nacional de assistência técnica e extensão rural

Como já vimos, a extensão rural de modo geral, não conseguiu dar conta de seus propósitos, exigindo novos procedimentos por parte do Estado, no sentido de repensar o atendimento das necessidades de assistências técnicas à população do campo.

> Depois de várias décadas de acelerada deterioração ambiental, de derrubada criminosa de nossas matas e de contaminação do ambiente em geral (água, ar e solo), da comida e das pessoas e animais, entre outros grandes males do modelo convencional de desenvolvimento agrícola e rural, as sociedades passaram a exigir novas condições de vida e um novo enfoque para o desenvolvimento. (CAPORAL, 2009, p. 24).

A despeito deste conjunto de problemas causados pelo modo de produção do capital para agricultura, Stédile/2014 destaca que é difícil generalizar o papel histórico da extensão rural no Brasil, destacando que:

> No sul do país, ela teve um papel preponderante utilizando a metodologia trazida dos Estados Unidos na montagem do sistema ABCAR, que organizou um sistema eficiente de chegar a todos os agricultores familiares, aos camponeses, e transmitir a eles, técnicas de aumento de produtividade, eficientes, porém muito vinculadas a difusão de insumos químicos, seja de fertilizantes, seja dos agrotóxicos. E também na indução do uso generalizado das máquinas agrícolas, ou seja, foi também fundamental para implementação do modelo de integração subordinado dos pequenos agricultores ao sistema de agroindústria das grandes empresas, do fumo, do leite, das aves, e dos suínos. (STÉDILE, 2015)[17].

Em relação ao processo de extensão rural desenvolvida nas regiões sudeste e nordeste, Stédile revela que:

> Acho que a extensão rural não conseguiu ter influência sobre os agricultores camponeses. E talvez aí esteja uma das razoes da resistência maior dos agricultores que moram nessas regiões, que desenvolveram métodos alternativos de convivência com a seca, de resistência na produção de alimentos, de acordo com as necessidades de sua subsistência, mais voltados ao mercado local. (STÉDILE, 2015).

[17] A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

Desse modo, a análise dos roteiros realizados com Celso Lacerda (2014), sobre o significado histórico da extensão rural no estado do Paraná, seu papel na difusão de tecnologias “modernas” e a luta dos movimentos sociais para alterar a dinâmica dos serviços de ATER nos assentamentos de Reforma Agraria, reforça a reflexão de Stédile sobre as diferentes formas de desenvolvimento da extensão nestas regiões quando este nos diz que:

> No estado do Paraná, na década de 80 e 90 a assistência técnica esteve muito presente ao agricultor familiar, e os assentados se inserem nesta categoria, por meio de Cooperativas, mas principalmente pela assistência técnica oficial via Emater. Ocorre que o principal objetivo deste serviço era melhorar a produtividade das culturas produzidas à época, fundamentalmente, inserindo novas tecnologias de nutrição, controle de pragas e doenças e manejos animal e vegetal. De fato isso aumentou a produtividade destas culturas, mas promoveu o êxodo rural, a concentração de terras e desmatamento e danos ambientais. Isso porque cada vez mais o produtor, neste modelo tecnológico, tem suas margens de lucro reduzidas por um alto custo de produção, lastreados numa quantidade cada vez maior de insumos externos. (LACERDA, 2014)[18].

Conforme destacado na fala acima, no estado do Paraná, a dinâmica da extensão rural era realizada por cooperativas e empresas pública de Ater (Emater/PR). Com o objetivo de inserir os agricultores e assentados na lógica da agricultura moderna, com aporte de tecnologias que permitissem melhorar a produtividade. Observa-se que neste período, muitos agricultores e assentados acabaram comprando o discurso da assistência técnica e incorporando em seus sistemas produtivos, tecnologias de nutrição, controle de pragas e doenças e manejos animal e vegetal. Importante destacar que as consequências deste processo se revelam mais adiante, na dependência de insumos externos, aumento dos custos de produção e, consequentemente, na perda da margem de lucros. Apesar das proposições da PNATER para o cenário atual da extensão, ainda há muito que ser superado para chegar a uma nova Ater, o mesmo considera que o engessamento burocrático dos serviços públicos de Ater ainda se mantêm como desafios para as entidades e profissionais de Ater, questão que fica claro quando o mesmo diz:

> O modelo proposto de Ater hoje pelo atual Governo é importante, mas não é suficiente para promover a mudança de modelo tecnológico. Grosso modo, para alcançarmos este objetivo é necessário primeiramente que a pesquisa produza tecnologias, já que temos muitos gargalos tecnológicos na produção da agroecologia e agricultura orgânica. (LACERDA, 2014).

[18] A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

Assim, o sentido de urgência para desenvolver formas sustentáveis para a produção agrícola provocado pelas discussões, debates e reivindicações da sociedade em geral e, de forma muito particular, dos movimentos sociais, através da mobilização em torno de questões ambientais e da saúde pública possibilitaram a construção de propostas de reestruturação dos serviços de Ater. Diante de muitos elementos:

> [...] as crises econômicas e socioambientais, geradas pelos estilos convencionais de desenvolvimento, recomendam uma clara ruptura com o modelo extensionista baseado na *Teoria da difusão de Inovações* e nos tradicionais pacotes da "Revolução Verde", substituindo-os por novos enfoques metodológicos e outro paradigma tecnológico, que sirvam como base para que a extensão rural pública possa alcançar novos objetivos. (BRASIL, 2012b, p. 05).

Dessa forma, pode-se compreender que a estratégia de desenvolvimento arquitetada pelo capital para o campo, com viés produtivista e mercadológico gerou, ao longo dos anos, graves consequências ambientais, econômicas, sociais e culturais à toda população do campo. Dentro desta perspectiva, a emergência de um novo modelo voltado para o desenvolvimento do campo, com base na agricultura agroecológica, o surgimento de novos atores sociais e formas de organizações do campo têm pautado, diante da sociedade, uma extensão rural capaz de dar respostas frente a esses desafios.

Reformulando as práticas extensionistas convencionais, estruturadas historicamente para transferir pacotes tecnológicos da Revolução Verde, foi elaborada uma nova política centrada na promoção do desenvolvimento rural sustentável chamada de Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O debate da nova abordagem se desencadeou de forma sistêmica, articulando recursos humanos e financeiros, a partir de parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo território nacional. Foi com este olhar que as ações de assistência técnica e de extensão rural foram reconsideradas por diversos especialistas, sendo percebidas como:

> [...] serviços de importância fundamental no processo de desenvolvimento rural e da atividade agropecuária. Porém, devido à exploração exacerbada dos recursos naturais, tornou-se necessário a inclusão de novos enfoques metodológicos, onde através da criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural tornou-se possível a atualização do papel da extensão rural frente às novas tendências. À extensão rural, coube continuar a desenvolver o processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa e de conhecimentos diversos, mas levando sempre

> em consideração os conhecimentos empíricos dos produtores rurais, buscando alternativas de desenvolvimento econômico, sem extinguir os costumes e valores culturais das comunidades, aliados ao desenvolvimento sustentável da sociedade onde os produtores estão inseridos. (FREITAS, et al. 2013, p. 3).

Uma nova extensão rural exigiria a compreensão de que a agricultura familiar é ao mesmo tempo unidade de produção, consumo e reprodução, funcionando mediante lógica claramente distinta da produção da agricultura capitalista, considerando que uma apresenta características centrais bastante diversas da outra (CAPORAL, 2009, p. 33). Além disso, demanda a compreensão de que os agricultores familiares estão submetidos a um contexto específico, cuja socialização dos saberes e conhecimentos se dá mediante processo de aprendizagem, experimentação e erro, mediados pelo conhecimento de processos biológicos e sociais presentes no entorno (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 84). A reflexão sobre esta "nova extensão rural" requer um esforço coletivo, pautado numa visão sistêmica, plural e multidimensional, primando pela diversidade e construção coletiva de saberes, sem substituir conhecimentos, mas conjugando-os (BARBOSA, 2009, p. 45). Para Caporal e Ramos (2006, p. 06):

> A nova Extensão Rural, por meio da implementação de programas e projetos, pode contribuir para a revalorização do espaço rural e ajudar a reverter o quadro e crise socioeconômica e ambiental, constituindo-se num instrumento do Estado capaz de apoiar a reestruturação e de dinamizar as organizações que atuam no setor, estabelecendo novas institucionalidades, mais adequadas às demandas e realidades do meio rural. (CAPORAL; RAMOS, 2006, p.06).

Nesse sentido, o estabelecimento de diretrizes estimulou o redirecionamento da organização das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), ligado às Secretarias de Agricultura Familiar (SAFs). Em janeiro de 2010, com as diretrizes mais consolidadas, foi alterada a antiga lei de 1993 para instituir Lei nº 12.188. Com a sigla PNATER, a lei também estabeleceu o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater[19]). Nesse sentido, a:

> [...] singularidade da PNATER reside no fato desta ter sido construída a partir de uma ampla discussão com os principais atores políticos e sociais envolvidos com as atividades de ATER no país, em especial as

[19] Lei n. 12.188. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 17 set. 2015. Sobre as diretrizes, veja documento do (MDA, 2004) – www.mda.gov.br.

> organizações de representação dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. (ROSS, 2013, p. 02).

Nesse contexto, a dinâmica de construção participativa das 26 conferências, além de marcar a consolidação e organização do processo de construção coletiva da PNATER, foi determinante para construção do documento base desta política. Foram realizadas as Conferências Estaduais e uma Distrital, sendo organizadas em sete Conferências Temáticas, 160 Conferências Territoriais e duas Conferências Municipais, conforme regimento (BRASIL, 2012b, p. 15). Estima-se que foram mobilizadas cerca de 40 mil pessoas, distribuídas entre representantes governamentais e sociedade civil em geral.

A partir do resultado das discussões das conferências, foi realizada, em abril de 2012, a 1ª Conferência Nacional sobre ATER na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (CNATER), com o tema “ATER para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural”. Assim, a conferência nacional teve uma participação de aproximadamente 700 delegados com direito a voz e voto, representantes da sociedade e poder público. Além destes delegados, participaram entorno de 100 convidados, que, na plenária e nos espaços de debates em grupos, tinham apenas o direito a voz e a observação em geral (BRASIL, 2012b, p. 15).

Contudo, destaca-se aqui que, diferente do processo da extensão rural, a PNATER apresenta uma história de construção a partir da sociedade civil organizada, que deixa como legado os objetivos, princípios e diretrizes que compõem a proposta de assistência técnica para o campo. Nesse sentido, as:

> [...] ações da Ater pública devem auxiliar na viabilização de estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não agrícola, no meio rural, à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, à participação popular e, consequentemente, ao fortalecimento da cidadania. (BRASIL, 2004, p. 6).

A PNATER então, se constitui em um rompimento com o padrão anterior de extensão voltada ao difusionismo produtivista, caracterizado pela lógica linear de difusão tecnológica. Pode-se dizer que a PNATER apresenta-se com a perspectiva de buscar estratégias de desenvolvimento e de fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Esta nova proposta está aliada à construção de novos desenhos de agroecossistemas sustentáveis, que valorize os sistemas culturais dos diversos

grupos sociais e que, tenha nos saberes e conhecimentos, o ponto de partida para qualquer intervenção:

> [...] nos sistemas agrícolas, introduzindo biodiversidade e manejando as relações entre solos, plantas e animais, ao invés de simplificá-los, como no modelo da Revolução Verde. Ademais, trata-se, também, de entender não só a diversidade, mas as relações entre os indivíduos e entre eles e o meio ambiente, assim como as estratégias de resistência da agricultura familiar e as lógicas orientadoras dos processos decisórios que ocorrem nas unidades familiares de produção. (CAPORAL, 2009, p.133).

Assim, o desenvolvimento sustentável sugerido pelo autor supõe a organização de estilos de agricultura, extrativismo e pesca, igualmente sustentáveis. Não podendo ser alcançados unicamente por meio de transferência de tecnologia, ou seja, podemos pensar como uma possibilidade para este desenvolvimento, a produção agroecológica. Nessa perspectiva:

> [...] a Ater pública deverá estabelecer um novo compromisso com as famílias beneficiárias e com os resultados econômicos e socioambientais relacionados e derivados de sua ação, não podendo omitir-se diante de eventuais externalidades negativas geradas por sua intervenção e pelas suas recomendações técnicas, como ocorreu na Revolução Verde. (BRASIL, 2008, p. 06).

Assim, os caminhos estabelecidos na PNATER deixam claras as estratégias que devem ser adotadas no processo de transição do modelo convencional para o agroecológico. Os princípios e diretrizes a serem adotados nesta trajetória são:

> a) Assegurar, com exclusividade aos agricultores de regime familiar (assentados da Reforma Agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros e outros beneficiários de programas do MDA/SAFs), acesso à assistência técnica e extensão rural pública e gratuita visando o fortalecimento da agricultura familiar;
> b) Contribuir para promover o desenvolvimento rural sustentável, com ênfase no processo endógeno potencializando o uso dos recursos naturais, adotando em sua base abordagens multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, de maneira que venha estimular a adoção de metodologias participativas e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia.
> c) Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivistas, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável;
> d) Apoiar ações múltiplas e articuladas de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural permanentes e contínuas, que viabilizem o desenvolvimento econômico equitativo e solidário nas comunidades e territórios rurais brasileiros, de modo a atender a demanda de todos agricultores familiares;
> e) Apoiar ações destinadas à qualificação e ao aumento da produção, assegurando que estas ações contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas. (BRASIL, 2008, p.7).

Estes princípios mostram claramente o avanço da proposição da assistência técnica frente ao Estado. Os gestores públicos indicam elementos importantes, comparados aos princípios historicamente construídos para a extensão rural no Brasil, que eram meramente produtivistas e difusionistas, a extensão rural da persuasão, criticada por Freire.

Dessa forma, os princípios que constituem a assistência técnica da PNATER destaca o avanço da concepção sobre a matriz tecnológica a ser adotada nesta nova fase da assistência técnica como política pública de desenvolvimento para agricultura. A proposta da agroecologia como referencial de projeto para agricultura brasileira constitui um marco histórico na dinâmica de desenvolvimento das políticas públicas para o campo, em especial para a assistência técnica.

Assim, as diretrizes da PNATER são:

> [...] gerais, amplas, abrangentes, mas enfatiza-se a necessidade de respeito à diversidade das formas de vida, das visões de mundo e dos sistemas culturais das pessoas envolvidas, como também se consideram as diferenças regionais, as condições objetivas de cada agroecossistema. (CAPORAL, 2009, p. 158).

Este mesmo autor destaca que, a riqueza da nova Ater está na sua capacidade criativa, na sua capacidade de adaptar a ação aos elementos da realidade, e que, em virtude da existência de uma pluralidade, não pode haver homogeneização, ou seja, é um processo que exige diferentes estilos de Ater. Nesse contexto, a compreensão da realidade deve ser buscada junto com as comunidades de agricultores, o que irá permitir a definição de estratégias apropriadas às condições de cada comunidade, salvaguardando-se os princípios da PNATER.

Como resultados deste processo, conforme nos revela o balanço realizado pelo Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA), entre os anos de 2010 e 2014, foram atendidas mais de 800 mil famílias da agricultura familiar e da reforma agrária. Em 2014, foram beneficiadas mais de 600 mil famílias, sendo 333,8 mil famílias de assentados da reforma agrária e 279,5 mil famílias em contratos de ATER para outros agricultores familiares. Foi em 2014 que se atingiu a marca da maior cobertura de assistência técnica na história da reforma agrária, destacando-se que 79% dos assentamentos criados entre 2011 e 2014 já têm Ater garantida para o próximo período. Outra conquista importante, medida adotada a partir da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, realizada

em 2013, foi a garantia em caráter obrigatório do atendimento a 50% de mulheres entre o público beneficiário de todos os contratos de Ater (BRASIL, 2012b, p.23).

Neste sentido, a ampliação e a qualificação da oferta dos serviços de ATER tem se traduzido na adequação dos instrumentos de execução da política pública, com vistas a garantir o acesso ao universo de grupos sociais que compõem a agricultura familiar e a reforma agrária: A ATER para Mulheres, a Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), a ATER Quilombola e a ATER Mais Gestão, ATER – Agroecologia. Com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, em 2011, e a articulação da ATER ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, considerada carro-chefe do eixo de inclusão produtiva rural do PBSM, parte significativa da oferta desses serviços foi garantida também para as famílias em situação de pobreza extrema (BRASIL, 2012b, p. 24).

Entre outros programas constituídos a partir desta política da PNATER, se destaca o programa ATER Mais Gestão, que tem como objetivo profissionalizar e dar suporte às cooperativas e a outras organizações econômicas da agricultura familiar. Nesse sentido, foram investidos, entre 2012 e 2014, quase R$ 60 milhões na capacitação de 471 cooperativas da agricultura familiar, com o intuito de inseri-las, especialmente, nos mercados de compras institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB) (BRASIL, 2012b, p. 23).

> Em ação conjunta, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e MDA investiram, desde 2003, cerca de R$ 5,3 bilhões na aquisição de mais de 4 milhões de toneladas de alimentos da agricultura familiar, beneficiando aproximadamente 1,3 milhão de agricultores e agricultoras familiares. Nos últimos quatro anos (2011 a 2014), foram R$ 2,1 bilhões, beneficiando 459.646 agricultores familiares. Para 2015, o orçamento previsto do PAA é de R$ 816 milhões, o que possibilitará a participação de aproximadamente 154 mil agricultores familiares. (BRASIL, 2012b, p.24).

Importante também trazer aqui o Plano Brasil Agroecológico, cujo objetivo é estimular e ampliar a produção agroecológica e ampliar a oferta de alimentos saudáveis à população brasileira. Com isso, a Presidenta da República anuncia, em 2013 na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), o valor de R$ 8,5 bilhões para esta inciativa.

Como resultado deste processo, o plano Safra 2014-2015 anunciou que das operações de créditos:

> [...] Agroecologia teve redução de juros; a agroecologia e a produção orgânica foram incluídas como prioritárias na nova linha Pronaf Produção Orientada, com ATER vinculada; e foram simplificados os requisitos dos projetos técnicos de crédito para possibilitar o financiamento de sistemas de base agroecológica ou para transição agroecológica. Além disso, o SEAF passa a identificar a produção orgânica e agroecológica e o PGPAF passa a ter valor diferenciado para produtos produzidos nessas bases. (BRASIL, 2012b, p. 25).

A citação acima nos revela o importante avanço na reformulação da política do crédito rural, que orientada pela assistência técnica, agora com uma linha do Pronaf Agroecologia com juros diferenciados. Portanto, terão crédito específico aquelas famílias que decidirem por uma produção limpa e sadia, com projetos simplificados para garantir o financiamento de produção ou transição para produção agroecológica, além de receber, com essa iniciativa, um valor diferenciado dos seus produtos.

Apesar de considerarmos tal política um incentivo para produção de base agroecológica, é importante destacar que:

> O projeto deve se constituir em um instrumento de planejamento da transição, mas não pode se transformar em uma amarra que traga mais problemas do que solução, quando surgem situações novas a serem enfrentadas pela família. (FERRARI, 2006, p.11).

Um das dificuldades está no prazo de carência que é de três anos, podendo ser distribuídos ao longo dos seis anos, para Weid, (2007), tal situação, nos coloca um problema de eficiência.

> O ideal seria o agricultor poder planejar seus investimentos ao longo de seis ou mesmo oito anos, e os recursos irem sendo liberados ano a ano pelos bancos segundo as necessidades definidas pelo agricultor. (WEID, 2007, p. 10).

Considerando que um processo de transição agroecológica não pode ser pensada a partir de prazos já pré-estabelecidos, conforme citado cima, não se trata de aplicar um pacote tecnológico, mas sim desenhar um sistema produtivo diversificado, considerando as particularidade de cada agricultor.

Aqui cabe trazer as dificuldades identificadas durante o II Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Recife, em julho de 2006, para o qual destacamos abaixo:

> • Financia a transição, mas não a produção agroecológica
> • Os agentes financeiros locais têm muita resistência à agroecologia
> • Há poucos recursos para Ater e vincular a remuneração com o valor do projeto é um erro Financiamento da Transição Agroecológica
> • Burocracia ainda é grande

> • Quem vai sozinho ao banco não consegue o que quer
> • Os bancos orientam para o uso do pacote
> • O zoneamento da Embrapa impõe restrições injustificáveis a projetos agroecológicos
> • Os créditos estão orientados para uma cultura ou um animal e não para um sistema produtivo
> • Os prazos de análise dos projetos são muito longos e os recursos chegam atrasados ou acabam faltando para os projetos agroecológicos
> • O Pronaf Agroecologia foi para os tipos C e D, deixando os assentados (A) de fora
> • Os bancos tendem a atender primeiro as demandas dos agricultores do tipo D, que têm projetos com valores mais altos, fazendo com que acabe faltando recursos para os outros
> • Os prazos para a transição agroecológica são muito apertados. (WEID, 2007, p. 96).

Diante do exposto acima, observar-se que o desenho da proposta de crédito para produção agroecológica, apesar de sua importância para fomentar sistemas de produção agroecológicos, na realidade cotidiana dos assentamentos, ela não tem se efetivado. Seja pelas barreiras burocráticas postas, seja pelo limite orçamentário ou mesmo falta de informação dos agricultores, profissionais da extensão, entre outros. Assim o universo de problemas observados na operacionalização do Pronaf Agroecologia se mantém como desafio a ser superado, tanto pelos agricultores quanto pelas instituições financeiras e os gestores de políticas públicas. Considerando uma proposta de PRONAF Agroecologia que condiciona as famílias a apresentarem um planejamento de transição em um período de três anos com prescrição das técnicas que vão deixar para traz e quais irão incorporar a cada ano, é considerada inviável (WEID, 2007).

Logo, essas políticas veem de encontro às estratégias de fortalecimento dos princípios e objetivos da PNATER, forma legítima de um novo enfoque para o desenvolvimento para agricultura brasileira. Porém para que esta política de crédito seja massificada, é necessário flexibilizar muito os procedimentos para que os agricultores e agricultoras possam efetivamente chegar a usar o PRONAF Agroecologia (WEID, 2007).

3.1.1 Os sujeitos sociais da “nova” ATER

Em meados da década de 1990 aconteceu uma inflexão na trajetória do reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro da diversidade do meio rural e da legitimidade das demandas da agricultura familiar. Até então, a política agrícola

estava voltada quase que exclusivamente para a agricultura patronal, deixando de lado 4,4 milhões de estabelecimentos rurais familiares, dos quais 2,2 milhões de famílias pobres (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009). Neste contexto, foi criada a primeira política pública destinada aos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

A partir do programa Fome Zero, a agricultura familiar passa a ser considerada ainda mais estratégica, dado o seu papel no abastecimento alimentar interno e a sua capacidade de resposta, mesmo em períodos de crises globais de alimentos. Nos últimos 15 anos, o Crédito Rural do PRONAF passou por uma significativa expansão, saltando de 184 mil contratos na safra 1995/96 para 1,4 milhão de contratos de 2008/09. Nas safras de 2008/09, foram financiados R$ 10,8 bilhões e em 2010/11, já foram 14,3 bilhões, apesar de terem sido previstos 16 bilhões (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Os últimos anos foram marcados por um esforço de desconcentração regional do PRONAF, especialmente para as regiões Norte e Nordeste, de forma que ele pode ser acessado em todas as regiões do país. Ainda assim, persiste uma concentração na região Centro-Sul. Observa-se também, no decorrer dos anos, o aumento do valor médio dos contratos de crédito, o que evidencia uma redução do número de contratos, especialmente entre os agricultores familiares de mais baixa renda. Foram criadas linhas de crédito específicas no PRONAF voltadas para segmentos específicos como: Jovens, Mulheres, Agroecologia, Florestal, Eco, Semiárido, dentre outras.

Junto ao PRONAF foram desenvolvidos mecanismos de proteção e garantia da renda e dos financiamentos e produção como o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), a Garantia Safra e o Programa de Garantia de Preços mínimos da Agricultura Familiar (PGPAF) (BRASIL, 2011, p. 23).

Ao traçarmos um panorama da agricultura familiar nacional fica perceptível a dimensão da produção agrícola familiar. À luz da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), foi possível constatar que pequenos produtores familiares são responsáveis por 70% da produção de alimentos, ou seja, são os sujeitos do campo responsáveis pela segurança alimentar e nutricional do país, o que por si só justifica a necessidade da política pública de Ater (BRASIL, 2012b, p. 10). Segundo Caporal (2009, p. 94), dadas suas necessidades objetivas e

sua importância socioeconômica, com destaque para o seu papel e suas estratégias de produção diversificada e ecológica, à agricultura familiar exerce importante capacidade, para contribuir com a segurança e soberania alimentar da população. Conforme tem sido defendido ao longo de décadas:

> O desenvolvimento rural brasileiro carece de uma vigorosa reforma da estrutura fundiária e de políticas consistentes de fortalecimento da Agricultura Familiar. Como se sabe, existem no Brasil 4.139.369 estabelecimentos rurais familiares que, embora ocupando apenas 30,5% da área total e dispondo de 25,3% do financiamento, respondem por 37,9% do Valor Bruto da Produção – VBP e por 76,85% da mão-de-obra ocupada na agricultura. Segundo MDA/Incra (2000), os agricultores familiares produzem 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos. Além disso, respondem pela produção de 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e 10% da cana-de-açúcar, o que demonstra a grande importância estratégica deste setor. (CAPORAL, 2009, p. 282)

No contexto de reorganização da Ater, em que as organizações e movimentos sociais do campo e as contradições históricas das políticas agrícolas e agrárias se fazem presente, de forma embrionária algumas organizações não-governamentais e entidades ligadas a movimentos sociais se desafiaram a desenvolver serviços de assistência técnica em comunidades rurais e/ou famílias assentadas da Reforma Agrária. Assim, a participação das organizações e movimentos sociais do campo neste processo tem contribuído de forma efetiva na organização da produção, considerando que:

> No caminho da extensão rural, vivenciada pelas organizações não-governamentais, observa-se a mudança na percepção dos papeis assumidos pelos agricultores e as muitas metodologias testadas em campo. Propõe-se que a extensão rural seja discutida a partir da observação, do diálogo e da compreensão do que é agricultura familiar. Nesse esforço, acredita-se necessário aprender com a própria agricultura familiar, compreender suas dinâmicas, processos de diálogo, trocas e complementariedade, estabelecendo uma lógica sistêmica característica da agricultura familiar. [...] Sendo a extensão rural uma política pública, tem que ser encarada como parte de um projeto de desenvolvimento. (BARBOSA, 2009, p. 38).

As entidades ligadas a estas organizações e movimentos sociais, prestadoras de serviços de Assistência Técnica e amparadas pela política da PNATER, são consideradas aptas por terem como natureza principal de suas atividades a relação permanente e continuada com agricultores familiares e demais públicos da extensão rural. Devem então, desenvolver ações para o fortalecimento da agricultura familiar e

para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Legalmente estas entidades compõe o Sistema Nacional Descentralizado de Ater Públicas, sendo:

> - As instituições públicas e estatais (municipais, estaduais e federais);
> - As empresas de Ater vinculadas ou conveniadas com setor público;
> - Os serviços de Extensão pesqueira;
> - As organizações de agricultores familiares que atuam em Ater;
> - As organizações não-governamentais que atuam em Ater;
> - As cooperativas de técnicos e de agricultores que executem atividades de Ater;
> - Estabelecimento de ensino que executem atividades de Ater na sua área geoeducacional;
> - As CFR (Casas familiares Rurais), EFA (Escolas Família Agrícola) e outras entidades que atuem com Pedagogia da Alternância e que executem atividades de Ater;
> - Redes e consórcio que tenha atividades de Ater;
> - Outras, que atuem dentro dos princípios e diretrizes desta Política. (BRASIL, 2008, p.12).

Conforme pode ser observado na citação acima, uma diversidade de entidades poderá prestar serviços de Ater, elemento que revela um reconhecimento do Estado frente aos diferentes grupos sociais existentes no campo, para tanto as exigências burocráticas tem excluído muitas entidades do processo de concorrer as chamadas publicas de Ater. Conforme nos revela Dambrós (2015, p. 150):

> Uma das razões principais da elaboração da Lei de ATER (12.188/2010) foi a necessidade de superar as amarras legais dos convênios e desburocratizar a gestão para permitir que os recursos para essa política fossem aplicados com maior facilidade, sem perder a transparência dos mesmos. (DAMBRÓS, 2015, p.150).

Para tanto, a realidade hoje tem mostrado o contrário do idealizado na constituição da lei da Ater, para o autor a lei criou obstáculos quase intransponíveis. Dentre eles, destacamos o não adiantamento de recursos financeiros dos contratos, neste quesito é importante destacar que as entidades da sociedade não dispõem de capital para iniciar os serviços de Ater. Assim, os critérios exigidos nos contratos têm se tornado uma grande armadilha para as entidades de Ater. A exigência do INCRA, que tem condicionado a liberação de recurso à ordem de serviço, mediante adiantamento de 5% do valor total do projeto, é importante destacar que tal exigência não tem nenhuma justificativa por parte do INCRA. E por fim, os pagamentos dos serviços, que são liberados mediante apresentação dos atestes, como, visitas e relatórios técnicos das atividades, que somente após ser analisados pelos técnicos do INCRA são liberados para pagamento. Para Dambrós (2015, p. 152), estes:

> [...] recursos exigidos em garantia pelos editais das chamadas públicas de ATER têm obrigado as entidades a buscarem estes recursos de garantia fora a juro de mercado que não são ressarcidos à organização. Esse comportamento jurídico, embora legal previsto em contrato, tem penalizado muito as organizações não governamentais. (DAMBRÓS, 2015, p.152).

Diante dos limites evidenciados, podemos observar que normatizar as entidades da sociedade civil para participar das chamadas públicas de Ater não é suficiente, é necessário criar condições jurídicas e econômicas diferenciadas que possibilite esta participação.

Além disso, vários fatores pressionam os serviços de assistência técnica na direção de uma generalização da aplicação dos princípios da PNATER na promoção do desenvolvimento agroecológico. Entre eles, podemos citar o aumento da demanda por alimentos de qualidade; a opinião pública cada vez mais consciente a respeito dos impactos negativos do uso dos insumos da Revolução Verde sobre o meio ambiente e a saúde de agricultores e consumidores; os custos crescentes dos insumos químicos industrializados; o endividamento crescente da agricultura familiar; as políticas públicas orientadas para produtos de qualidade superior, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Considerando que assistência técnica incorporada pela PNATER apontou a agroecologia como modelo tecnológico para o desenvolvimento da agricultura, elemento importante desta pesquisa, trataremos a seguir, dos aspectos conceituais da agroecologia.

3.2 O paradigma agroecológico: contraponto e alternativa

O uso do termo agroecologia se constituiu nos anos de 1980, através dos trabalhos de Miguel Altieri e, posteriormente, de Stephen Gliessman. Ambos pesquisadores estadunidenses considerados atualmente principais expoentes da “vertente americana” da agroecologia. Outra vertente importante que se destaca da agroecologia nesta mesma época, é conhecida como a “Escola Europeia” localizada em Andaluzia e Espanha. Representa uma agroecologia com viés sociológico e que busca inclusive a caracterização do campesinato, Sevilla-Guzmán e Manoel Gonzalez de Molina são os principais expoentes desta escola (GUBUR, 2012, p. 60).

O conceito da Agroecologia tem como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis (CAPORAL et al. 2004, p. 11). Para Altieri (2009) a agroecologia se caracteriza através de conceitos, princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar sistemas agrícolas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis.

Então, mais do que uma disciplina específica, a Agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias “reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas” (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 81), que têm contribuído para conformar o seu atual corpus teórico e metodológico.

> Entendemos agroecologia como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgate os saberes que a “Revolução Verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabilizasse a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala. E, pois, uma tecnologia capaz de confrontar com o agronegócio, em qualquer escala. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 36).

Nessa perspectiva, tem-se notado que o ponto de partida para elaboração de novas abordagens de desenvolvimento agrícolas são os próprios sistemas que os agricultores tradicionais desenvolveram e/ou herdaram ao longo dos séculos. Esses sistemas complexos, adaptados às condições locais, têm ajudado os pequenos agricultores a manejar, de forma sustentável, ambientes adversos. E, ainda, satisfazer suas necessidades de autoconsumo, sem depender de mecanização, fertilizantes químicos, agrotóxicos ou outras tecnologias oferecidas pela ciência agrícola (ALTIERI, 2010, p. 24). O autor ainda diz que, embora muitos desses sistemas tenham colapsado ou desaparecido em muitas partes do mundo em desenvolvimento, existe a exemplo, a estimativa de 50 milhões de indivíduos, que pertencem entorno de 700 etnias indígenas diferentes, vivem e utilizam as regiões tropicais úmidas do mundo, nesta forma de produção (ALTIERI, 2012, p. 121).

Assim, o resgate da cultura, do conhecimento das populações tradicionais e os estudos científicos desenvolvidos pela academia sobre tecnologias de produção sustentáveis, em especial nos países em desenvolvimento, tiveram grande contribuição na construção do pensamento e da concepção agroecológica.

Evidentemente, a agroecologia não propõe:

> [...] retomar as vidas enclausuradas, oprimidas e penosas das antigas comunidades camponesas, mas sim resgatar alguns de seus bons sensos, virtudes, exemplificadas nas dimensões de participação e solidariedade. (PERONDI, 2004, p.14).

O que a agroecologia propõe de fato é o entendimento das adaptações bem-sucedidas que foram capazes de permanecer com o passar das gerações e que só agora passam a ser sistematizadas (THEODORO, 2009, p. 26).

Nessa perspectiva, a agroecologia não se situa no paradigma convencional, cartesiano e reducionista, no paradigma da simplificação (disjunção ou redução), pois este não consegue reconhecer a existência do problema da complexidade. Logo, se trata de reconhecer que na relação do ser humano com outros seres humanos e destes com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os conhecimentos de diferentes disciplinas científicas com os saberes tradicionais (SAUER; BALESTRO, 2013, p. 238). E para isso é importante compreender que:

> O primeiro passo para construção de um novo paradigma é a desconstrução dos conceitos, técnicas e processos do modelo do agronegócio. É preciso abandonar os conceitos convencionais e, em seu lugar, estudar e incorporar saberes que promovam tecnologias limpas, que respeitam os bens comuns naturais, ao mesmo tempo em que ofereçam aos produtores um caminho produtivo e positivo, econômica, financeira, social, ambiental e eticamente. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p.38).

Entretanto, esta não é uma tarefa fácil, ou mesmo simples, mas necessária e inadiável, porque o agravamento das condições ambientais, políticas e sociais está se intensificando em escala exponencial. Além disso, não se modifica facilmente uma ideologia difundida pelo capital, mesmo que esta realidade, criada por essa mesma ideologia, tenha gerado tanta miséria, tantos insucessos, tantos problemas. Exemplo disso é o desmatamento desenfreado, aquecimento global, mudanças climáticas, desertificação, contaminação e esgotamento de mananciais de água doce, salinização, erosão e empobrecimento dos solos, aumento abusivo no uso de agrotóxicos, contaminação dos alimentos, danos à saúde, extinção de espécies, perdas irreversíveis da biodiversidade, entre outros. Este processo nos impõe uma nova reflexão, até mesmo porque, quem menos ganhou e quem sempre “pagou a conta” foram os agricultores camponeses, e, por suas consequências à saúde e o bolso dos consumidores.

> Afinal, durante os últimos 50 anos, o ensino, a pesquisa e a extensão agrícolas e, principalmente, a mídia, não trataram de outro assunto na agricultura, que não fosse o panegírico da agricultura industrial, onde a devoção à 'revolução verde' foi uma constante. (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p.39).

Contudo, a mudança de paradigma produtivo na agricultura não é simples, pois implica em mudanças nas relações sociopolíticas para além do âmbito da agricultura.

> Fortalecer sistemas agroecológicos dentro de uma economia globalizada e flexível implica a retomada do debate político sobre políticas públicas amplas e diferenciadas, reforma agrária, créditos, infraestruturas sociais e produtivas, fortalecimento da agricultura familiar, soberania, autonomia e segurança alimentar e nutricional. (BARBOSA, 2009, p. 45).

Dessa forma, a agricultura subordinada ao poder monopolista de setores agroindustriais transformara-se profundamente, pois suas raízes tradicionais, camponesas e indígenas foram atropeladas pela magnitude dos processos da "modernização conservadora" impulsionados por recursos públicos e privados. Por tudo isso, é hora de mudar (SAUER; BALESTRO, 2013).

Assim, refletindo sobre a ideia de agroecologia, Machado e Machado Filho (2014) diz que a agroecologia além de resgatar a autonomia dos produtores, destruída pelo agronegócio, é uma proposta transformadora, e sua aplicação está associada ao sistema socioeconômico. Há um confronto com o agronegócio e, por consequência, com o sistema capitalista.

A partir dessa perspectiva, busca-se construir propostas de agricultura que respeitem os produtores, consumidores e o meio ambiente, mediante a incorporação de práticas agroecológicas pelos agricultores, e especialmente pelo setor público, que formula e difunde políticas, programas e projetos para o meio rural, que dependem da conquista de espaços e da ultrapassagem de barreiras impostas por interesses de classes. Dentre os obstáculos a serem transpostos destacam-se:

> (i) a mudança no sistema fundiário do país, (ii) a mudança no sistema de pesquisa, já que agroecologia exige soluções específicas para os problemas específicos de cada ecossistemas; (iii) o redirecionamento no programa de extensão rural, que deve estar integrado com as reais necessidades dos agricultores familiares; práticas organizativas e associativas entre os agricultores familiares que permitam uma melhor e maior participação nos processos decisórios e de gestão, além da agregação de valor a seus produtos; (iv) a melhoria nas condições e no volume dos investimentos voltados às atividades agroecológicas; (v) facilidades nas condições de comercialização dos produtos, dispensando os atravessadores e as barreiras legais, sanitárias, tecnológicas, de propriedade industrial, etc., elementos que perpetuam a agricultura convencional insustentável. (THEODORO, 2009, p.31).

As estratégias da PNATER, tem se constituído em meio a disputas de diferentes interesses de desenvolvimento para o campo. Para ruptura com a “extensão rural” como difusora de tecnologia, observa a diversidade de grupos sociais do campo, a matriz tecnológica a ser incorporada no processo de assistência técnica, sua dimensão educativa numa perspectiva libertadora. Soma-se a isso a necessidade de construção de processos de saberes socioambientais necessários para consolidar um novo paradigma agroecológico.

3.3 Intervenção de caráter educativo e transformador: o papel do técnico como agente portador do projeto alternativo para agricultura camponesa

A partir do século XIX, a indústria passou a ter na agricultura uma atraente fonte de reprodução do capital e começou a interferir na formação dos profissionais, que lhes darão apoio técnico-científico, especialmente os agrônomos. Somente a partir daí se cria forte dependência entre os interesses da indústria e os conteúdos curriculares dessas profissões voltadas às questões agrárias (MACHADO, 2013, p. 230).

Diante desse cenário, a introdução do conceito de agroecologia no Brasil, no final da década de 1980, foi um fator determinante na reorientação desse processo dialético de aprendizagem metodológica, centrado em tecnologias pontuais, passando a abordar conceitos que permitiram uma compreensão da realidade dos que vivem e trabalham na agricultura familiar camponesa (PETERSON, 2007, p. 14). A partir da compreensão de Caldart (2010, p. 232), fica claro que:

> [...] na sociedade capitalista atual há forte dominação econômica e uma hegemonia cultural da agricultura capitalista sobre a camponesa (ainda vista por muitos como relacionada ao atraso e em vias de extinção ou subordinação total a lógica capitalista). Mas a polarização não foi eliminada, ao contrário, vem sendo acirrada à medida que as contradições da lógica capitalista vão ficando mais explícitas. São essas contradições que tem gerado revoltas, indignação, mobilização, que podem vim acelerar sua superação. A crise atual da produção e distribuição de alimentos, aliados à crise climática tende aumentar e tornar cada vez mais evidente a insustentabilidade do modelo industrial de agricultura e da produção de alimentos tratada somente como negócio, abrindo brechas para a construção de um projeto alternativo, constituído desde outro polo, que é o do trabalho. Desde a educação cabe perguntar: que processos formadores e deformadores do ser humano são produzidos por este contraponto, nessa dinâmica em que se move o campo, mas que envolve toda sociedade? (CALDART, 2010, p. 232).

Entretanto, construir uma nova concepção de extensão rural, significa fazer uma reflexão sobre a produção do conhecimento. Tal concepção é importante para compreender a ideia de Freire (2014), quando diz que conhecer não é o ato através do qual o sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outros lhe dão ou lhe impõe. Pelo contrário, o conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo e requer uma ação transformadora sobre a realidade.

Nestes termos, é fundamental, também, que técnicos sejam formados com esta concepção tecnológica, pois hoje o que vivenciamos na academia são as escolas de nível médio e superior na área agropecuária “absolutamente” a serviço de transnacionais da área, ensinando apenas o que interessa a estas grandes corporações do capital, afirma Celso Lacerda (LACERDA, 2014).

Assim, na medida em que no termo extensão está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta-se nele uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Nesse sentido, Freire (1977) nos mostra como o conceito de “extensão” na sua origem, engloba ações que transformavam o camponês em “coisa”, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser de transformação do mundo.

Partindo desta compreensão é importante destacar que o novo enfoque de Ater exija que o agente técnico esteja preparado para utilizar técnicas e instrumentos participativos que permitam o estabelecimento de negociações e a ampliação da capacidade de decisão dos grupos sobre sua realidade. Graças à troca de conhecimentos e de saberes empíricos e científicos, técnicos e agricultores poderão elaborar um conhecimento novo, que lhes permitirá fazer opções tecnológicas e não tecnológicas, adequadas às condições locais. Caporal, (2009, p.157). Nesse contexto, o momento atual requer mudanças na forma de atuação, tanto das instituições, quanto dos profissionais, ou seja, é preciso ter clareza do conceito orientador da ação extensionista, sobre o que fazemos, como fazemos, porque fazemos e para quem fazemos. Todos os elementos aqui apresentados devem ser considerados para esta Ater proposta pela PNATER, sendo considerado este trabalho como:

> Um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objetivo de alcançar

> um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL, 2009, p. 203).

Cabe enfatizar que o agente de Ater, além de assessor técnico, passa a ser também o mediador e animador de processos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, ele deve ter uma sólida formação técnica, seja agronômica, florestal, veterinária, sociológica, ou qualquer outra referente e complementar aos seus conhecimentos e de outros campos das ciências. De modo que possa ter uma visão e uma atuação sistêmica e holística, pois:

> [...] é urgente que nos defendamos da concepção mecanicista. Em sua ingenuidade e estreiteza de visão, tende a desprezar a contribuição fundamental de outros setores do saber. Tende a se tornar rígida e burocrática. (FREIRE, 1977, p. 58).

Para CAPORAL (2009), a adoção de conceitos sobre a extensão rural agroecológica pode contribuir para fortalecer os processos de resistência que historicamente caracterizaram as lutas dos camponeses e camponesas, frente às tendências gerais e ameaças do desenvolvimento capitalista no campo. Para o autor sua aplicação exige a superação de alguns obstáculos, dentre os quais ele destaca:

> A necessidade de imersão do agente: a compreensão da realidade e da vida das famílias envolvidas no processo de desenvolvimento, o conhecimento dos agroecossistemas e o estabelecimento das estratégias e práticas compatíveis com a realidade, só é possível se o agente de extensão puder dispor do tempo suficiente e dedicar a atenção que exige cada situação concreta. Isto não é compatível, em geral, com a busca de resultados imediatos em termos de aumento na produção e produtividade, o que caracteriza a extensão convencional. (CAPORAL, 2009, p. 204. Grifos do autor).

Na compreensão do autor, o técnico precisa conhecer o lugar, a família, seu entorno, e que somente dedicando tempo, estudo e trabalho sobre a realidade que envolve toda a vida das famílias que se conseguira obter resultados a longo prazo. Além da imersão, também se aponta para necessidade de resgate dos saberes locais.

> O resgate do conhecimento local: exige a adoção de metodologias adequadas, que não sejam as metodologias tradicionais utilizadas pela extensão. Assim mesmo, estas devem ajudar no estabelecimento de uma 'plataforma de negociação', criando oportunidades para a integração do conhecimento local com o conhecimento técnico. (CAPORAL, 2009, p. 204, grifos do autor).

Para Caporal, conjugar os conhecimentos científicos e tradicionais é um importante desafio a ser superado pelos agentes da assistência técnica, que historicamente foram formados para destruir os conceitos de estilos de agriculturas camponesas, consideradas um atraso para o desenvolvimento do campo. Assim, estabelecer metodologias e estratégias desde uma perspectiva agroecológica, para os trabalhos nas comunidades ou grupos sociais, significa estabelecer uma relação de integração destes conhecimentos historicamente construídos e experimentados nestes territórios e os conhecimentos técnicos científicos.

> Participação como direito: a participação não pode ser um processo parcial ou somente vigente quando uma das partes acha que é necessária. Participação, neste caso, implica horizontalidade na comunicação e igualdade nas oportunidades de e para expressar as opiniões e desenvolver as ações; o que está assentado, necessariamente, em uma igualitária relação entre os atores envolvidos. (CAPORAL, 2009, p. 204, grifos do autor).

Considerando a participação como um direito, o autor nos faz refletir que esta participação não deve ser uma participação passiva, mas ativa, na qual os participantes se integram na construção dos processos com igual oportunidade para expressar seus anseios, expectativas e criação de oportunidades para melhor desenvolvimento de seus projetos individuais e coletivos de seus grupos sociais.

> O processo educativo: na nova extensão tem-se que garantir que o processo educativo seja capaz de potencializar o crescimento dos sujeitos como cidadãos, de modo que os atores participantes se envolvam em um processo em que saiam fortalecidas suas capacidades para a ação individual/coletiva, inclusive junto à 'sociedade maior'. Já não se trata de uma educação para a adoção de tecnologias transferidas por um agente que sabe, senão que de um processo que permita desenvolver os conhecimentos e ter acesso a informações suficientes que permitam a eleição e a decisão conscientes entre alternativas possíveis, a partir da compreensão de sua própria realidade e das estruturas de dominação pelas quais são afetados. (CAPORAL, 2009, p. 204, grifos do autor).

Numa perspectiva de educação que venha fortalecer os processos locais, o autor destaca, que a nova extensão deve potencializar as experiências e as tecnologias já existentes nestas comunidades e grupos sociais, no sentido de dar suporte técnicos e informações que despertem as famílias para adoção de novas tecnologias de produção sustentáveis, assim como a tomada de consciência sobre os fatores políticos, econômicos e sociais, externos que os afetam.

> Sistematização das experiências: o registro sistematizado dos conhecimentos e das experiências realizadas em terreno passa a ser um processo indispensável, tanto para facilitar sua socialização entre os membros de cada grupo, como para futuras avaliações. Assim mesmo, é necessário conhecer e sistematizar informações sobre os recursos internos

> disponíveis e suas possibilidades de uso, assim como os obstáculos externos. Na nova perspectiva já não basta o registro referente à adoção de tecnologias e práticas difundidas pela extensão. (CAPORAL, 2009, p. 204, grifos do autor).

Por fim, o autor nos faz refletir sobre a importância do exercício de sistematização, os limites e desafios, dos trabalhos desenvolvidos, as experiências coletivas e individuais desenvolvidas e o potencial sobre os recursos naturais disponíveis nestes territórios. É importante considerar que esta ação dentro da assistência técnica é fundamental para futuras avaliações e planejamento de atividades de intervenções

Em suma, todo esse processo exige uma contínua observação do meio físico e uma permanente retroalimentação, de forma que permita a construção de um corpo de dados, conhecimentos e saberes que serão mais profundos com o passar do tempo. Portanto, é preciso compreender que a informação técnica sozinha é insuficiente e que um novo enfoque extensionista, deve estar baseado no "paradigma da facilitação", pois ele é mais adequado para apoiar o desenvolvimento e a agricultura sustentáveis. Assim:

> A proposição de uma ação extensionista mediante métodos participativos parte não apenas de uma simples análise de valor sobre os problemas inerentes à prática convencional da extensão rural, senão que do entendimento de que esta forma de ação pode contribuir para três grandes mudanças que são fundamentais se o objetivo é fortalecer aspectos sociais e ambientais nas estratégias de desenvolvimento: nos procedimentos, na cultura institucional e no comportamento e atitudes pessoais. Ou seja, estamos frente à fronteira das mudanças, mas elas não serão um "acontecimento" fruto do nada, senão que dependem, sobretudo, da vontade dos indivíduos. [...] Diante destas perspectivas, um dos principais desafios que estão colocados para nós, os extensionistas, é descobrir se conseguiremos falar menos e escutar mais, aprender a aprender e a facilitar processos de aprendizagem, ademais de proporcionar opções técnicas qualificadas e serviços responsáveis e comprometidos com os beneficiários, que sejam impulsionados por um 'novo profissionalismo'. (CAPORAL, 2009, p. 207, grifos do autor).

Para Harvey (2013, p. 320), os "arquitetos rebeldes" como assim podem ser considerados os agentes de Ater, comprometidos com as mudanças do paradigma produtivo no campo, ansiosos pela ação transformadora, têm de dispor de condições para traduzir aspirações políticas entre a incrível heterogeneidade de condições sociológicas e político-econômicas, devendo ser capazes de "vincular diferentes construções e representações discursivas do mundo. Ela ou ele tem de enfrentar as condições e perspectivas dos desenvolvimentos geográficos".

Como vemos, se trata de um enfoque capaz de contribuir para que a nova ATER possa se constituir na construção de outro modelo de desenvolvimento, desde uma perspectiva agroecológica. Articulado a estes enfoques, outro importante desafio a ser trabalhado neste processo e a formação, tema que trataremos na sequência.

3.4 O lugar da formação na ação de extensão rural oficial

Conforme estabelecido nos princípios e diretrizes da PNATER, na metodologia para a ação da ATER Pública deve haver um caráter educativo, com ênfase na pedagogia da prática, que promova a geração e apropriação coletiva de conhecimentos, a construção de processos de desenvolvimento sustentável, assim como, adaptações e adoção de tecnologias voltadas para a construção de formas de agriculturas sustentáveis.

Nesse processo, o papel das instituições e agentes de Ater, do ensino e da pesquisa deverá ser desenvolvido mediante uma relação dialética e dialógica[20], partindo da problematização de fatos concretos da realidade, de forma que na construção de enfoques metodológicos haja soma de corresponsabilidade entre todos os envolvidos. Deverão ser privilegiadas atividades de pesquisa-ação participativas, investigação participante e outras metodologias e técnicas que contemplem o protagonismo dos beneficiários e o papel de agricultores-experimentadores, bem como novas estratégias de geração e socialização de conhecimentos e de mobilização comunitária que possibilitem a participação de agricultores e demais públicos da extensão como agentes do desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2004, p. 11).

No entanto, nota-se limitações neste processo, que apesar de muito importante para construção de um paradigma agroecológico para agricultura, vivencia ainda os limites da formação acadêmica. Esta formação, na sua origem em relação aos propósitos, continua sendo a preparação de profissionais para difusão de uma tecnologia para chamada “agricultura moderna”. Conforme destaca Michelotti (2012), a concepção hegemônica de ensino superior em ciências agrárias

[20] O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizados, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 2014, p. 109).

no Brasil ainda continua sendo orientada pelo modelo hoje representado pelo agronegócio. Sobre isso mesmo destaca três questões que caracterizam esta hegemonia relacionada com o processo de formação dos profissionais das agrárias em especial.

> A prioridade dada à modernização do latifúndio e dos grandes estabelecimentos agropecuários e florestais, identificados como as principais forças impulsionadoras do desenvolvimento rural, mediante a produção em monoculturas de larga escala voltadas para exportações. (MICHELOTTI, 2012, p. 679).

Na ideia apresentada pelo autor, fica claro o pensamento hegemônico da ordem capitalista historicamente arquitetada para o campo, no qual o conceito de desenvolvimento da agricultura é apresentado como uso de tecnologias modernas, produção em escalas voltadas para atender o mercado externo e a legitimação do monopólio da terra pelo latifúndio. Seguindo as questões apontadas pelo autor a segunda questão que caracteriza a hegemonia na formação se estabelece na adoção:

> [...] de uma matriz tecnológica de caráter industrialista, baseada no uso e intensivo de insumos químicos e mecânicos, na manipulação genética e na homogeneização e simplificação da natureza, fundamentada na ciência moderna. (MICHELOTTI, 2012, p. 679).

Nesta perspectiva, o autor nos apresenta que a matriz de produção apresentada pela academia legitima um sistema de desenvolvimento para o campo que se configura na homogeneização e simplificação do meio ambiente, articulando com isso as indústrias químicas, metalúrgica e de biotecnologia. Por fim, o autor nos alerta para:

> A relação marginal com diferentes frações de campesinato por meio de práticas de extensão rural, atuando no sentido de sua subordinação ao modelo hegemônico, pela indução a uma especialização produtiva, à homogeneização e simplificação da natureza e à adoção da matriz tecnológica do agronegócio. (MICHELOTTI, 2012, p. 679).

Fruto desse processo, observa o autor que, o pensamento hegemônico sobre a relações capitalista no campo, encontrou-se na extensão rural uma importante aliada para sua reprodução e afirmação junto ao campesinato brasileiro. Assim, a extensão rural, desde a lógica do capital, desempenha importante missão como portadora desta matriz tecnológica para agricultura camponesa, no sentido de prepará-los para integração e subordinação. Portanto, fica claro que:

> A formação determina um estilo de profissionalismo, que pode ser entendido como um “profissionalismo normal”, ou seja, como aquele que se refere ao pensamento, valores, métodos e comportamentos dominantes em uma profissão ou disciplina, de maneira que, como a ciência normal, o profissionalismo normal é conservador, baseado em, na maioria das vezes, numa estrutura de geração e transferência de conhecimentos, reforçada pela educação e pelo treinamento, pela hierarquia das organizações e por pautas de recompensa e carreiras, que tendem a reproduzir ações profissionais também conservadoras. (CAPORAL, 2009, p. 209).

A consequência desse processo está que em muitos profissionais das ciências agrárias desconhecerem a realidade da agricultura camponesa, o que limita a sua ação quando vem atuar nas comunidades. Apesar, dos fatores limitantes na formação acadêmica oficial, os estudantes, na sua maioria, não ficam restritos à formação curricular das universidades, o que abre possibilidade de irem atrás de outros conteúdos que venham potencializar sua formação, ou mesmo construir outros referenciais teóricos não disponíveis na academia. Muitos buscam experiências com vivência prática em comunidades e assentamentos da Reforma Agrária, que lhes proporciona outro olhar sobre formas de organizações produtivas e diferenciadas daquelas do agronegócio. Nesta perspectiva, o conceito de campo evidencia a disputa por certo projeto de desenvolvimento do campo que tem na produção camponesa a sua centralidade.

Assim, na busca de ampliar as reflexões teóricas dos profissionais de assistência técnica de forma a descortinar o projeto hegemônico do capital para o campo, que organização e movimentos sociais do campo passam a reivindicar políticas de educação para o campo. Nesse sentido, e como resposta, surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998, pela Portaria n° 10/98, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária: “visando implementar ações educativas para a população dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária.” Garcia (2015, p. 314). Os objetivos deste programa, conforme descrito abaixo, se divide em:

> a) garantir a alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados(as) e/ou assentados(as) nas áreas de Reforma Agrária;
> b) garantir a escolaridade e a formação de educadores(as) para atuar na promoção da educação nas áreas de Reforma Agrária;
> c) garantir formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores(as) de jovens e adultos – EJA – e do ensino fundamental e médio nas áreas de Reforma Agrária;
> d) garantir aos assentados(as) escolaridade/formação profissional de nível médio e curso superior em diversas áreas do conhecimento;
> e) organizar, produzir e editar os materiais didático-pedagógicos necessários à execução do Programa;

> f) promover e realizar encontros, seminários, estudos e pesquisas em âmbito regional, nacional e internacional que fortaleçam a Educação do Campo. (GARCIA et al. 2015, p. 314).

Os objetivos acima expressam um contexto inaugurado com o Pronera, que institui possibilidades de ressignificação do conteúdo e da metodologia dos processos de educação formal. Em suma, o Pronera se afirma como instrumento de uma política pública voltada para a formação das famílias camponesas, buscando com isso a ampliação não só do número de pessoas alfabetizadas e formadas em diferentes níveis do ensino, mas garantir que professores, profissionais técnicos e agentes mobilizadores sejam articuladores do projeto de desenvolvimento para o campo.

Portanto, a materialidade do Pronera permitiu uma ampliação do debate sobre políticas públicas de Educação do Campo com tais características que se expandisse para outras grupos como agricultores familiares, quilombolas. Nessa perspectiva, se torna referência para outras políticas públicas, como a Licenciatura em Educação do Campo sob a gestão do Ministério da Educação (MEC) (SANTOS, 2012, p. 634).

Outra iniciativa que pode ser destacada neste processo são os cursos de especialização em Residência Agrária[21], cujo objetivo é contribuir com a formação dos profissionais da assistência técnica ou estudantes que virão a atuar nestes territórios. Os conteúdos destes cursos se concentram em três questões: questão agrária/camponesa, agroecologia/sistema familiares de produção, extensão rural e Educação do Campo. Nesta perspectiva, a ciência moderna perde a condição de única forma legítima de produção de conhecimento, reconhecendo-se a importância da produção do conhecimento pelos camponeses, com toda sua diversidade de experiência histórica acumulada (MICHELOTTI, 2012, p. 681).

---

[21] O Programa de Residência Agrária foi criado em 2004, pela portaria nº 57 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 23 de julho de 2004 e da norma de execução do MDA/INCRA nº 42, de 2 de setembro de 2004. Oficialmente foi denominado de Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de estudantes e qualificação profissional para assistência Técnica. O programa teve início com um projeto piloto, sendo este organizado em duas fases, na primeira, 15 universidades públicas organizaram estágios de vivências em assentamentos e localidades rurais para os alunos dos cursos de ciências agrárias do último semestre. Na segunda fase, cinco dessas universidades realizavam cursos de especialização em parceria com as demais universidades da primeira fase. Após o ano 2008, o Programa de Residência Agrária foi incorporado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) como especialização (pós-graduação *lato sensu*).

É neste contexto de discussão de uma Ater fundamentada nos princípios da agroecologia como matriz tecnológica de desenvolvimento para o campo que nasceram os primeiros cursos do PRONERA, técnico-profissionalizantes vinculados à área agronômica, denominados como cursos técnicos ou tecnólogos em agroecologia.

As experiências de cursos do PRONERA no Estado do Paraná iniciaram em 1999, mediante a promoção de cursos de alfabetização e ensino fundamental voltados para jovens e adultos. As ações atenderam 1.477 alunos através da parceria com universidades estaduais, federais e suas fundações, sendo elas: Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social (ITEDES), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico (FADEC), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Federal do Paraná (UFPR), e a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência da Tecnologia e da Cultura (FUNPAR). Assim, os resultados deste processo podem ser observados nos dados abaixo:

> Entre os anos de 2003 e 2008 foram formados 200 alunos nos cursos Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia e Técnico em Agroecologia. Tais cursos foram realizados por meio de convênios com a FUNPAR, sendo a UFPR, por meio da sua Escola Técnica, a executora. Entre 2009 e 2010, foram formados 52 Técnicos em Agroecologia em cursos realizados em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). No período compreendido entre 2003 e 2009, foram formados 204 alunos em cursos de graduação e pós-graduação. Foram oferecidos os cursos de Especialização em Educação do Campo e Especialização em Agricultura Familiar, que formaram 124 alunos, realizados por meio de convênio com a FUNPAR, sendo executados pela UFPR. Em parceria com o IFPR, foram formados 45 alunos em Tecnologia em Agroecologia, e em Parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FUNDEP), 35 alunos foram formados em Pedagogia para Educadores do Campo (GARCIA, et al. 2015, p. 317).

De acordo com o destacado pela autora, as experiências deram resultados e o processo de formação de profissionais foram assumidos pelas instituições públicas junto às organizações e movimentos sociais do campo. Somando no período de 2003 a 2010, se formaram um total de 660 estudantes, destes 297 se formaram no curso Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia e Tecnologias em Agroecologia.

Conforme já visto, as ações educativas-formativas do Pronera (Residência Agrária e a Licenciatura em Educação do Campo) se orientam numa perspectiva

crítica da concepção hegemônica das práticas educativas atuais. Ambas se desenvolvem com uma reflexão sobre o perfil de ser humano que se almeja formar com tais políticas, tendo como referência (TAFFAREL, 2012, p. 574). Como parte importante destas políticas, fica sua contribuição para a superação da lógica de subordinação dos camponeses ao mercado e a monocultura modelo do agronegócio.

As questões descritas neste capítulo demostram a dinâmica de constituição e estratégias da PNATER, os referenciais teóricos da agroecologia como matriz produtiva e orientadora da nova política de Ater. Apresenta também as políticas públicas como resultado da luta das organizações e movimentos sociais do campo, importantes para o reconhecimento das diferenças e diversidade de grupos sociais e estratégicas no sentido de estabelecer um processo de ruptura com o modelo de desenvolvimento do capitalismo. Sob esta perspectiva, a reflexão está em analisar como a política de assistência técnica, preconizada na PNATER, se estabelece no cotidiano do Assentamento Libertação Camponesa como território de construção de resistência e ruptura da matriz tecnológica do capital, tema que será desenvolvido no próximo capítulo desta pesquisa.

4 O ASSENTAMENTO COMO TERRITÓRIO DE COSTRUÇÂO DE RESISTÊNCIA E RUPTURA DA MATRIZ TECNOLÓGICA

Neste capítulo, a partir da pesquisa de campo realizada no decorrer deste estudo no Assentamento Libertação Camponesa, destacaremos a trajetória histórica de luta e resistência na constituição deste território, sua configuração geográfica, a partir das questões ambientais, da organização social e produtiva. O capítulo aborda a importância da concretização do projeto de assentamento, materialização da luta, na qual a terra passa a ter um valor de uso e não de mercadoria. Uma fração do território do capital, em que se estabelece um processo de organização da produção e reprodução da vida, como a distribuição das famílias na terra conquistada, a produção de alimentos, a criação das entidades de representação jurídica das famílias, a luta por créditos, assistência técnica, saúde, educação e infraestrutura produtivas e sociais.

Do ponto de vista dos aportes teóricos desta pesquisa, recorremos aos estudos dos autores Machado (2014), Altieri (2012), Sauer e Balestro, (2013), Caporal e Costabeber (2003), que apontam a agroecologia como projeto de desenvolvimento para agricultura camponesa, de forma que esta venha a reorientar processos produtivos. E que, ainda, possa contribuir para minimizar os impactos socioeconômico, cultural e ambiental resultantes da agricultura convencional, assim como estabelecer estratégias de desenvolvimento que preserve o meio ambiente e promova a soberania alimentar[22], a biodiversidade e a diversidade sociocultural.

Os roteiros estruturados foram aplicados, com nove profissionais da equipe de Ater, um coordenador da equipe da Fundação Terra, um coordenador dos serviços técnicos de Ater INCRA/PR e um representante da coordenação do MST e Via Campesina, com um roteiro diferenciado a cada tipo de entrevista. Os roteiros direcionados aos técnicos foram realizadas diretamente durante a pesquisa de

[22] As organizações camponesas têm manifestado uma utopia de uma soberania alimentar que venha fortalecer a concepção de mundo favorável a uma democratização econômica, social, étnica e de gênero contra-hegemônica à politica neoliberal. E como complemento essencial, na Conferência Mundial de Soberania Alimentar realizada em Mali (2007), na Declaração de Nyéléni, se afirmou que: “A soberania é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas (STEDILE, 2013, p. 721).

campo, já com os coordenadores, da Fundação Terra, INCRA/PR, MST e Via Campesina, foram enviadas as questões por correio eletrônico.

4.1 A busca pela terra de trabalho: a conquista do território do Assentamento Libertação Camponesa

Oriundos dos estados de Santa Catarina, Bahia, da região do sudoeste do Paraná e dos municípios de Ortigueira e Londrina, as 480 famílias organizadas pelo MST, unidas por objetivos e sonhos comuns, ocupam no dia 16 de junho de 1997, a antiga Fazenda Apucarana que foi desmembrada dos imóveis Fazenda Água Branca, Canjanini, (Ricardo e Renato) RR-2A, RR-2-B e RR-1-B (de Ricardo Simon). E, esta ocupação, como todas as realizadas pelas famílias sem terra Brasil afora:

> [...] são práticas criadas nas experiências de luta dos sem-terra e se constituem no principal instrumento de luta que visa em última instância, solapar a estrutura agrária baseada na concentração de terras, o que garante poder às elites e segmentos dominantes no campo. Portanto, a 'espinha dorsal' das classes hegemônicas é a propriedade da terra. A sua democratização, efetivada através da reforma agrária realizada pela luta, viabilizará outras conquistas, tanto econômicas como políticas. Assim, o acesso a terra seria a primeira condição para superar a situação de exclusão em que se encontram as diversas categorias de trabalhadores do campo. (FABRINI, 2007, p. 35-36).

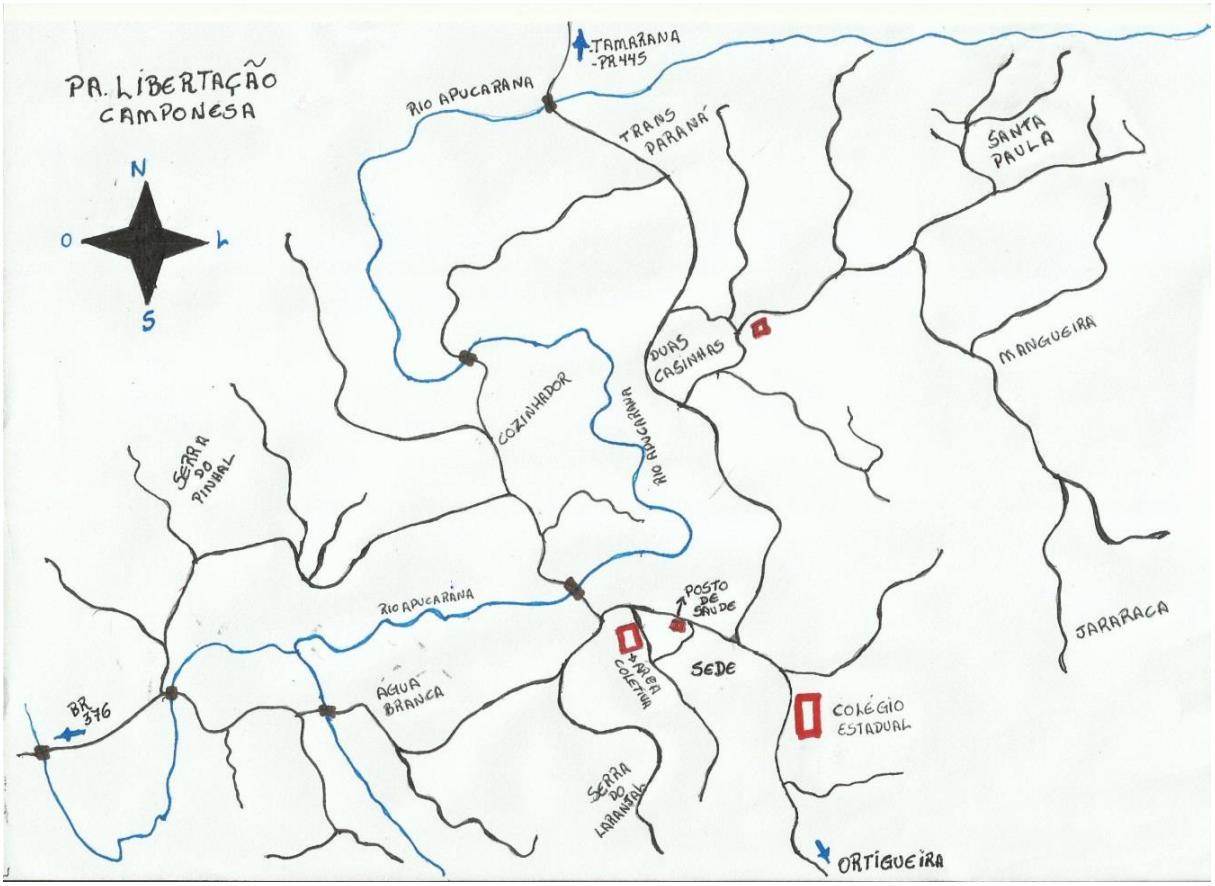
É diante desse cenário que em 1998 a fazenda foi desapropriada pelo INCRA/PR, dando lugar para instalação e formação de um Projeto de Assentamento, nomeado de Libertação Camponesa. O nome foi definido pelas famílias expressando o significado da conquista desta terra, antes como sinônimo de lucro e produção de mercadoria, agora imersa como terra de trabalho. Logo, é importante ressaltar que "a presença camponesa não decorre de uma licença capitalista", mas sim "da capacidade própria de se articular, enquanto classe" (PAULINO et al. 2010, p. 65). A escolha do nome do assentamento reflete um grande significado para as famílias, como fica claro no depoimento abaixo.

> A origem do nome Libertação Camponesa se deu em função de que a história das famílias estavam vinculadas à agricultura. Seja como boia-fria, parceiros, meeiros, arrendatários. A conquista da terra significava mais que um recomeço, um direito de viver a sua condição camponesa que vive da terra e faz parte desta terra (BONFIM, 2014).

Totalizando uma área de mais de 12.603 ha, o Assentamento Libertação Camponesa foi criado em 1996 através da portaria INCRA/SR (09)/N°106, publicada

no Diário Oficial II/N°251 de 27 de dezembro, apresentando capacidade para assentar 380 famílias, distribuídas em lotes individuais. A maioria da área está localizada no município de Ortigueira, região centro sul do estado do Paraná. O assentamento foi organizado em oito comunidades denominadas: Sede, Duas Casinhas, Água Branca, Serra dos Pinhais, Cozinhador, Mangueira, Santa Paula e Serra do Laranjal, conforme pode se observar no croqui abaixo (figura 02):

Figura 02 – Croqui do Assentamento Libertação Camponesa



Fonte: Edite Prates Souza/2014, em colaboração com os assentados.

A luta e constituição do Projeto de Assentamento Libertação Camponesa despertou entre as famílias expectativas que foram além da conquista da Terra. Nesse sentido, “a emergência dos assentamentos rurais no cenário da questão agrária brasileira é um dos fatos marcantes que caracterizam especialmente o período que vai de 1980 até os dias atuais” (LEITE, 2012, p. 108).

Esses processos de espacialização e territorialização da luta pela terra têm possibilitado a conquista de direitos a milhares de trabalhadores (as) historicamente

excluídos pelo projeto de desenvolvimento do capital. “A territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta, e ao mesmo tempo, apresenta novos desafios a superar” (FERNANDES, 1999, p. 242). Assim, podemos ter como referência a concepção de que:

> A destruição e recriação do campesinato pelo capital e a recriação do campesinato por si mesmo são processos diversos, com lógicas distintas, com valores diferentes. Enquanto o capital promove recriação do campesinato no interior de suas relações, por exemplo, o arrendamento e a relação de compra e venda de terra, o campesinato ocupa terra e reivindica a desapropriação. Essa é a forma de rompimento com a relação dominante, mas que não supera subalternidade, por que após a conquista da terra, os novos camponeses são dominados pelos capitalistas por meio da sujeição da renda da terra. Esse processo de dominação e resistência permanente é constituinte estrutural da questão agrária, gerador de conflitualidade. (FERNANDES, 2005, p. 09).

Sobre esta questão, o que foi percebido no decorrer da pesquisa de campo, foi que a terra constitui esperança frente às muitas dificuldades encontradas pelas famílias camponesas no contexto da luta das relações sociais estabelecidas pelo latifúndio. Isto fica evidenciado na fala abaixo:

> Antes de vim para o acampamento dos Sem Terra, trabalhava com meu pai numa fazenda, onde nossa família trabalhava a meia para o fazendeiro, mas nossa família era grande e todos trabalhava só que eu não achava justo o que nós ganhava do patrão, não dava nem pra comer, passamos muita dificuldade, tinha dia que não tinha comida para todos, dai uns da família teve que ir pra cidade buscar emprego pra poder ajudar a família. Daí, quando ficamos sabendo da possibilidade de ter uma terrinha, logo não tivemos dúvida que era a vez de nós conseguir trabalhar num pedaço de chão que fosse nosso. (DAL BOSCO, 2014).

A fala acima indica que a terra se apresenta como a possibilidade de superar as condições adversas vivenciadas pelas famílias. Mas é importante lembrar que a terra constitui “a fração do território” e é “conquistado na luta” (FERNANDES, 1999, p. 241). Isso explica a intensificação da luta pela reforma agrária no Paraná.

Como materialização da luta, foram assentadas no período de 1981 a 2013, 20.043 famílias, distribuídas em 322 assentamentos. Este fato pode ser observado na tabela 03 que segue.

Conforme revela os dados da tabela 03, o ano de 1981 foi o marco da constituição do primeiro assentamento com 413 famílias no estado do Paraná. Este processo foi retomado a partir 1984, quando é constituído mais quatro territórios com o assentamento de 333 famílias. Nota-se neste processo um avanço na conquista de mais territórios a partir de 1986, com a conquista de mais oito assentamentos, totalizando uma média de 110 famílias por assentamento. Em 1987, 886 famílias

foram assentadas em 21 assentamentos, revelando uma média de 42 famílias por assentamento e um total de 888 famílias.

Tabela 03 – Número de assentamentos e famílias assentadas no Paraná entre 1981-2012

Ano	Assentamentos	Famílias
1881	1	413
1982	0	0
1983	0	0
1984	4	331
1985	0	0
1986	8	886
1987	21	888
1988	7	314
1989	14	502
1990	1	32
1991	5	191
1992	15	332
1993	2	79
1994	2	137
1995	26	1456
1996	10	827
1997	28	2392
1998	42	2640
1999	44	1403
2000	23	1227
2001	11	829
2002	3	386
2003	2	161
2004	10	2058
2005	15	744
2006	5	263
2007	7	262
2008	4	167
2009	0	0
2010	7	794
2011	1	68
2012	2	60
2013	2	201
Total	**322**	**20.043**

Fonte: DATALUTA (2014).

É possível avaliar que nesse processo de constituição dos assentamentos que a extensão territorial não acompanha o número de famílias assentadas. Tal situação fica clara nos anos seguintes, quando em 1997 são constituídos 28 assentamentos, com capacidade de assentar 2.392 famílias e, em 1998, 42

assentamentos, com um total de 2640, ou seja, no geral aumenta-se o número de áreas desapropriadas, mas diminui o número de famílias assistidas.

Esta lógica de constituição dos projetos de assentamentos nos anos seguintes segue a mesma dinâmica, se destacando apenas o ano de 2004, quando pode-se observar que diferente dos anos anteriores temos um número menor de áreas desapropriadas, porém um número maior de famílias assentadas. Foram 10 assentamentos com capacidade para assentar 2058 famílias, uma média de mais de 200 famílias por assentamento. Nos anos de 2005 a 2013 nota-se uma drástica queda no processo de constituição de novas áreas, totalizando nesse período 43 assentamentos e 2559 famílias assentadas.

Aqui, é preciso pontuar que os assentamentos criados não são resultado de um programa de reforma agrária, ou seja, a constituição dos assentamentos não acontece por mera “vontade” ou compromisso governamental, mas de um sistemático movimento de luta pela terra, feito pelas famílias sem terra organizadas.

Partindo do entendimento que a reforma agrária é uma condição para se chegar ao desenvolvimento rural com isonomia e avanço nas condições socioeconômicas dos camponeses, é preciso que o Estado, na sua intervenção sobre a redistribuição fundiária, redesenhe um conjunto de políticas públicas que venham atender à população do campo. Pois, o que se tem visto é que a “reforma agrária” brasileira tem sido feita pelos camponeses, pela sua teimosia, rebeldia, enfrentamento e resistência à expulsão e expropriação do campo e não por um programa de Estado. Para nos ajudar na reflexão sobre o descompromisso do Estado em relação à reforma agrária:

> Em 2011, no governo Dilma Rousseff (2011-2014), do Partido dos Trabalhadores (PT), foram assentadas pouco mais de 6.000 novas famílias. Além disso, o governo tem mudado o foco e a opção tem sido a ‘qualificação’ dos assentamentos existentes. Ou seja, a reforma agrária com redistribuição de terras foi abandonada do projeto político do Estado, exemplo marcante é que o II PNRA acabou em 2007 e não foi elaborado um novo plano, tanto para o segundo mandato do governo Lula, quanto para o mandato da presidente Dilma. (ROSS, 2013, p. 15).

Como compensação para o abandono do PNRA, a qualificação das ações nos assentamentos incorporada pelos órgãos governamentais tem se configurado em estruturação e instituição de leis e projetos que venha potencializar a capacidade produtiva dos assentamentos. Portanto, é essencial verificar as potencialidades e os

limites deste processo de qualificação dos assentamentos, assim como seus resultados a curto, médio e longo.

4.2 Caracterização do território: organização socioeconômica e ambiental do Assentamento Libertação Camponesa

O PA Libertação Camponesa encontra-se inserido na mesorregião geográfica Centro Oriental Paranaense, microrregião de Telêmaco Borba. Apresenta clima subtropical constantemente úmido, sem estação seca definida, com temperatura média do mês mais quente acima de 22ºC e do mês mais frio inferior a 18ºC, gerando verões quentes e precipitação em todos os meses do ano. Além disso, as geadas são pouco frequentes nesse tipo climático e a tendência de concentração das chuvas ocorre no verão. Outro elemento importante é que “O município de Ortigueira, assim como o PA Libertação Camponesa, encontra-se com 100% de seu território inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi” (PBA, 2013, p. 20). Esses fatores elevam a importância do assentamento no processo de preservação e conservação dos recursos naturais, como a água.

Situado sob condições de relevo plano a fortemente ondulado, as características físicas do solo são favoráveis a determinados cultivos estabelecidos pela aptidão de uso particular de cada área. Os solos têm um perfil profundo, não pedregoso, de boa consistência e bem drenado, elementos que permitem o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e economicamente viável. Entretanto, quando sobre relevo montanhoso, são medianamente profundos, com pedregosidade e rochosidade extremamente abundantes, além de vertentes muito declivosas, delegando a estas porções de terreno péssimas características físicas, sendo considerados inaptos a quaisquer atividades produtivas. Na área do PA Libertação Camponesa:

> [...] predominam os relevos forte ondulado e plano, o primeiro ocupando 28,77% da área total e o segundo abrangendo 27,09%, somando 55% do total da área. As áreas de relevo muito ondulado aparecem na sequência, perfazendo 20,64% do imóvel. As áreas de relevo ondulado e suave ondulado ocupam 8,92% e 6,17%, respectivamente, onde prevalecem áreas de lavoura; já nas de relevo muito ondulado prevalecem as áreas de pastagem e reflorestamento. As áreas de uso restrito, com declividade entre 25° e 45°, ocupam 8,22% do total, sendo que as áreas de preservação permanente, com declividade acima de 45°, não chegam a 1% da área total do PA. As áreas de topo de morro no PA compreendem 523,66 hectares e as áreas com declividades acima de 45º somam 13,99 hectares. (PROJETO BÁSICO AMBIENTAL, 2013, p. 18).

Neste contexto, ao longo destes 18 anos de assentamento, a organização do território segue uma dinâmica de divisão da terra em espaços individuais, representado pelos lotes nos quais as famílias constroem suas casas e instalações produtivas, benfeitorias, espaços coletivos, destinados às instalações comunitárias, como, seis igrejas católicas, oito igrejas evangélicas, uma escola municipal, uma colégio estadual, um telecentro, uma casa de artesanato, uma unidade básica de saúde, dois centros comunitários, inclusive a sede remanescente da antiga fazenda, onde localiza-se um campo de futebol, áreas destinadas à preservação dos recursos naturais, fauna e flora.

O sistema habitacional das famílias em sua maioria é simples, sendo que tem casas construídas tanto em madeira quanto alvenaria, ou os dois tipos juntos. A grande maioria necessita de acabamentos como pinturas internas e externas, forração, calçadas e reboco. As coberturas predominantes são telhas de barro e telhas de fibrocimento. Todas as residências possuem água encanada e energia elétrica. 90% das famílias possuem mais de uma casa no lote, que na sua maioria são usadas por parentes, filhos que se casam, pais que vieram da cidade para morar com o filho ou filha. Todas as residências foram beneficiadas em 2003 com programas federais como “Luz para Todos” e “Luz no Campo”, porém cada família teve que pagar uma taxa de R$1.600,00.

Como forma de manutenção da saúde e prevenção de doenças, é importante destacar a necessidade de se ter as condições adequadas de saneamento básico, assim como os cuidados com o ambiente da moradia, alimentos, água e solo, pois, somente através destas medidas é que as famílias poderão evitar a contaminação e a proliferação de doenças. Por isso, todas as residências possuem banheiro com chuveiro elétrico, água encanada, vaso sanitário e pia.

Os efluentes domésticos são destinados a uma fossa que possui a borda superior revestida com tijolos e tampo de alvenaria e/ou madeira. Os resíduos descartáveis, como papéis e plásticos, são queimados e/ou enterrados. Os metais, alumínios e ferragens são comercializados e/ou reaproveitados. O lixo orgânico é utilizado para a alimentação dos animais, como suínos, galinhas e cachorros, ou utilizado como adubo em pomares e Olerícolas.

O processo de captação e abastecimento de água para consumo humano é proveniente de nascentes, sangas, córregos e poços rasos, tipo cacimba. A captação da água de cacimba e poços geralmente é feita por meio de um motor-

bomba de sucção ou por gravidade até a residência das famílias, onde é armazenada em reservatórios específicos (caixas d'água). No entanto, a maioria das famílias não costuma tratar a água antes de seu consumo. Algumas caixas são usadas como estruturas para armazenamento e captação de água, sendo ainda remanescentes da antiga fazenda.

A existência de estradas e de transporte é um elemento determinante na vida dos assentados, seja para o desenvolvimento de atividades cotidianas como acesso a serviços urbanos, comerciais, casos de emergências, entre outros, seja para atividades produtivas, a compra de insumos e o escoamento da produção. Apesar dessa necessidade, o assentamento apresenta muitas dificuldades, pois a estrada principal de acesso ao assentamento fica a 40 km da sede, são estradas de chão e, apesar de cascalhada, suas condições não são boas, principalmente em períodos de muita incidência de chuvas que dificulta ainda mais o acesso. Apesar das dificuldades, as famílias consideram que depois da conquista da terra muitas coisas têm melhorado na vida delas, conforme bem destaca um assentado:

> A minha casa não está muito boa hoje, pois construí há 18 anos atrás, mas tenho onde me esconder da chuva e do sol, uma casa que é minha e ninguém pode me tirar dela, não tenho patrão, posso plantar de tudo e colher na hora que eu quiser. (ALVES, 2014).

Partindo da afirmação acima, observa-se que a vida depois do assentamento melhorou: as condições de moradias, a autonomia sobre seu próprio sistema produtivo e alimentar e, principalmente, a independência de decidir sobre sua vida sem que haja patrão para dar ordem e explorar sua força de trabalho.

Desse modo, o assentamento se apresenta como uma perspectiva de vida nova, possibilitando a estas famílias experimentar uma nova forma de viver, conviver e se reconstruir neste território conquistado, ao mesmo tempo em que é fruto de uma "utopia teimosa e perseverante de quem almeja justiça e comida no prato, liberdade e fartura na mesa" (PEREIRA, 2012, p. 133).

No tocante à produção dos assentamentos em geral, esta se apresenta com caráter diversificado da produção agropecuária. Particularmente, a organização da produção no Assentamento Libertação Camponesa é baseada em um modelo produtivo diversificado, prática que se repete na maior parte das unidades de produção familiar. A tecnologia adotada depende muito das condições das características topográficas do lote.

No entanto, o plantio convencional ainda é o sistema de agricultura predominante no assentamento. O preparo convencional do solo é realizado, basicamente, com aração e gradagens, porém estas práticas expõem o solo e acabam facilitando o desenvolvimento de processos de erosão e compactação, assim como a contaminação do meio ambiente, principalmente água e solo, mas também toda a fauna e flora, incluindo aí as pessoas, quando se faz uso de corretivos e fertilizantes agrícolas. Considerado como uma prática sustentável no trabalho com agricultura, o plantio direto tem aumentado nos últimos anos, nele, a palha e os demais restos vegetais de outras culturas são mantidos na superfície do solo, garantindo cobertura, proteção e adubação orgânica das lavouras.

Os principais tratos culturais das lavouras também são realizados com o auxílio de tratores e implementos agrícolas, sejam particulares e\ou coletivos e, para pequenos tratos culturais, se faz o uso da tração animal. No trabalho com os animais se faz uso de ordenha mecânica à conhecida prática do balde ao pé, além de resfriadores coletivos com capacidade de armazenar 500 litros de leite por dia.

Um fator em comum em todas as famílias é a força de trabalho utilizada no processo produtivo, tanto nos tratos culturais quanto na criação dos animais, é exclusivamente familiar, variando de duas a três pessoas. Neste sistema produtivo, as famílias cultivam nos lotes: milho, soja, feijão, mandioca, gengibre, batata doce, abóboras, tomate em estufa, vagem, pimentão, morango, maracujá, amora framboesa, mel, peixe, banana, manga, café, laranja, aves, suínos, ovinos. A produção de olerícolas está destinada, na sua maioria, para o consumo das famílias, eventualmente, é comercializada por algumas famílias em feiras, na cidade de Tamarana e Ortigueira, assim como para programas como PAA e PNAE (Pesquisa de campo\2014).

Em relação ao sustento econômico do assentamento, a principal fonte de renda vem da produção agropecuária, principalmente na venda do leite, gado de corte, soja, milho e café. São garantidos ainda como complemento. Alguns benefícios sociais como a Seguridade Social (aposentadorias e pensão), auxílio maternidade, auxílio doença e bolsa família. A comercialização dessas atividades é feita para atravessadores que, posteriormente, comercializam nos municípios vizinhos (Ortigueira e Tamarana). Contudo, algumas atividades produtivas, como a bovinocultura de leite, a soja e o milho, já possuem uma rede de comercialização bem estruturada e sua produção é vendida para a indústria e cooperativas da região.

Além disso, também é comum ocorrer uma comercialização entre os assentados, principalmente criações de pequeno e médio porte (aves, suínos e ovinos) e, eventualmente, hortaliças e sementes como de milho e feijão de variedades tradicionais/crioulas.

Considerado uma fração do território do capital, concretamente a organização da produção no assentamento vive em um contexto geral das contradições do capital. Partindo da compreensão de que o assentamento constitui territórios de disputa entre o capital e campesinato, a exemplo disso, observa-se em curso um processo de integração de algumas famílias às cooperativas integradas de insumos agropecuários existente na região como a Agroindustrial Cooperativa (COAMA), Cooperativa Agropecuária Industrial (COCARI), Cooperativa Agroindustrial INTEGRADA, entre outras. Estas cooperativas têm como finalidade estabelecer uma relação de fornecedoras de grãos, serviços especializados de assistência técnica, fornecimento de insumos, rações, sucos, sementes e beneficiamentos industriais.

O sistema de integração, em muitos casos, tem substituído as formas tradicionais de produção, e como esta contradição global faz parte do mundo do assentamento, vendo ele como um conflito permanente entre impedimento e potencialidade, observa-se que no Paraná as cooperativas tiveram um importante papel na dinâmica de modernização da agricultura.

> [...] produtores associados aderiram rapidamente às inovações tecnológicas, especialmente ao pacote tecnológico da soja, atuando como centros propagadores da mesma modernização. Para tal sentido, foram estimuladas pelo poder público que concedeu “[...] crédito a longo prazo para a instalação de infraestrutura (silos, escritórios, armazéns, etc.) e do tratamento preferencial na consecução de políticas agrícolas. (HESPANHOL, et al. apud, FARJADO, 2008, p. 41).

Portanto, a realidade vivenciada no cotidiano apresenta um processo dialético, por vezes coerente, outras vezes contraditória, um enfrentamento permanente na luta pela construção da sobrevivência e autonomia. Que na visão de Campos (2006, p.151): “essa autonomia não significa independência em relação ao mercado ou mesmo às instituições, nem tampouco implica o rompimento das relações de exploração em que o campesinato estar inserido”.

4.3 A produção e a agroecologia como perspectiva no território conquistado

Do ponto de vista histórico é importante entender as relações sociais em um determinado contexto para que possamos acrescentar a análise a um determinado território. Assim, a resistência camponesa descortina a contradição de classes existentes no campo, sendo que na perspectiva de território, podemos dizer que existe “de um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação politica, de outro a classe dos camponeses que da terra precisa para viver” (PAULINO, et al. 2010, p. 16). No caso dos camponeses, estes:

> [...] instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. (OLIVEIRA, et al. 1991, p. 13).

Assim, os fatores e processos fundamentais do território são considerados como relações sociais históricas construídas que os homens as mantêm entre si e com a natureza. Raffestin, quando pesquisa na questão específica desta relação no que trata a natureza, nos revela que “a cada mudança, técnica e, por consequência, a cada mudança de territorialidade, a produção territorial é alterada e os problemas a serem enfrentados com relação ao ambiente são mais diversos.” (RAFFESTIN, 2009, p. 26). O território para Oliveira (1999, p. 74) significa uma:

> [...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/ consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas e etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (OLIVEIRA, 1999, p.74).

Diante disso, a concretização do projeto de assentamento se torna a materialização da luta, na qual a terra passa a ter um valor de uso e não de mercadoria. Aqui se estabelece um processo de organização da vida nesta fração do território do capital, como a distribuição das famílias na terra conquistada, a produção de alimentos, a criação das entidades de representação jurídica das famílias, a luta por créditos, assistência técnica, saúde, educação e infraestrutura produtivas e sociais.

Do ponto de vista da organicidade, as famílias do Assentamento Libertação Camponesa se dividiram em oito comunidades, constituindo em cada uma delas uma associação que pudesse representá-las diante de órgãos públicos como o

INCRA, bancos, prefeituras e outros. Nestas comunidades, cada família estabelece sua linha de produção a partir da sua capacidade produtiva, como a disponibilidade de força de trabalho familiar, troca de dias de serviço com os vizinhos, mutirão e condições econômicas.

Para muitos, tal forma organizativa tem caráter de individualismo e isolamento e com o intuito de buscar entender esta forma das famílias se distribuírem nos lotes, assim como se organizarem para desenvolver o trabalho e a produção, buscamos recorrer à reflexão de Bogo (2010, p. 101), quando nos revela que:

> O suposto isolamento camponês não se dá pelo viés individualista ou egocêntrico, mas sim por uma necessidade, devido ao modo como detém a propriedade, produz e convive. Como tem a obrigação de traçar seus próprios projetos de produção, sente-se preso a eles em tempo integral, tornando-se administrador e executor ao mesmo tempo. (BOGO, 2010, p.101).

No assentamento, as maiores formas de atividades coletivas que existem são a utilização coletiva dos tanques de resfriamento de leite e a reunião periódica de um grupo de mulheres que produzem conservas, doces e picles. Fora disso, as atividades coletivas acontecem mais eventualmente, como mutirões e trocas de dias, que acontecem de forma mais espaçada entre as famílias nas comunidades. Apesar de no estado do Paraná existir uma quantidade significativa de cooperativas de trabalho, produção e comercialização, o Assentamento Libertação Camponesa não aderiu a estas experiências, optando pelo sistema de associativismo, no qual as ações estão basicamente voltadas à elaboração de projetos e resolução de pendências cadastrais com o INCRA/PR.

E são nestas unidades de produção individual que as famílias têm construído todos os dias a produção e reprodução da vida. É neste espaço que cada família tem enfrentado desafios para garantir sua permanência na terra, cada uma com suas particularidades, seus limites de lidar com as adversidades do clima, como a geada que é um problema na região, com a tecnologia de cultivar o alimento, para a renda e para o consumo. No decorrer da pesquisa foi possível identificar estratégias de resistência das famílias a partir da construção de alternativas agroecológicas.

> Essas formas de luta e resistência que convergem para a reconstrução das práticas camponesas relativamente autônomas no processo produtivo revelam um acentuado contraste em relação aos parâmetros homogeneizadores e exógenos contidos na trajetória da modernização agrícola. (NORDER, 2006, p. 117).

Sobre as práticas de produção que, mesmo na ausência de um conhecimento de técnicas agroecológicas sistematizadas, muitas famílias assentadas têm encontrado na produção orgânica/agroecológica uma condição para permanecer no território conquistado. Nessa pesquisa, foi possível identificar nos relatos das famílias pesquisadas durante o trabalho de campo, que a concepção de agroecologia construída ao longo destes anos pelos assentados e assentadas, está relacionada como alternativa ao uso de agrotóxico, conforme fica claro nos depoimentos abaixo:

> Produção agroecológica é produzir sem veneno (SOUZA, 2014).
> É usar adubação orgânica como esterco de gado, galinha, porco e carneiro (GODOY, 2014).
> É produzir sem agrotóxico e fazer uso de esterco de animais. (ELIZABETE,2014).

A partir dos depoimentos aqui apresentados fica claro que para estas famílias assentadas o conceito de agroecologia está em produzir sem fazer uso de agrotóxicos no sistema produtivo. Sendo esta concepção construída historicamente pelas famílias, observa-se que esta se fundamenta em saberes e práticas tradicionais da cultura camponesa, como os exemplos citados acima sobre as práticas de adubação orgânica, como uso de estercos de animais, gado, galinha, porcos e carneiros. Sobre esta concepção Altieri (2012, p. 133) aponta que:

> As estratégias de diversificação de culturas devem ser complementadas por aplicações regulares de adubos orgânicos (resíduos de culturas, esterco de animais e compostagem) para manter ou melhorar a qualidade e a produtividade do solo. (ALTIERI, 2012, p. 133).

Consideramos que tais concepções são relevantes, pois guardam em si potencial que poderá contribuir para mudança de atitudes das práticas produtivas das famílias que, mesmo de forma inconsciente, veem no uso de agrotóxico um problema para o meio ambiente, para a saúde e a produção de alimento. José Barbosa (2009, p. 52) revela que “a concepção de agricultura agroecológica é o futuro da produção agropecuária e dos produtores na produção de alimentos sadios”. Observa-se aqui, que os depoimentos destas famílias, aprofunda a ideia de que a agroecologia é o caminho certo a ser tomado pela população do campo, partilhando do entendimento de que agroecologia é a garantia do futuro.

Apesar da diversidade produtiva existente no Assentamento Libertação Camponesa, muitas famílias vivem a triste realidade de dependência do pacote tecnológico herdado da Revolução Verde, que leva às contradições já aqui

apresentadas. Na pesquisa, tal contradição foi possível ser observada principalmente naquelas famílias que produzem em uma escala maior de grãos como soja, feijão e o milho, que de forma contrária à produção agroecológica diversificada destas culturas, utilizam variadas técnicas e insumos da agricultura convencional. Tal contradição fica explícita quando o senhor José Lima da Cruz (CRUZ, 2014) diz: “Eu entendo que agroecologia é uma coisa boa, mas eu produzo com veneno”.

Para melhor entender estas contradições apresentadas no depoimento acima, recorremos aos estudos de Rigoto (2012), que nos permite refletir sobre os problemas e riscos que a indústria química tem gerado para agricultura, agricultores e consumidores. Sobre isso a autora nos revela que:

> Diante do uso intenso e difuso dos agrotóxicos no Brasil, é possível considerar que a maior parte da população está exposta a eles de alguma forma. [...] Os trabalhadores são certamente os que entram em contato mais direto, e por mais tempo, com esses produtos, seja nas empresas do agronegócio, seja na agricultura familiar ou camponesa – onde a cultura da revolução verde também penetra e tenta impor -, seja nas fábricas químicas onde são formulados, seja ainda nas campanhas de saúde pública onde são utilizados. (RIGOTO, 2012, p. 89).

Analisando a realidade do Assentamento Libertação Camponesa, apesar das contradições apresentadas, percebemos que algumas famílias acreditam que a agroecologia é o futuro da humanidade, conforme afirma o depoimento de Zerilda Dutra (2014) assentada, quando destaca que a agroecologia “é o único caminho certo a ser tomado na agricultura, mas a maioria dos agricultores não se deu por conta. A agroecologia tem que ser mais falada nas comunidades e mais exercitada”.

Em meio a esta constatação, pode-se trazer aqui, a necessidade do processo de formação e capacitação das famílias assentadas, em que a matriz tecnológica de produção agroecológica fosse uma soma com os saberes tradicionais, no sentido de qualificar as famílias para fazer a transição do modo de produção convencional para orgânica ou agroecológica.

A partir desse cenário, é importante lembrar que dentre os desafios abordados na PNATER, consta a garantia de uma mudança de paradigma. De modo que novos conhecimentos e novas posturas sejam incorporados aos processos pedagógicos, metodológico, tecnológico e socioambiental, tal como prevê a nova lei de Ater, ou seja, este novo modelo de assistência técnica haverá que se defrontar e superar o enfoque convencional existente nos assentamentos e comunidades.

Ainda assim, tem-se aprofundado a luta e o debate em construir uma reflexão da importância do domínio tecnológico a serviço da agroecologia e dos trabalhadores. As pesquisas e estudos voltados para construção de técnicas alternativas e eficazes precisam provar na prática a viabilidade e a necessidade de um novo processo de ensino e aprendizagem no/do jeito de produzir do camponês. Esta necessidade se apresenta evidente quando nos deparamos com depoimentos de famílias que revela que agroecologia “é produzir sem usar veneno, mas eu acho que não tem jeito de produzir sem veneno, hoje temos muita praga, doença na agricultura” (MARTINS, 2014).

Esta concepção revela que do ponto de vista cultural o paradigma da agricultura “moderna” tem produzido e difundido para as populações do campo, “o mito de que sem os agrotóxicos não e possível produzir” (RIGOTO, 2012, p. 90). Segundo dados do Sindicato Nacional para Produtos de Defesa Agrícola (SINDAGE), em 2009 foram comercializados legalmente 1 bilhão de litros, distribuindo a quantidade de veneno utilizado chegaram a média de 2, 5 litros de agrotóxicos por habitante ao longo do ano (TYGEL, et al. 2015, p. 40).

A fim de aprofundar o debate, acolhemos também reflexões de lideranças dos movimentos sociais, técnicos de ATER e entidade de ATER. Observamos que há uma concepção da agroecologia como projeto de desenvolvimento baseado na sustentabilidade econômica, social e ambiental. Contudo, conforme apontam os profissionais de ATER[23], do INCRA e da Fundação Terra, instituições responsáveis pelo serviço de assistência técnica no Assentamento Libertação Camponesa, ainda existem muitos desafios e obstáculos a serem trabalhados com os assentados. E um deles, e mais importante, a longo prazo deve-se incorporar a matriz de produção agroecológica como alternativa à agricultura convencional.

> A agroecologia tem perspectiva de apresentar resultados econômicos sem deteriorar a vida e a natureza, de forma conjugada. A produção convencional não diversificada não proporciona uma renda suficiente para que as famílias tenham melhores condições de vida e a saúde. O trabalhador e sua família são afetados pelo uso do agrotóxico para a produção, o mesmo agrotóxico que contamina a água que ele bebe e a sua alimentação. (ASSISTENTE SOCIAL, 2014).

Sob um olhar sociológico, o depoimento acima aponta a compreensão de que a agroecologia vai além dos resultados econômicos, uma matriz de produção que se

[23] As entrevistas da equipe técnica apresentam a formação acadêmica de cada profissional, pois não foi autorizada a divulgação dos nomes.

apresenta como uma parceira dos camponeses na produção e reprodução da vida. É uma alternativa à agricultura convencional, que contamina o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores. Na mesma direção, quando feito a mesma pergunta à um técnico agrícola da equipe, ele nos revela que no trabalho do dia a dia com as famílias tem buscado reconhecer as práticas agroecológicas do cotidiano das famílias, porém percebe que:

> Há falta de conhecimento teórico das famílias, estas práticas agroecológicas não são vistas, busco casar a teoria com prática reforçando os costumes tradicionais já existentes. (TÉCNICO AGRÍCOLA 1, 2014).

Diante do depoimento acima pode-se observar que um dos desafios e obstáculos apontados pelos técnicos está na falta de conhecimento dos assentados, que mesmo desenvolvendo práticas que vão de encontro a produção orgânica e ou agroecológica, estas famílias carecem de um processo de capacitação e formação com base nos princípios e objetivos da produção agroecológica. Entretanto, no decorrer da pesquisa, nos deparamos também com técnicos que também precisam ser capacitados, isso fica claro quando um técnico agrícola diz:

> A produção agroecológica é extremamente importante e tem crescido muito nos últimos anos, não me considero um defensor, mas procuro meios alternativos de produção que permita alimentação mais saudável produzidas pelas famílias. (TÉCNICO AGRÍCOLA 2, 2014).

Conforme já discutido nesta pesquisa, um dos processos importantes a serem considerados nesta nova Ater é a formação dos profissionais, numa perspectiva que estes serão os portadores de um projeto de desenvolvimento sustentável para o campo, conforme estabelecido nas diretrizes da PNATER aqui já apresentadas. Neste caso, Plata (2012, s/p) nos revela que “Os profissionais extensionistas da atualidade foram formados para dar assistência técnica no modelo tradicional. Deste modo, também deverão mudar e serem capacitados para atuar neste novo modelo de Ater”.

Do ponto de vista da coordenação da equipe técnica, representante do INCRA e da Fundação Terra[24], quando perguntamos sobre o que falta para que o

[24] Criada em 2001, durante a realização do VIII Encontro Estadual dos Funcionários da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Associação dos funcionários da EMATER-PR realizou uma Assembleia Geral Extraordinária para analisar e deliberar sobre a instituição de uma futura fundação de direito privado. Em 17 de março de 2003, a Fundação Terra conseguiu a sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Sua missão é contribuir para o desenvolvimento rural através da promoção e apoio a execução de projetos e serviços de assistência técnica e extensão rural nas áreas da agropecuária, da pesca e

processo de transição da agroecologia realmente se efetive como matriz produtiva da agricultura familiar camponesa, suas posições são contundentes. Na concepção do representante do INCRA está “faltando marcos legais para incentivar produtores a realmente mudarem sua forma de produzir e capacitar mais profissionais de Ater” (RODRIGUES, 2015). Diante da questão acima, pode-se observar que mesmo os servidores públicos também encontram dificuldade de encontrar formas legais que garantam na prática da gestão pública dessas políticas as condicionantes para sua implantação. Assim como os obstáculos da formação acadêmica dos profissionais de assistência técnica que irão executar os trabalhos. Sobre esta questão, o coordenador da Ater da Fundação Terra diz que este processo depende:

> [...] fundamentalmente de investimentos públicos. Nenhuma empresa privada, que visa lucro, vai investir e difundir uma tecnologia que recicla insumos no próprio imóvel. É óbvio que ela vai fazer de tudo para convencer o produtor a utilizar seus produtos. É exatamente o que ocorre hoje, por falta das entidades públicas de pesquisa, ensino e extensão se empenharem num modelo tecnológico sustentável, do ponto de vista socioeconômico e ambiental, as grandes corporações tomaram conta deste tripé (pesquisa, ensino e extensão), utilizando inclusive recursos públicos, como os da Embrapa, Universidades Federais e Estaduais e as Ematers, para engordar seus lucros. Ocorre que hoje, apesar dos avanços, eles são muito tímidos, pois as autoridades do setor não têm este entendimento, ou seja, todos (as) são a favor da agroecologia, mas com uma visão romântica, de que é bom para o “coitadinho do produtor” explorar um nicho de mercado e não como uma tecnologia massiva e transformadora. Por isso os investimentos são na mesma proporção, minguados. (LACERDA, 2015).

Ainda nesta direção, Celso destaca que a falta de empenho das instituições públicas de pesquisa, dos gestores das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da matriz agroecológica, bem como o ensino e a extensão rural, deixam o caminho livre para que as grandes corporações do capital utilizem dos recursos públicos como a Embrapa, Emater, universidades federais e estaduais, entre outras, para expandir seus negócios na agricultura.

Para o MST e a Via Campesina Brasil, o debate da agroecologia, tem como questão central o modelo de desenvolvimento hegemônico e a necessidade de um modelo de desenvolvimento que seja compatível com as condições socioeconômica, política, cultural e ambiental da agricultura camponesa. Os desafios que terão que superar para alcançar uma matriz de produção capaz de contrapor o modo de

---

da aquicultura; de ações de desenvolvimento econômico, social e cultural de combate a pobreza rural e atividades de defesa e conservação do meio ambiente. Disponível em: http://www.fundacaoterra.com.br/index.asp. Acesso em: 03 nov. 2015.

produção atual do capital no campo foram sintetizados por Stédile (2014), que considera oito desafios para agroecologia:

> O Primeiro deles é nós termos uma retaguarda do serviço de extensão rural e assistência técnica, com profissionais de agronomia e veterinária, que realmente pudessem desenvolver as técnicas de agroecologia e fazer a transição. Nós precisaríamos formar milhares de novos profissionais para poder atender aos 4 milhões de agricultores camponeses que existem no Brasil. Segundo, o governo precisaria garantir incentivos tanto para a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, quanto mercado institucional, que garanta aos agricultores que eles terão quem compre. Terceiro, precisaríamos organizar um sistema de fomento da produção, com incentivos de todo tipo, desde ATER, financiamento específico, e garantia de compra. Quarto, precisamos desenvolver máquinas e ferramentas adequadas às unidades de produção camponesas, que possam desenvolver técnicas de aumento da produtividade da área e do trabalho, sem uso de venenos, e sem uso de grandes máquinas. Quinto, desenvolver um programa de difusão de pequenas agroindústrias cooperativadas por todo país, para garantir também o beneficiamento dos produtos agroecológicos e poder transportá-los a longas distâncias. Sexto, um amplo trabalho de conscientização nas cidades, alertando ao povo em geral sobre os perigos para a saúde pública, do consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos. Sétimo, garantir a aplicação do código de consumidor, para que se coloque em todos os rótulos e gôndolas de supermercados o aviso aos consumidores dos produtos agrícolas que tem veneno e que são transgênicos. Oitavo, aplicar imediata restrição ao uso de agrotóxico os em toda agricultura, pois muitas vezes os fazendeiros usam e afetam seus vizinhos camponeses. (STÉDILE, 2014).

A fala de Stédile sintetiza questões já dialogadas nesta pesquisa, quando da formação e capacitação dos profissionais de Ater numa perspectiva agroecológica, sendo importante trazer a universalização dos serviços de assistência técnica preconizada na PNATER. A garantia de crédito e mercado para todos os agricultores camponeses que aderirem a produção sem uso de agrotóxicos, assim como a restrição do seu uso em toda agricultura. Aponta ainda, a necessidade de um processo de conscientização da população em geral, sobre os riscos dos venenos para a saúde e o meio ambiente, começando por fazer valer a aplicação do código do consumidor, exigindo que todos os supermercados coloquem rótulos nos produtos agrícolas que têm veneno e que são transgênicos.

Stédile destaca ainda, a importância de desenvolver tecnologias, equipamentos agrícolas e pecuários, compatíveis com a realidade da agricultura familiar camponesa, assim como os programas de difusão de pequenas agroindústrias, com objetivo de agregar valor aos produtos agroecológicos, de forma a garantir o atendimento ao mercado local, regional e nacional, agregando renda aos produtos primários.

Aqui é importante lembrar, o papel histórico que as organizações do campo têm assumido na história de luta contra o avanço do modelo de produção do capitalismo para o campo. Assim como as alternativas que estão sendo apresentadas em forma de proposta de políticas públicas voltadas para incentivos e fortalecimento da agricultura camponesa, como créditos, assistência técnica, políticas de comercialização através do PAA e PNAE com preços diferenciados para a produção agroecológica, cursos de formação técnica voltados à demanda dos diferentes grupos sociais do campo, produção de sementes crioulas\tradicionais, agroindustrialização, entre outros.

As questões apontadas pelos profissionais de Ater nos roteiros de campo apresentam suas concepções sobre Ater, suas concepções teóricas da extensão, a intencionalidade do trabalho no assentamento, a rotina diária, o planejamento das atividades, as dificuldades e os desafios desta “nova” proposta de assistência técnica e extensão rural. Conforme nos revela um técnico agrícola, sobre a dinâmica de visitas técnicas, quando diz:

> O trabalho de ATER ajuda muito pouco os assentados tecnicamente, pois somente com três visitas não se consegue acompanhar o processo produtivo de fato. A única ajuda é nas informações de acesso a programas institucionais e na elaboração de projetos. (TÉCNICO AGRÍCOLA 3, 2014).

Segundo o técnico, as três visitas por ano às famílias em suas unidades de produção não são suficientes, considerando a demanda de atividades trabalhadas por elas nos lotes. Ele destaca ainda que fazer orientações técnicas, elaborar projetos produtivos para o desenvolvimento socioeconômico com base nos princípios da agroecologia não é suficiente. Com este número de visitas por assentados, os objetivos da nova ATER com base na agroecologia se torna uma ação “complexa”. Para o Técnico Agrícola 4 (2014): “esse método bate de frente com o número de visitas a cada assentado, e isso acaba somente no cumprimento das metas estabelecidas no projeto básico do INCRA”.

> As estratégias de ação extensionista não podem mais estar centradas na assistência técnica individual. Devem ser privilegiadas as formas de atuação que envolvam comunidades ou grupos de interesses, identificando e criando formas de um “fazer-Ater” que sejam inovadoras. (CAPORAL, 2009, p.160).

No entanto, o que estar estabelecido no projeto básico de Ater, considera que, pelas características de uma visita técnica, “è coerente afirmar que um profissional faça até 3 visitas técnicas diárias, considerando que o profissional deve

percorrer a UPF para poder fazer orientações com qualidade e assertivas (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2014, p. 11).

A assistente social da equipe pesquisada acredita que as limitações deste processo de Ater estão na dinâmica metodológica do projeto básico, para ela é um trabalho necessário, porém mal planejado. Isso causa muitos transtornos aos produtores devido à precariedade do atendimento e descontinuidade dos serviços. Do ponto de vista social, a mesma afirma:

> Infelizmente, a definição parte de instâncias superiores do governo sem muita conexão com a realidade dos produtores. Para mim todo e qualquer trabalho que tenha o cunho social apresenta uma grande dificuldade em desenvolver por falta de compreensão, até mesmo das instâncias responsáveis pelo planejamento e coordenação das atividades. (ASSISTENTE SOCIAL, 2014).

É importante destacar quanto ao papel histórico da assistente social na extensão já dialogado nesta pesquisa. Sua importância no trabalho com as mulheres, jovens e temas como educação e saúde, entre outras políticas públicas para o campo. Observa-se que dentre as ações de assistência social estabelecidas na 3ª chamada pública de ATER, edital nº 01/2013, INCRA, SR(09)/PR, se destaca:

> Desenvolver ações de conscientização sobre a importância de manter a documentação pessoal em dia, trabalhar a redução da pobreza, estimular à compreensão dos direitos especiais de crianças, jovens e idosos, conscientizar as famílias quanto à importância de uma boa alimentação para a manutenção da saúde, promover, através da educação, mudanças nos hábitos e costumes para promoção do saneamento básico, consumo de alimentos saudáveis, utilização de água potável, garantir ações que estimule as famílias quanto ao correto destino dos resíduos orgânicos, como compostagem, e dos materiais não degradáveis como a reciclagem. Trabalhar a gestão da unidade de produção familiar, monitoramento e avaliação das atividades produtivas, garantir a participação e a utilização de metodologias participativas nas ações a serem desenvolvidas, incentivar a compartilharem seus conhecimentos e experiências e a aprenderem mutuamente, estimular o desenvolvimento de microempreendimentos, de forma que venha a fortalecer iniciativas associativistas e cooperativistas, buscando agregar valor aos produtos primários, promover contato com grupos para intercâmbio de experiências e inserir as comunidades dos assentados em programas municipais que privilegiem os cuidados da saúde da família. (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2014, p. 87).

Conforme a citação acima pode-se dizer que as ações a serem desenvolvidas pela assistente social, conforme estabelecida na chamada pública de Ater, está em garantir que as unidades de produção familiar sejam vista no seu conjunto, social, econômico, ambiental e cultural. Considerando ainda, que as ações contem com o envolvimento de toda a família no processo, jovens, mulheres, crianças e idosos, de

maneira que possam estimular práticas que elevem o nível de conscientização das famílias sobre o meio em que vivem e, também, as desperte para seus direitos e deveres, garantindo melhor qualidade de vida no campo.

Apesar da PNATER trazer a importância de desenvolver enfoque interdisciplinar e multidisciplinar , o que se tem vivenciado na realidade dos serviços de Ater é um caráter reducionista e tecnicista. Considerando que nas chamadas públicas, de forma quase exclusiva, se tem priorizado os profissionais das ciências agrárias, agronômicas, técnicos agrícolas e veterinários. Esta opção pelos profissionais das agrárias, além de descaracterizar os princípios da PNATER, traz de volta o modelo de transferência de tecnologia, através de "'visitas e treinamentos' adotados, lá atrás, durante o auge da Revolução Verde" (DAMBRÓS, 2015, p.154).

Os depoimentos das famílias beneficiárias da PNATER revelam que apesar das limitações e dos problemas apresentados no cotidiano, acredita-se que o papel da assistência técnica está em:

> [...] fazer visitas nas propriedades e orientar o agricultor em relação ao manejo produtivo, penso que é orientar naquilo que o agricultor precisar. Eu preciso que a assistência técnica me ajude a fazer a diferença na produção sem veneno. A assistência técnica deve ensinar o agricultor naquilo que ele não sabe. Deve transmitir confiança ao agricultor e ser também um observador. (AMORIN, 2014).

De acordo o depoimento acima, o papel dos técnicos para o agricultor é ajudar a família a encontrar alternativas de produção agroecológica, é contribuir para o desenvolvimento da produção existente no lote, e no trabalho cotidiano, estabelecer uma relação de confiança entre técnicos e agricultores.

Assim, é importante observar a grande contradição entre o discurso da política pública de Ater preconizada pela PNATER e a ação prática da extensão. A questão central da nossa indagação está em como garantir uma ação de extensão dialógica e participativa, se o projeto básico do INCRA determina obrigatoriedade três visitas técnica por família/ano.

Outra situação encontrada é a burocracia que exige um número de famílias por técnico, o que vai contra os pressupostos teóricos e metodológicos da agroecologia. Segundo Caporal, (2009, p.169): "A Extensão Rural para o desenvolvimento sustentável deve superar os velhos modelos, ou tudo será mantido igual, com um novo discurso e velhas práticas." Para Dambrós, (2015, p. 154) o modo como:

> [...] as chamadas públicas para projetos passaram a ser constituídas a partir da Lei Nacional de ATER, trouxeram de volta o modelo de transferência de tecnologia — visita e treinamento adotado, lá atrás, durante o auge da Revolução Verde. Além de serem padronizadas, as atividades prescritas pelos seus mentores (na maioria, técnicos), estão muito mais para Assistência Técnica do que para Extensão Rural e longe do que se poderia considerar como proposta de construção social e participativa. (DAMBRÓS, 2015, p.154).

Partindo do entendimento que a burocracia presente nos trabalhos é vista pelas famílias como um obstáculo à assistência técnica, pois acaba por tomar muito tempo, tempo esse que poderia ser dedicado às orientações de campo, conforme é destacado:

> Apesar da burocracia de papelada que vejo para comprovar o trabalho técnico, eu acho que o papel da assistência técnica é dedicar maior tempo em visitas, os técnicos devem passar mais tempo nos lotes das famílias, observando a produção, os bichos, as plantas e o jeito da familiar produzir e lidar com a terra. (OLEIAS, 2014).

Para este assentado, o técnico deveria dedicar a maior parte do seu tempo nos lotes, cumprindo não só o papel de técnico, mas de observador da natureza, do jeito da família lidar com a produção, dos animais, das culturas agrícolas, ou seja, deveria fazer desta meta “visita” uma ação que possa trazer tecnologias que venham a contribuir e alterar o jeito da família produzir e trabalhar na terra.

Na compreensão de outro assentado entrevistado, apesar de estarem há muitos anos na terra, ainda existem famílias que não aprenderam a trabalhar com a produção agropecuária e que precisam de orientações técnicas para desenvolver sua produção no lote, exemplo disso é a adubação de solos. A reflexão aqui apresentada por ele vai além quando diz:

> Sabemos alguma coisa, mas não sabemos de tudo e precisamos de ajuda. O pessoal que não tem orientação de nada, pode até acessar um crédito, mas se não tiver orientação certa ele invés de melhorar, pode piorar a vida na agricultura, por exemplo se endividar com o banco. (MARTINS, 2014).

O depoimento do senhor Lorival, destaca a importância da política pública de Ater para as famílias. É importante destacar as orientações sobre o acesso ao crédito e sua aplicação, pois conforme bem destacado acima, pode ser uma alternativa para que a família melhore suas condições de vida, ou, se mal aplicado, poderá levar ao endividamento com os bancos. Consequências que puderam ser confirmadas quando, em 2014, foi realizado pela assistência técnica um processo de renegociação de dívidas do Pronaf A e A\C, conforme estabelecido na Resolução

nº4.298, de 30 de dezembro de 2013[25]. Ao todo foram beneficiados com esta resolução 175 famílias do Assentamento Libertação Camponesa, ou seja, 50% das famílias estavam inadimplentes, sem condições de acessar nenhuma modalidade de crédito rural.

Nesse sentido, o senhor José Lima da Cruz (2014), diz que a "Assistência técnica não deve priorizar somente uma linha de produção", ou seja, deve ser uma ação voltada para todas as atividades produtivas do lote e devendo ajudar as famílias a fazer planejamento da produção. Assim, o assentado reforça que lidar com agricultura familiar é saber lidar com a diversidade produtiva existente nas unidades produtivas. Nessa mesma direção, Roseli da Rocha (ROCHA, 2014) vai mais longe, ela acredita que o papel da assistência técnica deve ser mais que visitar as famílias e orientar, mas também "ajudar no processo de desenvolvimento do assentamento e na melhoria das condições de renda de todas as famílias".

Diante dos depoimentos acima, a assistência técnica, para as famílias entrevistadas, tem o papel de levar tecnologias sustentáveis, informações gerais e orientações que venham potencializar o que já existe, considerando a diversidade e a particularidade de cada sistema produtivo, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dos lotes e das comunidades. Contudo, com este formato burocrático e metodológico, o desejo das famílias sobre o papel da Ater se mantém como horizonte, pois o processo de construção desta nova Ater nas ações técnicas de campo tem cada vez mais distanciado dos princípios e objetivos preconizados na PNATER. Assim, compartilhamos da análise e preocupação de Dambrós (2015, p. 134) que "a nova ATER surge com base em lutas históricas, motivada por muita esperança em mudanças estruturais, e com uma concepção nova, porém, em meio a uma institucionalidade carregada de vícios do modelo convencional.".

---

[25] Art. 1º É autorizada a concessão de rebate para a liquidação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas até 31 de dezembro de 2010 ao amparo dos Grupos "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujo risco seja dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) ou da União, que estiverem em situação de inadimplência em 30 de dezembro de 2013, observadas as seguintes condições:
I - apuração do saldo devedor: o saldo devedor deve ser recalculado com encargos financeiros de normalidade até a data da liquidação, sem a incidência do bônus de adimplência contratual, sem o cômputo de multa, mora ou quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios, ressalvado o disposto no parágrafo único;
II - liquidação até 31 de dezembro de 2014: rebate de 80% (oitenta por cento) sobre o saldo devedor atualizado, em substituição a todos os bônus de adimplência e de liquidação previstos contratualmente. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2013/pdf/res_4298_v1_O.pdf. Acesso em: 03 nov. 2015.

Assim tem sido a dinâmica da Ater neste assentamento , entendemos que os diversos depoimentos aqui apresentados nos oferecem elementos interpretativos sobre variadas dimensões do papel da assistência técnica, que apesar das contradições evidenciadas, acredita-se que pode ser uma importante ferramenta para construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Nestes termos, é importante observar ainda que a pesquisa de campo nos permite entender as limitações, os obstáculos, as contradições e desafios deste novo processo da política pública de Ater. O próximo tema irá nos proporcionar entender os passos metodológicos construídos a partir do projeto básico para desenvolver os trabalhos de campo da assistência técnica.

5 A ATUAÇÃO DA ATER NO ASSENTAMENTO LIBERTAÇÃO CAMPONESA

Este capítulo mostrará a atuação da Ater no Assentamento Libertação Camponesa, buscamos situar as questões abordadas recorrendo à leitura do plano metodológico do Projeto Básico que compõe a 3ª chamada pública de Ater do Paraná e os relatórios das atividades coletivas. Buscou-se estabelecer nesse processo uma conexão entre as metas apresentadas pelo Projeto Básico com as ações desenvolvidas pela Ater no assentamento. A leitura dos relatórios das atividades coletivas da Ater realizadas no assentamento proporcionou uma análise e interpretação qualitativa e quantitativa destas metas, frente à realidade das famílias assentadas.

Descrevendo este novo cenário em que se encontra a extensão rural no Brasil, destacamos que as orientações metodológicas e o conteúdo programático, tanto da nova PNATER quanto da ATER, se apresentaram em contraposição aos modelos de difusão de tecnologias e da revolução verde. As mudanças programáticas de orientação “lançam enormes expectativas sobre a atuação dos extensionistas ou técnicos de campo que prestarão tal assessoria” (DIAS, apud PICCIN, et al. 2012, p. 54), pois é sobre esses indivíduos que recai a responsabilidade de alterar as práticas de extensão.

De forma geral, os projetos de Ater têm orientado a adoção de metodologias participativas e de diagnóstico da realidade para os processos de intervenção e a revisão da postura profissional diante dos agricultores com objetivo de adotar no processo um “papel educativo”, numa perspectiva de educação libertadora. Para tanto, observa-se que no cotidiano, as ações de Ater têm exposto contradições que consideramos importantes para reflexão da real eficaz desta política pública de Ater, como portadora de um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Nesta perspectiva, importante salientar que a regulamentação da política pública de Ater foi uma conquista importante, porém carece de ajuste estruturais e metodologias coerentes com a realidade das famílias assistidas. Considerando que todo este processo em marcha está condicionado ao engessamento burocrático, conforme revela Dambrós (2015, p. 158): “A forma atual como está se desenvolvendo, estão sendo mensuradas as atividades executadas e não os conhecimentos adquiridos pelas famílias, grupos, comunidades e profissionais”.

Aqui apresentamos a proposta do projeto básico incorporado na 3ª chamada pública de Ater coordenada pelo INCRA no estado do Paraná, apresentaremos as metas de forma geral, conforme a ordem já estabelecida neste projeto, porém será dado ênfase nas atividades de Ater voltadas a atender os propósito para análise desta pesquisa de campo.

5.1 O desenho metodológico e as metas do projeto de ATER para o Assentamento Libertação Camponesa

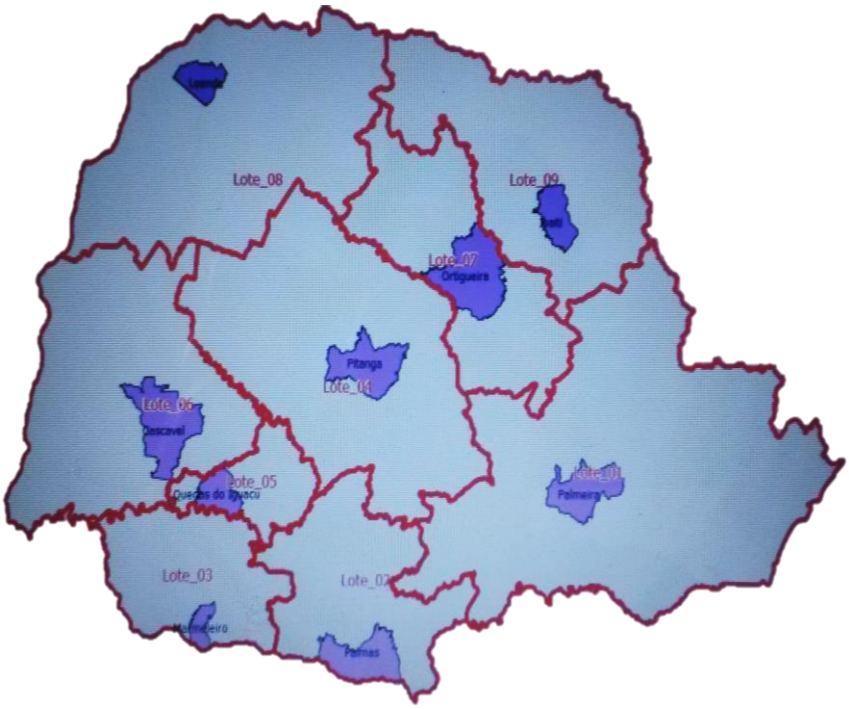
O INCRA/PR, através das empresas de ATER, tem buscado atender os nove lotes[26] da chamada pública distribuídos nos territórios de assentamentos do estado do Paraná. O mapa a seguir destaca os nove lotes, sendo os munícipios referências para sua organização geográfica operacional: Palmeiras lote 01, Palmas lote 02, Marmeleiro lote 03, Pitanga lote 04, Quedas do Iguaçu lote 05, Cascavel lote 06, Ortigueira lote 07, Loanda lote 08 e Ibaiti lote 09. Nesses municípios estão instaladas as estruturas físicas de escritório e atendimento às famílias beneficiárias da Ater. No caso dessa pesquisa, o escritório para atendimento das famílias do Assentamento Libertação Camponesa está localizado no município de Ortigueira, localizado a 40 km do assentamento. Conforme dados do INCRA (2014, p. 35), nessa 3ª chamada pública soma-se 194 assentamentos distribuídos geograficamente em 79 municípios do Estado do Paraná.

Assim, as metas – destacadas a seguir – para execução do projeto básico de Ater[27] nos assentamentos foram estabelecidas a partir do edital nº 01/2013, 3ª chamada pública de Ater do INCRA SR\09/PR.

[26] Neste caso “lotes” são territórios geográficos estabelecidos pelo INCRA/PR para organizar a 3ª chamada pública de Ater. O Assentamento Libertação Camponesa faz parte do lote 7, composto por 26 Projetos de Assentamentos (PA´s) com um total de 1031 famílias. “Este lote possuirá um Núcleo Operacional (NO) que se denominará “NO_07 – Ortigueira” (INCRA, 2014, p. 33).

[27] Considerando o contexto da PNATER foram definidas algumas metas envolvendo atividades individuais e coletivas para atendimento das necessidades das famílias assentadas (INCRA-PR, 2014, p, 6).

Figura 03 – Mapa da área geográfica dos lotes de Ater no Paraná



Fonte: INCRA SR(09)/PR – edital de Ater nº: 01/2014.

a) Seminário de apresentação institucional (se-c):

Com participação dos servidores do INCRA\PR, profissionais envolvidos no projeto de Ater e os assentados. Essa atividade tem como objetivo desenvolver processos de informação e formação técnico-científico e/ou mobilizador de conhecimentos que inclui apresentação, pesquisa, discussão e debate sobre temas que envolvam as demandas das famílias assentadas, conforme pode ser observado na figura 03. Neste seminário participaram 15 assentados (as) do Assentamento Libertação Camponesa, conforme apresentado no relatório do seminário (pesquisa de campo\2015).

Figura 04 – Seminário de apresentação institucional de Ater (2015) em Ortigueira/PR

Fonte: Edite Prates Souza/2015.

b) Planejamento participativo no assentamento (pp-a):

Com objetivo de desenvolver um processo de planejamento participativo no assentamento, esta será a primeira atividade a ser realizada pela equipe de Ater com as famílias, ou seja, esta ação será o primeiro contato entre os técnicos e as famílias. Nesse momento, serão apresentadas às famílias todas as informações do contrato de Ater, como duração, número de técnicos, temáticas sugeridas, metas, vigência do contrato entre outros.

Assim, o objetivo deste trabalho é obter resultados que leve à construção de uma agenda de execução das metas, como cursos, dias de campo, intercâmbios, implantação de unidades demonstrativas, entre outras. Isso, visando construir coletivamente uma programação de atividades, que orientem os trabalhos técnicos de campo. Em relação ao Assentamento Libertação Camponesa, o primeiro seminário de planejamento aconteceu em 02 de fevereiro de 2014, no colégio estadual do assentamento, com a participação de 70 pessoas, conforme relatório do seminário (pesquisa de campo\2014). Em função da distribuição geográfica das famílias, considerando a distância entre as comunidades, a decisão foi realizar dois seminários de planejamento de Ater em 2015, sendo escolhidos locais mais centrais. Assim, um deles foi realizado na comunidade Cozinhador e outro na Sede (figuras 04 e 05). O número de famílias envolvidas nestes seminários de planejamento

somam 170 pessoas, entre homens, mulheres e jovens, conforme relatório da atividade (pesquisa de campo\2015).

Figura 05 – Seminário de Planejamento de Ater ano 2015 – Assentamento Libertação Camponesa, comunidade Cozinhador

Fonte: Edite Prates Souza/2015.

Figura 06 – Seminário Planejamento de Ater ano 2015 – Assentamento Libertação Camponesa, comunidade Sede

Fonte: Edite Prates Souza/2015.

c) Visita técnica à Unidade de Produção Familiar (UPF):

Conforme já discutido, cada família tem direito a receber três visitas no ano. Na realização destas visitas, cuja duração média está estimada em 2 horas, os técnicos têm como missão orientar tecnicamente o desenvolvimento dos sistemas produtivos, os processos de comercialização, a logística, o gerenciamento da UPF, além de conhecer a realidade organizacional, ocupacional, socioeconômica e ambiental que compõe a unidade produtiva.

No desenvolvimento dos trabalhos devem ser consideradas as especificidades sociais, de gênero, raça, etnia e geração, problematizando, quando necessário, situações concretas. Para isso, deve-se considerar as esferas social, produtiva, econômica, ambiental e infraestrutura, para construção de soluções, de forma conjunta, com as famílias assentadas. No Assentamento Libertação Camponesa as visitas às famílias buscou se orientar pela demanda e necessidade local das famílias, considerando que apenas a primeira visita foi destinada a aplicação do diagnóstico.

Conforme estabelecido pelo projeto básico, para comprovação da execução desta meta será utilizado um formulário de visita técnica que será preenchido em duas vias. Sendo que a 1ª via deve ficar de posse com o beneficiário e a 2ª via será digitalizada e permanecerá arquivada na pasta do beneficiário no escritório da Fundação Terra em Ortigueira.

Figura 07 – Visita à unidade de produção familiar do senhor Damião – orientações sobre controle de oídio e míldio da uva

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

Figura 08 – Visita a UPF do senhor José Naves

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

Figura 09 – Visita a UPF da senhora Iolanda

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

Conforme pode ser observado nas imagens acima, há uma diversidade de produção nas UPFs, o que exige um conhecimento diversificado dos profissionais de Ater sobre os sistemas de produção desenvolvidos por cada família. As imagens nos permitem observar a produção de uva, café e gado de corte e leite das famílias pesquisadas.

d) Oficinas de capacitação (OF-C):

Esta atividade tem por objetivo desenvolver um processo de formação e capacitação das famílias, através do saber-fazer prático para a resolução de problemas concretos, desenvolvimento de aptidões, habilidades técnicas e o planejamento operacional e de avaliação das ações desenvolvidas pelo grupo. As oficinas são definidas conforme a demanda das famílias, tanto para aperfeiçoar suas intervenções quanto para construir novos conhecimentos, importante na construção de ações relacionadas à organização da questão agrária, produtiva, socioeconômica, ambiental e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Considerando os objetivos propostos acima, foram realizadas no assentamento, conforme relatório de planejamento, três oficinas durante o ano de 2014. Uma de produção de defensivos alternativos para agricultura agroecológica\orgânica, caldas e biofertilizantes, uma de boas práticas de fabricação, panificação, uma de manejo de Ordenha. Além disso, mais três oficinas foram realizadas em 2015, sendo duas de recuperação de nascentes e uma de tratamentos de madeira, totalizando seis oficinas (pesquisa de campo\2014 e 2015).

Figura 10 – Oficina de produção de caldas para controle biológico de insetos e doenças em hortaliças, com estudantes do 1º ano, ensino fundamental, do Colégio Estadual Izais Rafael, no Assentamento Libertação Camponesa – Ortigueira/PR

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

Figura 11 – Oficina de produção de proteção de nascente realizada, assentamento Libertação camponesa – Ortigueira/PR

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

e) Atendimentos técnicos na sede (AT):

Esta ação terá como objetivo central orientar, esclarecer, atualizar, fornecer dados, obter dados e outras necessidades das famílias assentadas. O atendimento deverá ser realizado prioritariamente no escritório da Fundação Terra, que fica localizado na cidade de Ortigueira/PR. Os atendimentos realizados nos escritórios têm ocorrido na resolução de problemas como atualização da documentação para solicitação ou atualização da Declaração de Aptidão ao Pronaf (Dap), aposentadoria, licença maternidade, Cadastro Único, renegociação de dívidas e assinatura de projetos de investimentos ou custeio agropecuário.

f) Cursos de curta duração (CU):

Os cursos têm como objetivo levar às famílias assentadas conhecimentos teóricos e práticos, relacionados à organização produtiva, social, econômica, ambiental, extensão rural, reforma agrária e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do campo. Sua realização deverá incorporar atividades didático-pedagógicas e dialogar com os conhecimentos técnico-científicos, somando a eles os conhecimentos tradicionais e as experiências locais.

Deste modo, foram realizados três cursos no assentamento, um de qualidade e manejo de pastagem em sistema de PRV – Pastoreio Racional Voisin, um de

agrotóxicos e produção de alimentos saudáveis e um de criação e certificação de pequenas agroindústrias de produtos de origem animal e vegetal. Em 2015 não foi realizado nenhum curso conforme relatórios das atividades de Ater (Pesquisa de campo, 2014\2015).

Figura 12 – Curso sobre agrotóxicos para estudantes do 1º ano, ensino fundamental, do Colégio Estadual Izais Rafael no Assentamento Libertação Camponesa – Ortigueira/PR

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

Figura 13 – Curso criação e certificação de pequenas agroindústrias de produtos de origem animal e vegetal no Colégio Estadual Izais Rafael no Assentamento Libertação Camponesa

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

g) Unidades demonstrativas (UD):

Visando a geração de novos conhecimentos, as UD serão realizadas através de implantação de áreas de produção agroecológica nas UPFs, com base em tecnologias sustentáveis, organizativas, gerenciais, coordenadas por profissionais de Ater ou pesquisadores e agricultores/as familiares. Estas unidades permitirão a observação, experimentação e reflexão coletiva sobre as questões tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais que envolvem todo agroecossistema local.

No Assentamento Libertação Camponesa foram implantadas oito Unidades demonstrativas em 2014. Sendo uma de Morango Orgânico, três de PRV, uma de maracujá orgânico, duas de produção de olerícolas agroecológicas, uma em sistema agroflorestal com frutas e árvores nativas e, uma unidade de sistema de produção de gado em agrosilvopastoril em 2015, um total de nove unidades demonstrativas (pesquisa de campo\2014 e 2015).

Figura 14 – Unidade demonstrativa de produção de Olerícolas agroecológicas. Assentamento Libertação Camponesa – Solange lote 06

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

Figura 15 – Implantação da Unidade Demonstrativa de produção de morango Orgânico – Assentamento Libertação Camponesa – José Lorenço

Fonte: Edite Prates Souza/2015.

Figura 16 – Implantação da Unidade Demonstrativa de produção de leite a pasto – Assentamento Libertação Camponesa – José Naves

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

h) Intercâmbios (IN):

Tem por objetivo garantir a socialização e a troca de conhecimentos das famílias em áreas com experiências e práticas produtivas, organizacionais e comerciais, bem como a prática extensionista, da Reforma Agrária e desenvolvimento rural.

Os intercâmbios devem ser realizados, preferencialmente, em áreas de produção de base familiar, em unidades de pesquisa ou em localidades que tenham desenvolvido experiências exitosas em condições semelhantes às vivenciadas pelos assentados e assentadas. Nesse contexto, foi discutida no seminário de planejamento a importância de se realizar intercâmbios em cooperativa de produção agropecuária, unidade de beneficiamento de derivados do leite, queijos e bebidas lácteas e experiências já estabelecidas de produção agroecológica. Entre esses três, foi atendido o intercâmbio nas áreas de experiências em produção agroecológica, realizado no ano de 2014, na fazenda do senhor Cláudio Vicente D´Agostini, localizada no município de Sabáudia/PR. Este intercâmbio possibilitou que as famílias passassem pelo processo de formação, e, ainda, pudessem observar as tecnologias de produção agroecológica. Essa atividade fez parte da programação da 21ª Expotécnica Municipal, conforme relatório da atividade (pesquisa de campo\2014).

A figura 16 revela um dos momentos do intercâmbio com a visita da experiência de mandala construída pelo agricultor. O momento foi marcado de discussões e observações das técnicas que compõem o sistema de produção em mandala. Além da alternativa de irrigação com uso de garrafas pets e cotonetes, a construção de canteiros com bambus, a produção de ervas medicinais e olerícolas e a construção de galinheiro utilizando palhas de coqueiros, neste caso a produção em mandala se torna um todo integrado da produção vegetal, animal e medicinal.

Em 2015 foram realizados dois intercâmbios. Um deles em uma propriedade na qual foi desenvolvido um sistema de produção de leite a pasto, no Assentamento Renascer da Serra, município de Tamara/PR. O outro intercâmbio foi realizado no município de Castro, em uma cooperativa de Leite (Agroleite) que desenvolve, também, tecnologias de produção de leite a pasto em sistema de piqueteamento, usando gramíneas como aveia e azevém. Assim, foram três intercâmbios realizados entre os anos de 2014 e 2015.

Figura 17 – Intercambio – sistema de produção em mandala. Tecnologias alternativas para produção de hortaliças, ervas medicinais e aves caipiras

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

i) Elaboração de projetos produtivos diversos (EP):

Esta meta tem como finalidade a elaboração de projetos técnicos individuais e coletivos a serem apresentados às instituições financeiras, órgãos governamentais e não governamentais e agências de cooperação, conforme demanda e necessidade das famílias e dos grupos.

j) Realização de reuniões técnicas de Ater (RT):

Considerada ferramenta estratégica nos serviços de Ater, as reuniões visa a troca de informações e conhecimentos, divulgação, sensibilização, planejamento, monitoramento, avaliação, tomada de decisões, articulação institucional e encaminhamentos relacionados a ações de organização produtiva, social, econômica, ambiental, da Reforma Agrária e de políticas públicas, que venham potencializar as ações internas das unidades produtivas, do assentamento e externas, municípios e territórios (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2014, p.17).

Pela forma como o assentamento está organizado em comunidades, a meta de reuniões para o assentamento Libertação Camponesa tem se revelado como importante espaço de articulação e mobilização das famílias em torno dos

problemas do cotidiano. As reuniões permitem que as famílias se reúnam por proximidade, dependendo do tema a ser discutido. É importante destacar que esta meta se caracteriza pela sua capacidade de mobilização das famílias do assentamento, já que muitas têm dificuldade de se deslocar até os centros de reuniões localizados na área comunitária, ou mesmo no colégio estadual, espaço muito utilizado pelas comunidades que estão mais próximas (Caderno de campo, 2014).

Figura 18 – Reunião – comunidade Cozinhador – Assentamento Libertação camponesa

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

Figura 19 – Reunião de liderança do assentamento libertação camponesa com prefeita de Ortigueira

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

k) Realização de dias de campo (DC):

São atividades coletivas que têm como objetivo promover a observação e discussão de inovações tecnológicas sustentáveis adaptadas às condições socioeconômicas e ambientais de uma unidade de produção familiar. Importante para a interação dialógica, a informação, a sensibilização, a demonstração, a divulgação e o contato inicial com inciativas de produção agroecológica e\ou orgânica. No planejamento 2014, foram planejados a realização de dois dias de campo, um em uma área de sistema de PRV – Pastoreio, Racional Voisin, e outro de práticas e manejo de bovinocultura leiteira. No entanto, somente foi realizado um, no próprio assentamento, em parceria com a secretaria de agricultura do município de Ortigueira, conforme relatório da atividade (pesquisa de campo\2014).

Figura 20 – Dia de campo sobre práticas e manejo de bovinocultura de leite com veterinário e assentados Davi, lote 198, assentamento Libertação Camponesa

Fonte: Edite Prates Souza/2014.

l) Execução de atividade complementar (AC):

São atividades não identificadas previamente no Projeto Básico relacionadas com a Reforma Agrária e/ou ao serviço de ATER. Porém, considera-se importantes no processo de desenvolvimento das ações de organização, de planejamento, e de articulação com o poder público local, com as entidades sociais representativas, as instituições de ensino e pesquisa, entre outras.

m) Realização de seminário de avaliação final (SE):

Tem como objetivo realizar a avaliação de todo processo de Ater, conforme planejamento inicial dos trabalhos. A dinâmica da avaliação se organiza em dois momentos: primeiro com todos envolvidos no projeto de Ater, INCRA/PR, entidade de Ater, profissionais e representantes dos assentamentos sorteados pelo INCRA; o segundo momento de avaliação é restrito aos funcionários públicos do INCRA, entidade de Ater e técnicos (as). Conforme relatório de campo, das 10 famílias sorteadas pelo INCRA/PR para representar as famílias do assentamento Libertação Camponesa, compareceram apenas seis no seminário de avaliação, realizado em outubro de 2014, conforme relatório do seminário (pesquisa de campo\2014).

n) Produção de material informativo ambiental (PMI):

Este relatório tem como objetivo fazer a sistematização de todas as ações, teóricas e práticas, relacionadas as questões de preservação e recuperação ambiental executadas pela Ater no Assentamento, devendo ser produzido semestralmente. No entanto, no Assentamento Libertação Camponesa só foi produzido um relatório ambiental, até o período desta pesquisa, conforme revela assistente social, responsável pela elaboração dos relatórios (ASSISTENTE SOCIAL, 2014). Apesar da sua importância, esta meta, conforme revela assistente social, deveria ser realizada pelos técnicos de campo: “eles têm as informações e estão todos os dias nos assentamentos, eu tenho que ficar pedindo, quase implorando para eles me enviarem os dados, relacionados às questões econômicas, sociais e ambientais” (ASSISTENTE SOCIAL, 2014).

Diante do exposto acima, em conversas com os dois técnicos que acompanham o assentamento, esta e uma meta que não condiz com a realidade. É um relatório que serve, apenas, para cumprir a meta da empresa de Ater, para prestar conta para o INCRA/PR. Ou seja, não gera um relatório que vamos ter como referência de pesquisa sobre os resultados gerados ou mesmo os impactos positivos e negativos destes serviços de Ater que está em processo de construção. Observa-se que conforme destacado pelos técnicos, o objetivo da meta e a sua execução não estão conexas com a realidade vivenciada, aqui se confirma o trabalho técnico para responder a demanda da burocracia e não de resultados concretos (TÉCNICO AGRÍCOLA 1, 2014).

o) Planejamento Participativo da Unidade de Produção Familiar (PP-UPF):

Tem como finalidade orientar o desenvolvimento dos sistemas de produção familiar com objetivo de fortalecer estratégias para os processos de comercialização, através da realização de estudo de mercado e estudos de viabilidade econômica, podendo ser direcionado a um ou mais produtos, assim como cadeias produtivas. Esse plano somente poderá ser desenvolvido em famílias que estiverem em processo de transição para produção agroecológica. Observa-se que esta meta foi inserida no planejamento da Ater do ano de 2015 (pesquisa de Campo\2015). No entanto, no Assentamento Libertação Camponesa não foi realizado nenhuma estudo até o momento, conforme relatório de atividade do seminário de planejamento e relato da técnica agropecuária (TÉCNICA AGROPECUÁRIA, 2014).

p) Diagnóstico dos assentamentos do contrato (DA):

Tem como objetivo fazer a sistematização de dados e acontecimentos relacionadas aos contextos da produção familiar, Reforma Agrária e desenvolvimento rural, com finalidade de subsidiar ações e planejamentos futuros de ATER. Poderá ser realizado mediante variados métodos qualitativos e quantitativos de levantamento de dados primários e secundários, ou ainda, através da combinação de outras atividades como, visita técnica, reunião, oficinas e outros. Os resultados deste diagnóstico, após concluído, deverá ser apresentado às famílias assentadas. Apesar de ter sido realizado no decorrer do ano de 2014, até o momento desta pesquisa, este diagnóstico ainda não foi apresentado para as famílias do Assentamento Libertação Camponesa, conforme revela técnica agropecuária (TÉCNICA AGROPECUÁRIA, 2014).

q) Estudos técnicos especializados (ETE):

Esta ação visa o desenvolvimento de pesquisas e estudos especializados, com objetivo de descrever fatos, acontecimentos e contextos relativos à produção familiar, Reforma Agrária e desenvolvimento rural, com objetivo de ampliar conhecimentos para subsidiar ações de ATER, incluindo estudos de risco agroclimático e potencial agropecuário. Os estudos deverão ser realizados nas UPF´s que utilizam-se de práticas de produção agroecológica, devendo ser aceita voluntariamente pela família. No assentamento Libertação Camponesa, até o momento, nenhuma família foi beneficiada com este estudo, conforme revela técnico agropecuário (TÉCNICA AGROPECUÁRIA, 2015).

Sob esta orientação teórica e metodológica da PNATER e incorporada na 3ª chamada pública de Ater do Paraná, o trabalho da assistência técnica na sua ação,

adotará alguns elementos que são fundamentais para garantir um outro modelo de desenvolvimento para o campo, com base em estratégias de transição para produção agroecológica.

Sabe-se que nem sempre colocamos na prática o que consta nas diretrizes da PNATER e no projeto básico para execução dos serviços de Ater. Observa-se que como linha orientadora dos trabalhos de campos, as metas estabelecidas na 3ª chamada pública de Ater no Paraná, descrita acima, significam uma conquista para os grupos sociais do campo, porém a realidade que vivenciamos no decorrer desta pesquisa se distancia do idealizado na PNATER. Como revela o senhor Celso Lacerda (2014), coordenador da equipe técnica da Fundação Terra, quando diz que o "modelo proposto de ATER, hoje, pelo atual Governo é importante, mas não é suficiente para promover a mudança de modelo tecnológico".

Esse parece ser um dos principais problemas do processo de extensão, trazer para o cotidiano do trabalho da Ater o idealizado num projeto que sustente a transição para a agroecologia. Tal situação fica evidente quando é feita uma pergunta ao servidor do INCRA/PR sobre o que, em sua opinião, estaria faltando para que o processo de transição para agroecologia realmente se efetivasse como matriz produtiva da agricultura familiar camponesa, o mesmo responde que: "estão faltando marcos legais para incentivar produtores a realmente mudarem sua forma de produzir e capacitar mais profissionais de Ater" (RODRIGUES, 2015).

Nesta mesma direção, a maioria dos profissionais quando perguntados sobre como são definidos os planos de trabalho da Ater nos assentamentos, responde que: "infelizmente a definição parte de instâncias superiores do governo sem muita conexão com a realidade dos produtores" (ASSISTENTE SOCIAL, 2014), ou que: "a metodologia usada é forçada ao engessamento burocrático" (TÉCNICA AGROPECUÁRIA, 2015).

Dessa forma, as exigências apresentadas nos marcos regulatórios dos trabalhos de Ater estabelecem que a prestação de conta das metas coletivas serão realizada através de relatórios de atividades e resultados obtidos, impresso e digital, bimestralmente, com dados e meios de verificação de todos os trabalhos realizados, objeto deste contrato. Após a disponibilização, estes relatórios e todas as informações resultantes destes serviços de extensão deverão ser inseridos em sistema eletrônico, conforme previsto na Lei nº 12.188/2010. Juntamente, é informada a identificação de cada beneficiário assistido contendo nome, qualificação

e endereço, descrição das atividades realizadas, horas trabalhadas para realização das atividades, período dedicado à execução do serviço contratado, dificuldades e obstáculos encontrados, se for o caso, resultados obtidos com a execução do serviço, o ateste do beneficiário assistido, preenchido por este, de próprio punho bem como outros dados e informações exigidos em regulamento do contrato se for o caso.

A falta de flexibilidade metodológica de execução destas metas se configura quando estabelecidas as orientações para sua aplicação, como a quantidade de atividades coletivas e individuais para atender as famílias, o tempo dedicado para cada uma, a exemplo disso, uma visita técnica deve-se registrar três horas, logo um técnico não poderá fazer mais que três visitas por família no dia. Para as oficinas, estão estabelecidas oito horas, com um registro mínimo de 15 participantes, ministrada por dois técnicos. Neste contexto:

> O fato de tudo estar amarrado em atestes e relatórios tira o foco do principal que seria o quanto aquela família melhorou na questão da água, do solo, da alimentação e não, somente, em quantas reuniões, intercâmbios ou visitas ela participou. (DAMBRÓS, 2015, p. 159)

Nesse sentido, a efetivação das metas estabelecidas, por mais inovadoras que sejam, têm enfrentado dificuldades de serem incorporadas na realidade objetiva dos assentamentos. Em especial, as metas que estabelecem uma ação prática de mudança na matriz produtiva, ou seja, passar da produção convencional à produção agroecológica ou orgânica. Mesmo com muitas dificuldades (principalmente contrapor o modelo de agricultura convencional), há momentos conjunturais do mercado que possibilitam incentivar as famílias a adotar a produção de base agroecológica, principalmente quando “o preço dos defensivos químicos sobem, o agricultor se obriga a procurar alternativa produtiva, nesses casos que a alternativa agroecológica com custo/benefício baixo se encaixa na produção” (TÉCNICA AGROPECUÁRIA, 2015).

Portanto, nesta caminhada, a construção de formas alternativas de se fazer agricultura deve ser concebida pelos profissionais como princípio ético no trabalho de extensão rural, que vai além das metas estabelecidas pelo projeto básico de Ater. Deve ser incorporado como filosofia de vida, como projeto da classe trabalhadora que resiste ao avanço do capital no campo, ou seja: “estamos ante a fronteira das mudanças, mas eles não serão um ‘acontecimento’ fruto do nada, senão que

dependem, sobretudo, da vontade dos indivíduos, de um ‘novo profissionalismo’” (CAPORAL, 2009, p.120).

Assim, percebemos durante a pesquisa, que deste conjunto de metas apresentadas, a maioria foi desenvolvida em 2014, e que em 2015 ocorreu um recuo nas ações de caráter mais formativo. Em particular as oficinas, bem como existem metas que ainda não foram incorporadas nos serviços de Ater no Assentamento Libertação Camponesa. Essas são questões importantes e acredita-se que deverão ser consideradas nos próximos planos de Ater nos anos seguintes no assentamento.

Dessa forma, podemos constatar que, as metas e metodologias traçadas na nova política pública de Ater e incorporadas na 3ª chamada pública de Ater do Paraná se estabelecem para além das condições estruturais existentes nos territórios beneficiados por ela, considerando a pouca estrutura operacional e ajustes institucionais para seu melhor desempenho. Dito isto, as metas se aparentam mais como intenções a serem perseguidas no processo de Ater do que algo estruturante, capaz de orientar uma avaliação do desempenho dos trabalhos de assistência técnica. Nesse sentido, é importante que a definição dos indicadores considere a realidade institucional e a realidade local, como também os desafios que os assentados (as) e agentes técnicos se imporão no processo de mudança de paradigma.

5.2 A incapacidade dos instrumentos para assegurar o idealizado

O contexto de pressão social aliado à intervenção do governo em descentralizar as ações do Estado, principalmente nas políticas públicas de cunho social, fez com que, em 1997, o governo (Fernando Henrique Cardoso) lançasse o projeto LUMIAR. A fim de descentralizar a prestação de assistência técnica para assentamentos da Reforma Agrária, cujo objetivo principal estava em viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturantes, inseridas de forma competitiva no processo de produção voltada para o mercado, integrado à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

Porém, os problemas apresentados na execução do projeto LUMIAR, como a instabilidade institucional que limitava a contratação de profissionais e especialistas qualificados, a estruturação física das prestadoras de serviços, bem como a garantia de continuidade dos trabalhos para os assentados, foram determinantes para que,

em junho de 2000, o projeto fosse extinto. Entre a finalização do LUMIAR e o lançamento da Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES)[28] houve uma lacuna de quatro anos na oferta institucional de serviços de Extensão Rural para os assentamentos de Reforma Agrária (DALBIANCO, 2010, p. 58).

Nesse contexto, a debilidade do espaço institucional em garantir o funcionamento das políticas públicas voltadas para agricultura familiar, assim como para o desenvolvimento do campo, tem sido considerado como um dos principais problemas para se alcançar as metas estabelecidas por estas políticas. Dentro de um quadro de limitações, no geral, não fica claro o que é necessário em termos de estruturas, mudanças e processos para sair de um estágio de desenvolvimento e alcançar um patamar com capacidade de gerar impacto sobre a realidade a ser transformada, pois:

> Observa-se que, mesmo quando as organizações tentam reorientar suas práticas, acabam reproduzindo os velhos modelos. Apegados a pacotes tecnológicos, talvez agora mais verdes, não se desvinculam dos métodos tradicionais, mesmo que estejam investindo recursos na capacitação de seus profissionais. Isso leva a crer que as entidades de Ater ainda carecem de uma gestão compatível com os novos desafios; faltam-lhes estratégias diferenciadas em sua forma de atuação junto ao público beneficiário, bem como uma nova visão do papel e do perfil dos extensionistas. (CAPORAL; RAMOS, 2006, p.5).

Foram justamente as preocupações com essas questões que instigaram a realização deste estudo, na tentativa de buscar respostas a partir de uma análise e compreensão do conceito de desenvolvimento no trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural nos assentamentos e, se esta seria suficiente para fazer as mudanças de paradigma. E ainda, quais deveriam ser as condições criadas para que os resultados das ações de Ater possam ter impactos positivos na dimensão do desenvolvimento social, econômico e ambiental, assim como na formação de competências e nas mudanças de comportamento dos agricultores a médio, curto e longo prazo? Para ajudar nesta reflexão, Caporal e Ramos (2006, p. 10) afirma que:

> Na lógica de qualificação da Ater, as estratégias de ação extensionista não podem mais estar centradas na assistência técnica individual. Devem ser privilegiadas as formas de atuação que envolvam comunidades ou grupos

[28] Somente em 2004, o Governo lança, através do INCRA e MDA, o Programa da ATES, exclusivo para atender os assentamentos da Reforma Agrária. Tendo como orientação a discussão que nortearam a formatação da PNATER, a formatação da ATES, buscou superar os problemas do LUMIAR e inovar na gestão e descentralização da extensão rural pública para os assentamentos. Essa nova política passou a se fundamentar numa nova institucionalidade para gestão desses serviços, associados à criação de uma nova modalidade de crédito – o PRONAF A (DALBIANCO, 2010, p. 59).

> de interesses, identificando e criando formas de um fazer-Ater que sejam inovadoras. (CAPORAL; RAMOS, 2006, p.10).

Nesse sentido, o estudo da extensão rural, no contexto de um país capitalista, exige que se descortine seu vínculo com o Estado e seu papel, enquanto instituição a serviço deste mesmo Estado, para que possa ser melhor entendido o caráter do extensionismo no Brasil. Certamente, quando falamos em Estado, estamos nos referindo ao Estado capitalista moderno, ou seja, não se trata do aparelho de representação e não se trata do governo. Aliás, como lembra Harnecker (apud CAPORAL, 1991 p.46):

> Toda pessoa ou grupo que se mova dentro das margens estreitas da ideologia dominante, em uma sociedade capitalista, tenderá a substituir o problema da natureza do Estado pelo das formas de governo, e deste modo, se oculta a natureza de classe do Estado que é problema essencial e decisivo. (HARNECKER, apud CAPORAL, 1991, p.46).

Nesta caminhada, o repensar da assistência técnica e extensão rural, em particular as direcionadas para os assentamentos de Reforma Agrária, com suas novas proposições de atuação, de filosofia, de objetivo, diretrizes e programas, não se completa no campo técnico/organizacional. O que pode ser observado na fala dos técnicos de Ater quando na pesquisa de campo perguntamos, como é definido o plano de trabalho da Ater para os assentamentos e suas intencionalidades no trabalho da extensão, este nos diz que:

> Em alguns momentos, pela forma burocrática em que nosso contrato se encaixa, sentimos certas dificuldades por estarmos engessados para desenvolvermos determinadas atividades que são de competência dos técnicos, mas que os fiscais acham que não seja de caráter importante. (MÉDICO VETERINÁRIO, 2014).

A fala acima nos afirma de forma clara que, apesar de importante, a inciativa do Estado em mudar o foco da assistência técnica e extensão rural, tem condicionantes burocráticas que geram limites na ação prática. Ou seja, a metodologia orientada leva ao engessamento dos profissionais que se encontram limitados para atender outras demandas das famílias, que não estão previstas no Projeto Básico. Para técnica agropecuária que presta serviço de assistência técnica para as famílias do assentamento pesquisado diz que: “Na medida do possível se busca ir além do que está proposto no projeto, busca-se deixar de fato resultados concretos, no entanto é barrado na burocracia impedindo uma maior evolução no trabalho” (TÉCNICA AGROPECUÁRIA, 2015).

Ao longo de nossa pesquisa, foi possível observar que os espaços de liberdade da ação dos (as) técnicos são insignificantes, limitados pelos marcos institucionais, que, por sua vez, atendem às demandas geradas pelo papel do Estado, nesta situação representado pelo INCRA, que é o gestor desta política de Ater, para os assentamentos de reforma agrária. Nestes termos, Barbosa diz que:

> Definir as estratégias não significa a garantia da sua implementação na prática. Fatores externos e internos devem ser percebidos a cada momento. […] Muitas vezes falta o aporte financeiro, as demandas e dinâmicas do dia a dia em campo tendem a levar ao ativismo, dificultando os processos de internalização da proposta pelas equipes. Ainda se corre o risco de a proposta e as estratégias virarem pacotes de caráter alternativo. (BARBOSA, 2009, p.50).

A análise acima deixa claro que as estratégias somente serão possíveis de ser realizadas se elas estiveram vinculadas com a realidade de cada local. É importante observar que a dinâmica de trabalho cotidiano poderá levar ao ativismo dos profissionais, reproduzindo nas ações os mesmo métodos da extensão rural convencional, porém com pacotes tecnológicos alternativos, dificultando na prática a internalização da intencionalidade da proposta pela equipe técnica de campo.

Para Borges (2012), é nessa situação de conflito, de reivindicações e de embate social, isto é, em situações de mudança, que os atores adotam suas estratégias de ação. No entanto, todo movimento de mudança está sujeito também ao seu inverso e as resistências surgem em oposição àqueles que de fato assumem os riscos da mudança. A possibilidade da criação de novas relações no espaço produtivo pode inserir os assentados nos caminhos de um processo diferenciado, calcado na sustentabilidade e apreensão crítica dos desenhos agroecológicos para a produção e comercialização locais. Assim:

> A consciência e preocupação com alimentação saudável, despertada por esse debate, passam a exigir novas habilidades e compromissos da Extensão Rural no apoio à construção de estilos de agricultura mais sustentáveis. O apoio à produção já não é mais suficiente. Haverá de se dar suporte e apoiar as famílias nos processos de inserção em mercados contemporâneos de consumidores que exigem, a cada dia, novas demandas, tanto em qualidade nutricional, apresentação, estética, garantia de sanidade, entre outras. (DAMBRÓS, 2015, p. 173).

Uma percepção sobre os limites enfrentados pela equipe técnica está em que, mesmo entre os profissionais que se creem livres para executar as metas, existem inúmeras exceções quando dizem que: o que foge à rotina das atividades estabelecidas deve ser discutido, é permitido executar os trabalhos normalmente, desde que estes estejam dentro das normas/diretrizes e as decisões devem ser

tomadas dentro das metas estabelecidas pelo INCRA/PR. Tal situação fica expressa quando na pesquisa de campo, os profissionais descrevem a rotina de trabalho nos assentamentos:

> Visitas técnicas individuais junto às famílias, atividades coletivas, como oficinas, reuniões, porém, parte do tempo somos obrigados a dedicar a burocracia exigida para comprovação da prestação de serviços da empresa. (TÉCNICO AGRÍCOLA 5, 2014).

O que se destaca nesta fala é uma listagem de metas já apresentadas nesta pesquisa. As metas estabelecidas para cada assentamento irá compor o planejamento de ação de cada profissional de Ater que, obrigatoriamente, deverá executar nos seus ambientes de trabalhos, em campo e no escritório, a elaboração de relatórios e lançamentos de atividades no Sistema Informatizado de Ater-SIATER.[29] No decorrer da pesquisa, pode-se observar a partir da vivência com os técnicos, que a particularidade de suas práticas cotidianas se dão a partir do calendário de atividades estabelecidas no plano de trabalho de cada profissional. Com objetivos de atingir resultados mais quantitativos do que qualitativos, exigidos pelo Projeto Básico de Ater e consequentemente, pela Fundação Terra, que precisa prestar conta destas metas para o INCRA/PR. Nesse contexto, Caporal (1991, p. 65), nos alerta quando diz que:

> As normas, diretrizes e orientações desempenham um duplo papel, ou seja: apresenta-se para o público interno e externo como “democráticas” e ao mesmo tempo, mantém mecanismos que limitam a prática do extensionista, fazendo com que ele execute sua ação dentro daquilo que for pré-estabelecido como desejável. (CAPORAL, 1991, p.65).

O autor nos chama atenção para pensar sobre a “nova” Ater, que traz na sua proposta um caráter democrático, pois prevê na sua construção um processo de participação de todos os envolvidos. Contudo, os instrumentos metodológicos disponibilizados limitam a prática dos técnicos que acabam apenas desenvolvendo um calendário de atividades já estabelecidas.

Levando em devida conta os limites e desafios com que se defronta a realização da assistência técnica e extensão rural com base nos princípios da agroecologia, destacamos que ao longo de nossa pesquisa, as visitas ao assentamento, as conversas com as famílias e técnicos, a participação nos seminários, cursos, oficinas, intercâmbios, reuniões e implantação de unidades

[29] E um sistema eletrônico disponível no portal do MDA, por meio do qual as entidades executoras de Ater, faça o lançamento do relatório de prestação de conta das atividades trimestralmente.

demonstrativas agroecológicas, nos permitiram desenvolver uma dinâmica de análise, observação, percepção da realidade, descobertas e aprendizados em cada um deste espaço vivenciados.

Cabe registrar as técnicas que foram observadas e registradas em caderno de campo, durante os trabalhos de campo, nas famílias pesquisadas como a produção em sistemas agroflorestal, as rotações de cultura, os usos de palhadas nas culturas de grãos e olerícolas, leguminosas para recuperação de áreas degradadas (mucuná preta, feijão de porco, lab lab, crotalária, e amendoim forrageiro, entre outros), o plantio direto, o usos de esterco de gado, carneiro e franco para adubação de solo áreas de pastagens, grãos e olerícolas.

Muito foi apreendido, resultado dos diálogos com as 30 famílias pesquisadas no Assentamento Libertação Camponesa, a vivência com os dois técnicos agropecuários que desenvolvem os trabalhos de assistência técnica no assentamento, foram horas e dias, em visitas às famílias e atividades coletivas já relatadas nos trabalhos de campo

Assim tem se constituído a vida de trabalho e esperança para as famílias no Assentamento Libertação Camponesa. Uma luta diária para se manter no território conquistado que com a produção diversificada, técnicas desenvolvidas por cada família em suas unidades de produção a partir do seu saber empírico ao longo destes anos, tem se transformado numa construção de experiências produtivas que se revelam como tecnologias de resistência, típicas da agricultura camponesa.

Entendemos que muitas questões ficarão em aberto sobre esta “nova” Ater em fase de construção e experimentação, assim como questões relacionadas à produção agroecológica, matriz tecnológica que deve orientar os trabalhos dos profissionais de Ater. Bem como o processo de transição das famílias assentadas em suas práticas e sistemas produtivos. São muitos os desafios, limites e potencialidades evidenciadas no território pesquisado, muitas já apresentadas nesta pesquisa, que acreditamos só o tempo poderá resolver.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, é importante considerar que a PNATER constitui um avanço para as organizações e movimentos sociais do campo, em particular para produção nos assentamentos de reforma agrária. Se se coloca como um marco institucional no que diz respeito às políticas voltadas para atender as demandas e diversidade das populações do campo, como assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.

Assim, a PNATER se caracteriza pelo rompimento com o modelo de assistência técnica e extensão rural baseado no difusionismo produtivista, caracterizado pela prática cartesiana e linear de difusão dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. E sobre esta imposição de regras do pacote tecnológico da classe dominante, potencializada no campo no pós-guerra, que abordamos na pesquisa a crítica sobre o velho modelo de extensão rural, sendo que é esta concepção histórica que deve ser superada na proposta na PNATER.

Neste processo de espacialização do capital na agricultura, fica evidenciada a divisão de classe: de um lado as forças hegemônicas do capitalismo agrário representado pelo agronegócio, e de outro os trabalhadores que expropriados dos meios de produção, buscam em suas diferentes formas de luta e resistência, constituir alternativas que garantam sua permanência no campo.

Mesmo consciente de que essas politicas públicas da nova assistência técnica e extensão rural, alicerçadas na agroecologia, operam em um território adverso, grifado pelas forças políticas e socioeconômicas antagônicas do capitalismo no campo, tem-se constituído no cotidiano da vida dos assentamentos experiências exitosas, numa perspectiva de trilhar um caminho na construção de processos de experimentação com foco na agroecologia, mesmo que incipiente vem-se constituindo como contraponto à agricultura convencional.

Assim, o processo de construção de resistências, evidenciado no Assentamento Libertação Camponesa, se revela nas pequenas experiências de produção baseadas em tecnologias sustentáveis desenvolvidas ao longo dos anos pelas famílias, que mesmo sem um processo de formação e capacitação às

temáticas que compõem as tecnologias agroecológicas, foram desenvolvendo experimento e constituindo em suas unidades produtivas um agroecossistema integrado e sustentável.

Porém, no percurso da pesquisa, notou-se uma lacuna na formação e capacitação em agroecologia dos profissionais de Ater, assim como dificuldade de concepção teórica e metodológica, fundamentais para estimular estas experiências agroecológicas e conter as resistências existentes entre as próprias famílias assentadas, bem como agentes externos executores de políticas públicas que se somam às ações da Ater.

Acreditamos que a opção pela produção agroecológica e demais objetivos da Ater incorporam um conjunto de conceitos e orientação prática que não vão de encontro com a formação dos profissionais técnicos, bem como das instituições de Ater. Desta forma, ter agroecologia como alternativa não é suficiente, é necessário ter consistência teórica para dialogar com a realidade e com metodologia apropriada, superando as adversidades do contexto numa perspectiva de construir junto às famílias um processo de transição para agroecologia.

A debilidade do espaço institucional em garantir o funcionamento das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, assim como para o desenvolvimento do campo com base nos princípios da agroecologia, tem sido considerado como um dos principais entraves para se alcançar as metas estabelecidas por estas políticas. Dentro de um cenário que evidencia um processo de terceirização[30] dos serviços públicos de Ater, nos quais observa-se diferenças burocráticas, entre as instituições oficiais, onde há garantia de infraestrutura, investimentos, salários e cobertura de grande parte dos custos necessários, estes com subsídios do orçamento estatal, ao contrario do que ocorre com as organizações e empresas de prestação de serviços públicos de Ater, que na sua maioria tem que garantir por conta própria os custos iniciais dos contratos.

Podemos destacar então que, as diretrizes e objetivos traçados na nova política pública de Ater, se estabelecem para além das condições estruturais existente nos territórios beneficiados por ela, caracterizado pela pouca estrutura

[30] A terceirização ou locação de serviços na Administração Pública, atualmente é disciplinada pela Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública). Constitui-se numa das formas pela qual o Estado busca parceria com o setor privado para a realização de suas atividades. Por meio dela, atividades de apoio ou meramente instrumentais à prestação do serviço público são repassadas para empresas privadas especializadas, a fim de que o ente público possa melhor desempenhar suas competências institucionais (SILVA, 2011, p. 99).

operacional e ajustes institucionais para seu melhor desempenho. Assim, o conjunto de metas de Ater aparenta mais como intenções a serem perseguidas do que algo estruturante capaz de orientar uma avaliação do desempenho dos trabalhos de uma nova assistência técnica e extensão rural para os assentamentos.

Assim, o desenho burocrático e metodológico do processo de construção desta nova Ater nas ações técnicas de campo, condicionada ao cumprimento de metas, e elaboração de relatórios técnicos, tem reduzido a capacidade da equipe de Ater ir além do plano já estabelecido nas chamadas públicas de Ater. Com isso, a corrida é para cumprir metas e não resultados a médio, curto e longo prazo. Observa-se nesta concepção nova da PNATER, uma institucionalidade carregada de vícios do velho modelo de extensão rural, dentre as quais destacamos as visitas e treinamentos.

No decorrer da realização da pesquisa verificou-se nos depoimentos da coordenação dos serviços de Ater, em particular da Fundação Terra e INCRA/PR, fragilidades que apontam limites no processo de implantação dos serviços de assistência técnica. Ficou claro que mesmo com a opção pela proposta agroecológica, ainda existe muita carência no que concerne às questões institucionais em estabelecer ferramentas metodológicas e aprofundamento teórico sobre esta temática. Nesse contexto, apesar da importância desse processo em construção, na realidade, a agroecologia tem se mantido apenas no campo de orientações e discursos generalizado.

Aqui se destaca as unidades de transição agroecológica que, apesar de sua importância, não passa de uma meta estabelecida no plano de ação do INCRA, ou seja, do ponto de vista da transição agroecológica, desenvolver uma experiência em uma unidade produtiva, sem considerar todo agroecossistema da unidade de produção e seu entorno, deixa claro a incoerência com os princípios éticos da agroecologia.

Esta investigação também encontrou no assentamento problemas de ordem econômica, social e ambiental, que tem contribuído para desestimular as famílias frente à agricultura como importante centro da produção de alimentos e geração de renda no campo. Pode-se constatar que muitos destes problemas estão diretamente relacionados às questões de desiquilíbrio ambiental, como incidências de pragas e doenças na produção, assim como secas e geadas que têm se agravado nos últimos anos. Dessa forma, os conhecimentos tradicionais dos agricultores tem-se

mostrado insuficientes para enfrentar estas condicionantes, umas causadas pelo modelo convencional de produção e outros pelas condições climáticas, consequência do modelo de desenvolvimento do capital para o campo.

Em concordância com todo o exposto, o modelo convencional apresentou-se como saída para muitas famílias assentadas, que não conseguindo dar respostas imediatas para os problemas de sua produção agrícola, encontrou no pacote tecnológico da agricultura moderna artificializada a solução, uma verdadeira corrida, rumo a dependência do mercado externo e, consequentemente, a perda de autonomia dos sistema produtivos. Consideramos que a curto prazo estas famílias obtenham respostas imediatas, em particular no controle de doenças e pragas com o uso de agrotóxicos, seja na intensificação de usos de adubos nas lavouras e usos de sementes melhoradas, principalmente de milho e soja. Para tanto, numa perspectiva de longo prazo, o caminho escolhido poderá trazer consequências graves, como a dependência do mercado externo de insumos agropecuários, elevação de custos de produção, a contaminação do meio ambiente e das pessoas, perda da biodiversidade, considerando ainda nesse processo, um forte risco de venda e abandono da terra.

Por outro lado, a constituição de áreas de produção agroecológica, assim como as experiências protagonizadas pelas famílias e incentivadas pelos técnicos, se constituem como potencialidades inovadoras para o desenvolvimento social e econômico das famílias assentadas. Pois, o princípio para se desenvolver se orienta em uma dinâmica de equilíbrio e convivência harmoniosa com a natureza. A partir dessa perspectiva, estes processos de agroecologia em movimento podem ser configurados como potencialidade para o desenvolvimento do campo, em especial o Assentamento Libertação Camponesa.

Por isso, a construção de um novo paradigma de extensão baseada em um modelo agroecológico para agricultura exige uma dinâmica diferenciada de ações, seja nas políticas públicas que se somam a esta política de Ater, seja na construção de uma agricultura baseada no modelo agroecológico. A Agroecologia, devido às suas premissas, necessita de um novo perfil profissional, que além de conhecimentos sobre esta temática, o técnico(a) deverá ter conhecimentos metodológicos, humanistas e, antes de tudo, um compromisso social com um novo projeto de desenvolvimento para o campo.

Nesse contexto, este novo enfoque da assistência técnica e extensão rural na busca da construção da proposta agroecológica pode levar a equívocos graves por parte destes profissionais de desenvolvimento. Pois, se estes não estiverem amparados metodologicamente podem ocorrer apenas uma troca de técnicas e receitas, em vez de uma ação transformadora de assimilação da agricultura, tanto no sistema de produção convencional quanto no agroecológico. Considerando ainda que, a pura difusão de tecnologias já se mostrou insuficiente como prática da extensão rural.

Portanto, buscamos entender no decorrer desta pesquisa as concepções das famílias assentadas, instituições de ATER como a Fundação Terra, os profissionais de ATER que desenvolvem os trabalhos de assistência técnica para famílias, o INCRA/PR e, por fim, as lideranças do MST e Via campesina que têm pautado no governo uma concepção de assistência técnica que seja capaz de desenvolver ações inovadoras para fomentar uma outra matriz de produção nos territórios dos assentamentos. No entanto, conforme reconhece Stédile (2002) em seu depoimento “não podemos generalizar a análise, é preciso entender as diferenças desta ação nas regiões onde o capital melhor se utilizou desta ferramenta que é a extensão para expandir o modelo agroexportador”.

Portanto, considera-se que os avanços da nova PNATER ainda são periféricos, pois carecem de mudanças na sua formatação burocrática e metodológica, considerando que o processo em marcha precisa mais do que um plano de metas estabelecidas nas chamadas públicas de Ater. Ou seja, as estratégias e metodologias capazes de potencializar as ações e experiências práticas locais, em um movimento de construção de alternativas abrangentes de trabalho, de vida que rompam com a lógica de desenvolvimento predador do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ. **A história que a extensão rural conta:** ACARPA - 25 anos de extensão rural. Curitiba, 1981.

ALMEIDA, J. A. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura:** ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2009.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera,** n. 16, ano 13, Presidente Prudente, jan./jun. 2010.

ALTIERI, M. **Agroecologia:** Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ALVES, Raimundo. **Entrevista V.** [nov. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

AMORIM, Romaldo Ribeiro. **Entrevista XVII.** [jun. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

ANDRADES, T. O. et al. Revolução verde e a apropriação Capitalista. **CES-Revista,** v. 21 Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <http://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/default.php?sec=anteriores&edicao=2007>. Acesso em: 14 ago. 2015.

ARL, V. et al. **Da extensão rural à construção social do conhecimento:** um desafio para o desenvolvimento local sustentável. 1. ed. Laranjeiras do Sul: Ed. UFFS, 2015. 556 p.

ASSISTENTE SOCIAL. **Entrevista XII.** [abr. 2014]. Entrevistador Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Anual.** v. 47. Brasília, 2011. p. 1-224. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2011/rel2011p.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2014.

BARBOSA, G. A. **Agroecologia:** Um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BARTRA, A. V. **Os Novos Camponeses:** leituras a partir do México profundo. Tradução de Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2011.

BOGO, A. **Identidade e luta de classe.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BONFIM, Pedro da Silva. **Entrevista XXII.** [jun. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

BORGES, J. L. Movimentos sociais e sustentabilidade: os desafios da extensão rural agroecológica em assentamentos de reforma agrária. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.** v.17, n.1, p. 203-230, São Paulo, jan./jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (documento referência) **2ª Conferência Nacional de ATER**. Ater, agroecologia e alimentos saudáveis. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha Plano Safra da Agricultura Familiar.** Brasília, 2012\2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Inaugurada Usina Hidrelétrica de Mauá (PR).** Brasília, 2012a. Disponível em: http://www.pac.gov.br/noticia/09038404. Acesso em: 31 mai. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Conferencia Temática de ATER para Reforma Agrária e Agroecologia**. Brasília, 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (Cartilha) **Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural** - ATER para Reforma Agrária e Agroecologia. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132 p. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2015.

CALDART, R. S. **Caminhos para transformação da escola:** Reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. A. de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Questões paradigmáticas da construção de um projeto político de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

CAMPOS, C. S. S. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, set. 2006. p. 146-162.

CAPORAL F. R. **A extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CAPORAL F. R. et al. **Agroecologia:** uma ciência do campo da complexidade. MDA/EMATER-RS. Brasília, 2004. 111p.

CAPORAL F. R. Agroecologia e Extensão Rural. In. THEODORO, H. S. **Agroecologia:** Um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia:** Temas sobre o desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf> Acesso em: 10 fev. 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: ETGES, V. E. (Org.). **Desenvolvimento rural:** potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001. p. 19-52. Disponível: em <http://www.pvnocampo.com>. Acesso em: 24 mai. 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.1, n.1, p. 16-37, jan./mar. 2003. Disponível em: <http://www.projetovidanocampo.com.br>. Acesso em: 23 mai. 2014.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, F. L. **Da extensão rural convencional para o desenvolvimento sustentável:** enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, 2006. Disponível em: <http://agroeco.org>. Acesso em: 23 mai. 2014.

CARNEIRO, S. L. **Metodologia integrativa de extensão rural na região de Londrina-PR**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação “lato sensu” em Administração Pública para Gestores do Sistema Estadual de Agricultura) Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

CARVALHO, H. M. et al. Agricultura Camponesa. In: CALDART, S. R. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CRUZ, José Lima. **Entrevista IX.** [jun. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

DALBIANCO, V. P. **A construção de uma extensão rural diferenciada para famílias assentadas:** O programa da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) no RS. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

DAL BOSCO, Vanderlei. **Entrevista IV.** [nov. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

DAMBRÓS, O. et al. **Da extensão rural à construção social do conhecimento:** um desafio para o desenvolvimento local sustentável. 1. ed. Laranjeiras do Sul: UFFS, 2015. 556 p.

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela Terra no Paraná:** relatório 2013. Marechal Cândido Rondon: Geolutas, 2014. 42 p.

Declaração de NYÉLÉNI. **Foro Mundial por la soberania Alimentaria.** Nyéléni, Selingue, Malí. 28 de febrero de 2007.

DELGADO, N. G. Residência Agrária. In: CALDART, S. R. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

DUTRA, Zerilda**. Entrevista X**. [jun. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

ELIZABETE, Maria. **Entrevista VIII.** [jun. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

EMATER-PARANÁ. **Atos constitutivos da Emater-Paraná.** Curitiba, 1989. 21p.

FABRINI, J. E. **A cooperação agrícola nos assentamentos:** uma proposta política. 2007. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/.../10177/8954.> Acesso em: 14 ago. 2015.

FABRINI, J. E. Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta/PR. **Revista NERA.** Presidente Prudente, Ano 15, n. 21. jul-dez./2012. p.33-49 Disponível em: <revista.fct.unesp.br No 21 (15)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

FAJARDO, S. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia - revista online.** v. 9, n. 26 Jun/2008 p.31–44. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 03 nov. 2015.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil.** São Paulo: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. et al. (Org). **Lutas camponesas contemporâneas, dilemas e conquistas:** a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FERNANDES, B. M. Questão Agraria: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In. BUAINAIN, A. M (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2005.

FERRARI, E. et al. **PRONAF Agroecologia:** sistematização de uma experiência desenvolvida na Zona da Mata de Minas Gerais. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Minas Gerais, 2007.

FRANÇA, C. G. de. et al. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf. Acesso em: 27 fev. 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, S. E. et al. Desenvolvimento e produção: a caminho da sustentabilidade – **II Jornada Científica do IFMT** – Campos de Juína, 2013.

GARCIA, H. M. et al. PRONERA. **Ferramenta de mudança socioambiental nas áreas de assentamento.** 2015. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/livro_reforma_agraria_e_meio_ambiente/parte_4_3_pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

GODOY, Cleusa Aparecida. **Entrevista VII.** [jun. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

GUBUR, P. M. D. Residência Agrária. In: CALDART, S. R. et al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, G. M. **Sobre a evolução e o conceito do campesinato.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUZMÁN, E. S. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** Tradução de Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança.** 6. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, SR(09)/PR. **Projeto básico de ater** nº 022/2014 vinculado ao contrato CRT/PR n. 253.000/13, para execução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Aural – Ater pelo período de novembro de 2014 a novembro de 2015. Curitiba, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, **Terceira chamada pública de Ater** – edital nº: 01/2013, processo, Processo:

54200.000649/2013-26. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agrária/assistencia-tecnica/parana-sr-09/chamadas-publica-servicos-de-ater>. Acesso em: 15 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006:** resultados preliminares. Disponível em<www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de Domicílios (Pnad).** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.homeq/estatisiticapopulação,/trabalhorendimento/penad2009/Pnad_brasil_2009.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

KLABIM, Resumo Público. **Plano de Manejo Florestal 2014.** Telêmaco Borba, 2014. Disponível em: <www.klabin.com.br/mediabase/Resumo_PR_Web.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

LACERDA, Celso. **Entrevista II.** [dez. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Paraná, 2015. Enviado roteiro de campo por email.

LEITE, S. D. Residência Agrária. In: CALDART, S. R. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MACHADO, P. C. L. As necessidades humanas, os saberes, a utopia: a agroecologia, os cerrados e sua proteção. In: SAUER, S.; BALESTRO, V. M. (Org.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MACHADO, P. C. L; MACHADO FILHO, P. C. L. **A dialética da Agroecologia.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MARTINS, Lorival. **Entrevista XI.** [jun. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. v. 3 (tomo I e II): O processo global da produção capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉDICO VETERINÁRIO. **Entrevista XX.** [abr. 2014]. Entrevistador Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

MELO, A. N. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa vilas rurais no norte do Paraná. **Revista Geografia em Atos.** Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.1, jan./jun. 2011, p. 58-76, 2011.

MENDES, B. R**. Agroecologia:** Um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MICHELOTTI, F. Residência Agrária. In: CALDART, S. R. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MOREIRA, R. J. **Terra, Poder e Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MORTARI, E. J. **Relatório Final de Estágio Supervisionado.** Submetido à Supervisão de Estágios, como requisito parcial para aprovação na disciplina de nome equivalente do curso de Engenharia de Produção. UNIPLAC. Lages, 2012. Cópia xerografada.

NETO, P. J. **Uma introdução ao estudo do método de Marx.** Brasília: CFESS/ABEPESS, 2009.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: CALDART, S. R. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

NORDER, L. A. C. Questão agrária: agroecologia e desenvolvimento territorial. **Revista Lutas & Resistência.** n. 1, Londrina, Midiograf, 2006. p.107-120.

OLÉIAS, Floriano. **Entrevista XVIII.** [jun. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. IN: Carlos, A. F. A (Org.). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. Renda da Terra. **Orientação.** n. 5, p. 94-95, IGEOG/USP, São Paulo, 1984.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 2, maio/ago., 1999.

OLIVEIRA, P. C. F. Extensão rural: “a cara do governo no campo”. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 67-78, dez. 2011. Semestral. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 14 dez. 2014.

PAULINO, E. T. Geografia Agrária e Questão Agrária. In. FERNANDES, B. M. (Org.) **Geografia Agrária:** Teoria e Poder. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PAULINO, E. T. et al. A natureza da Economia camponesa: divergências e convergências. In. PAULINO, E. T. **Terra e Território:** a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Projeto Básico Ambiental. **Plano de Recuperação do Assentamento Libertação Camponesa.** Ortigueira/PR- Bloco II. Curitiba – maio/2013.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil –** uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília 2008. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/senado/institucional/orgaosenado?codorgao=49/ textos_discussao.htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.

PEREIRA, B. de C. M. Revolução Verde. In: CALDART, R. S. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

PERES, M. C. A. P. **A implantação do plano de desenvolvimento agrícola no município de Pitangueiras, PR e seus efeitos ambientais**. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronomia) Universidade Estadual de Londrina, Londrina , 2008.

PERONDI, A. M. Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza: novos atributos a multifuncionalidade. **Anais...** II Encontro Anual da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade) Campinas, 2004.

PETERSEN, P. Introdução. Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. **Cadernos do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: ANA, 2007.

PICCIN, M. B. et al. Relações de poder e limites dos serviços de Ates em Assentamentos Rurais. **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, v.19, n. 1, Jan – Jun., 2012.

PLATA, L. E. A. A nova assistência técnica e extensão rural brasileira. **Revista Perspectiva em Gestão, Educação & Tecnologia,** v.1, n.1, janeiro-junho/2012. Disponível em: <http://www.fatecitapetininga.edu.br/perspectiva/pdf/artigo01_2.pdf>. Acesso em: 03 Nov. 2015.

POULANTZAS, N. **Poder politico e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRIORI, A. **O levante dos posseiros:** a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá/PR: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (Org.) **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RIGOTO, R. M. Residência Agrária. In: CALDART, S. R. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

ROCHA, Roseli. **Entrevista XIX.** [jun. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

RODRIGUES, Rogério. **Entrevista III.** [set. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Paraná, 2015. Enviado roteiro de campo por email. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

ROSS, D. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da “Reforma Agrária” brasileira. **GeoGraphos.** [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de enero de 2013, v. 4, n. 31, p. 1-18. [ISSN: 2173- 1276] [DL: A 371-2013] [DOI: 10.14198/GEOGRA 2013.4.31].

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo:** Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS. M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, A. C. Residência Agrária. In: CALDART, S. R. et al. (org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

SAUER S.; BALESTRO, V. M. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEPULCRI, O. **Estratégias e trajetórias institucionais da empresa de assitencia técnica e extensão rural do Paraná (EMATER)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal do Paraná, Curitiba , 2005.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: “o social” na transição agroecológica. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. **Emater/RS**, v.3, n.3, p.38-48, Porto Alegre, jul./set. 2002.

SILVIA, P. P. Terceirização nos serviços públicos. **Rev. TST,** Brasília, v. 77, n. 1, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/22336>. Acesso em: 03 nov. 2015.

SOUZA, Bertim Rodrigues. **Entrevista VI.** [jun. 2014]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

STEDILE, J. P. (Org.) **A questão Agrária do Brasil:** Debate sobre a situação e expectativa da reforma agrária na década de 2000. v. 8. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STEDILE, J. P. (Org.) **A Questão Agrária Hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

STEDILE, J. P. (Org.) **A Questão Agrária no Brasil.** O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro. **Entrevista I.** [jul. 2015]. Entrevistadora: Edite Prates Souza. Paraná, 2015. Enviado roteiro de campo por email.

TAFFAREL, Z. C. et al. Residência Agrária. In: CALDART, S. R. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

TAVARES, H. M. Primórdios da Extensão Rural Paranaense. **Extensão em foco.** Curitiba/PR, UFPR, v. 6, p. 63-73, 2012.

TÉCNICA AGROPECUÁRIA. **Entrevista XXIII.** [fev. 2015]. Entrevistador Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

TÉCNICO AGRÍCOLA 1. **Entrevista XIII.** [abr. 2014]. Entrevistador Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.
TÉCNICO AGRÍCOLA 2. **Entrevista XIV.** [abr. 2014]. Entrevistador Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

TÉCNICO AGRÍCOLA 3. **Entrevista XV.** [abr. 2014]. Entrevistador Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

TÉCNICO AGRÍCOLA 4. **Entrevista XVI.** [abr. 2014]. Entrevistador Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

TÉCNICO AGRÍCOLA 5. **Entrevista XXI.** [abr. 2014]. Entrevistador Edite Prates Souza. Ortigueira, 2014. Caderno de campo.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina, In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 139 – 160.

THEODORO, S. H. et al. Incorporação dos princípios agroecológicos pela extensão rural brasileira: um caminho possível para alcançar o desenvolvimento sustentável. In: THEODORO S. H. et al. **Agroecologia:** um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

TYGEL, A. F. et al. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo. **Revista Agriculturas**. v. 11 – n. 4, AS-PTA, 2014.

WALLIS, V. Para Além do “capitalismo verde”. In: GALVÃO, A. et al. **Capitalismo:** Crises e Resistências. São Paulo: Expressões, 2012.

WEID, J. M. Caderno Financiamento da Transição Agroecológica. **Articulação Nacional de Agroecologia.** Grupo de trabalho Financiamento da Transição

Agroecológica. Julho de 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_arquivos/caderno_financiamentos_51.pdf.>. Acesso em: 25 fev. 2016.

WELCH, C. A. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

XAVIER, U. **Terra, Sujeitos e Condição Agrária.** Fortaleza: Imprensa Universitária–UFC, 2007.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS COM A COORDENAÇÃO TÉCNICA DE ATER – INCRA-PR

Rogério Rodrigues, Perito Federal Agrário, setembro de 2014[31].

1) Como você descreveria o papel histórico da extensão rural no Estado do Paraná, e sua função na difusão do pacote tecnológico da “Revolução Verde” na agricultura familiar camponesa?
Teve seus pontos positivos e negativos: Positivos: trouxe aumento de produtividade, aumento na capacitação de algumas famílias. Negativos: Aumento da dependência por insumos externos; aumento no Custo de Produção; desestímulo a preservação do patrimônio genético da Agricultura Familiar; Incentivo a degradação ambiental.

2) Qual o Papel da Assistência técnica hoje, para os assentamentos do Estado do Paraná?
Implantar um sistema de produção sustentável, voltado a agroecologia, a produção com baixo impacto ambiental e a redução de custos de produção com redução da dependência de insumos externos da propriedade.

3) O desenho pensado para Ater hoje, estabelecido na Politica da PNATER e suficiente para impulsionar uma outra matriz produtiva que possa vim contrapor o modelo de produção do agronegócio?
Sim. A forma de produção do agronegócio é diferente da Agricultura familiar. O agronegócio trabalha com escala de produção, enquanto a Agricultura familiar deve focar na produção com alto valor agregado e redução de gastos visando maiores lucros e com preservação ambiental. O problema ocorre quando produtores familiar querem implantar em suas propriedades o modelo do agronegócio... não é sustentável.

4) Como você, avalia o papel do INCRA como gestor desta politica pública de Ater para os assentamentos da Reforma Agrária?

[31] Transcrição da entrevista na íntegra autorizada para publicação.

Sou suspeito para falar, pois sou responsável por levar essa política as famílias assentadas do Paraná. No entanto, vejo que o sem a atuação do INCRA talvez poucas famílias teriam acesso a Ater.

5) Na sua opinião o que estar faltando, para que o processo de transição da agroecologia realmente se efetive como matriz produtiva da agricultura familiar camponesa?

Estão faltando marcos legais para incentivar produtores a realmente mudarem sua forma de produzir e capacitar mais profissionais de Ater.

6) Quais os principais, avanços e limites você destacaria desta chamada publica de ATER, no Paraná? Principalmente sobre o formato/desenho desta chamada publica.

Avanços: Universalização da Ater à Reforma Agrária no Paraná

Limites: Pouca disponibilidade de tempo para estudar um formato ideal de Ater.

7) Qual o programa de formação/capacitação para produção agroecológica do INCRA/PR para as equipes de Ater hoje no Paraná?

Está em fase de construção, mas ainda não há nada concreto.

8) Como gestor desta politica de Ater, você considera que as equipes técnicas estão preparadas para construir o processo de transição para agroecológica?

(sim) ou (não). Se não o que falta.

Não. Falta capacitação específica a maioria dos agentes de ater.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO TÉCNICA DE ATER – FUNDAÇÃO TERRA

Celso Lacerda, dezembro de 2014[32].

1) Como você descreveria o papel histórico da extensão rural no Estado do Paraná, e sua função na difusão do pacote tecnológico da “Revolução Verde” na agricultura familiar camponesa?

Resumidamente, no Estado do Paraná, na década de 80 e 90 a assistência técnica esteve muito presente ao agricultor familiar, e os assentados se inserem nesta categoria, por meio de Cooperativas, mas principalmente pela assistência técnica oficial, via Emater. Ocorre que o principal objetivo deste serviço era melhorar a produtividade das culturas produzidas à época, fundamentalmente inserindo novas tecnologias de nutrição, controle de pragas e doenças e manejos animal e vegetal.

De fato isso aumentou a produtividade destas culturas, mas promoveu o êxodo rural, a concentração de terras e desmatamento e danos ambientais. Isso porque cada vez mais o produtor, neste modelo tecnológico, tem suas margens de lucro reduzidas por um alto custo de produção, lastreados numa quantidade cada vez maior de insumos externos. Consequentemente, obrigatoriamente precisa ter uma escala muito grande de produção para se viabilizar economicamente. O que não é o caso dos agricultores familiares.

Neste contexto, vimos o ápice da reforma agrária no Paraná, na década de 90, contrapondo a um aumento da concentração da terra, além de um crescimento na “venda de lotes” nos assentamentos, que diga-se de passagem, foi maldosamente usado por aqueles que eram contrários à política de distribuição de terras, alegando ser uma prática ultrapassada, constituída por um público desqualificado. Onde na realidade, além destes assentamentos serem completamente desprovidos de infraestrutura, o que não oferecia as mínimas condições de moradia nestes ambientes, os assentados insistiam na produção de commodities, estimulados inclusive pela assistência técnica, o que levou muitos assentados à falência. A primeira atitude do assentado quando se inviabilizava era o de arrendar sua parcela e a segunda é a de vende-la. Lamentavelmente isso acontecia sem que o assentado

[32] Transcrição da entrevista na íntegra autorizada para publicação.

tivesse conhecimento que o motivo de sua inviabilidade nada mais era do que adotar um modelo tecnológico incompatível ao seu tamanho.
A partir de meados da década de 90 a organização dos assentados MST, através de seus quadros e tendo o diagnóstico correto, começou a exigir do Estado brasileiro uma assistência técnica que não se preocupasse apenas com produtividade, mas sim com o desenvolvimento da família, seja no aspecto econômico, mas também social e ambiental. Diante disso, conseguiu do Governo do Estado, parceria que permitiu um inicio de trabalho, ainda incipiente, pois eram apenas oito técnicos e terminou no final da década com 28 (Projeto Lumiar, do Governo Federal). Esse trabalho permitiu que experiências em agricultura orgânica e agroecologia se multiplicasse.

2) Na sua opinião, qual o papel da Assistência técnica hoje para os assentamentos do Estado do Paraná?
A ATER desempenha hoje, um papel fundamental no desenvolvimento dos assentamentos no Estado do Paraná. Isso ocorre por algumas peculiaridades locais, que é o fato de existir entidades prestadoras deste serviço com experiência e compromisso com este público e consciência dos técnicos do Incra local da necessidade de se implementar um modelo tecnológico sustentável. Isso no médio e longo prazo trará bons resultados.

3) Em sua opinião, o desenho pensado para Ater hoje, defendida principalmente pelos órgãos do governo como o MDA/INCRA, e suficiente para impulsionar uma outra matriz produtiva que possa vim contrapor o modelo de produção do agronegócio?
O modelo proposto de ATER, hoje, pelo atual Governo é importante, mas não é suficiente para promover a mudança de modelo tecnológico. A grosso modo, para alcançarmos este objetivo é necessário primeiramente que a pesquisa produza tecnologias, já que temos muitos gargalos tecnológicos na produção da agroecologia e agricultura orgânica. É fundamental, também, que técnicos sejam formados com esta concepção tecnológica, sendo que o que vemos hoje são as escolas de nível médio e superior da área agropecuária absolutamente a serviço de trasnacionais da área, ensinando apenas o que interessa à estas grandes corporações. Por último então, a ATER se encarrega de difundir estas tecnologias sustentáveis.

4) Como você avalia o papel do INCRA como gestor desta politica publica de Ater para os assentamentos?

O Incra, como gestor da política de Reforma Agrária, deveria ser a nível nacional o percursor de uma ATER transformadora, mas não é. Não é porque a Autarquia avalia os serviços de ATER quantitativamente e não qualitativamente, ou seja, a preocupação é fornecer o serviço ao maior número possível de famílias sob sua tutela sem se importar que tipo de serviço está sendo prestado. Daí fica a cargo da formação é consciência de cada gestor, regionalmente. Como exemplo dessa discrepância, podemos citar o Paraná, que pela iniciativa de alguns técnicos, a chamada pública de ATER direciona os serviços para a agroecologia e agricultura orgânica, comparado com o Estado do Mato Grossa, onde o Incra fez uma parceria com a ATER Estadual e seus técnicos foram para os assentamentos incentivar os assentados a produzir soja transgênica e criar gado de corte.

5) Na sua opinião o que estar faltando, para que o processo de transição da agroecologia realmente se efetive como matriz produtiva da agricultura familiar camponesa?

Depende fundamentalmente de investimentos públicos. Nenhuma empresa privada, que visa lucro, vai investir e difundir uma tecnologia que recicla insumos no próprio imóvel. É óbvio que ela vai fazer de tudo para convencer o produtor a utilizar seus produtos. É exatamente o que ocorre hoje, por falta das entidades públicas de pesquisa, ensino e extensão se empenharem num modelo tecnológico sustentável, do ponto de vista sócio econômico e ambiental, as grandes corporações tomaram conta deste tripé (pesquisa, ensino e extensão), utilizando inclusive recursos públicos, como os da Embrapa, Universidades Federais e Estaduais e as Ematers, para engordar seus lucros.

Ocorre, que hoje, apesar dos avanços, eles são muito tímidos, pois as autoridades do setor não tem este entendimento, ou seja, todos(as) são a favor da agroecologia, mas com uma visão romântica, de que é bom para o “coitadinho do produtor” explorar um nicho de mercado e não como uma tecnologia massiva e transformadora. Por isso os investimentos são na mesma proporção, minguados.

6) Quais os principais, avanços e limites você destacaria desta chamada publica de ATER, no Paraná? Principalmente sobre o formato/desenho da chamada publica.

Na região Sul de modo geral o avanço é superior ao restante do país, mas ainda não é o suficiente .Especificamente no Paraná, o principal avanço é o fato de a chamada pública, praticamente “obrigar” as prestadoras a prestarem um serviço na área da agroecologia e agricultura orgânica. Outro aspecto importante é o fato de que os assentados exercem um protagonismo de controle muito importante através de sua organização política, o MST.

O ponto negativo é o período de transição que os convênios/contratos de ATER estão passando. Até basicamente há um ano atrás a relação que as prestadoras tinham com o Incra era por meio da modalidade de convênio, passando agora, por força da legislação, a ser através de contrato fruto de chamada pública que é uma forma de licitação. Isso trouxe mudanças bastante significativas, como a forma de prestação de contas e pagamento pelos serviços. Ainda o Incra e as prestadoras estão passando por um período de adaptação a este novo modelo, o que vem causando transtornos e lentidão para se atingir os objetivos.

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM DIRIGENTE DO MST E VIA CAMPESINA

João Pedro Stédile, julho de 2015[33].

1) Como você descreveria o papel histórico da extensão rural no BRASIL, e sua função na difusão do pacote tecnológico da “Revolução Verde” na agricultura camponesa?

Acho que é difícil generalizar o papel da extensão rural para todo Brasil. Acho que no sul do país, ela teve um papel preponderante se utilizando a metodologia trazida dos ESTADOS UNIDOS na montagem do sistema ABCAR, que organizou um sistema eficiente de chegar a todos os agricultores familiares, aos camponeses, e transmitir a eles, técnicas de aumento de produtividade, eficientes, porem muito vinculadas a difusão de insumos químicos, seja de fertilizantes, seja dos agrotóxicos. E também na indução do uso generalizado das maquinas agrícolas. Já no sudeste e nordeste, acho que a extensão rural não conseguiu ter influencia sobre os agricultores camponeses. E talvez ai esteja uma das razoes da resistência maior dos agricultores que moram nessas regiões, que desenvolveram métodos alternativas de convivência com a seca, de resistência na produção de alimentos, de acordo com as necessidades de sua subsistência mais voltados ao mercado local.

Já no sul, os sistema de extensão foi também fundamental para implementação do modelo de integração subordinado dos pequenos agricultores ao sistema de agroindústria das grandes empresas, do Fumo, do leite, das aves, e dos suínos.

2) Quais os desafio e dificuldades os camponeses teriam que superar para alcançar a uma matriz de produção que possa contrapor o modo de produção atual.

Existem muitos desafios a serem superados. O Primeiro deles é nos termos uma retaguarda do serviço de extensão rural e Assistência técnica, com profissionais de agronomia e veterinária, que realmente pudessem desenvolver as técnicas de agroecologia e fazer a transição. Nós precisaríamos formar milhares novos profissionais para poder atender aos 4 milhões de agricultores camponeses que existem no Brasil.

[33] Transcrição da entrevista na íntegra autorizada para publicação.

Segundo, o governo precisaria garantir incentivos tanto para a produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, quanto mercado institucional, que garanta aos agricultores que eles terão quem compre. Terceiro, precisaríamos organizar um sistema de fomento da produção, com incentivos de todo tipo, desde ATER, com financiamento específico, e garantia de compra. Quarto, precisamos desenvolver maquinas e ferramentas adequadas das unidades de produção camponesas, que possam desenvolver técnicas de aumento da produtividade da área e do trabalho, sem uso de venenos, e sem uso de grandes maquinas. Quinto, desenvolver um programa de difusão de pequenas agroindústrias cooperativadas por todo pais, para garantir também o beneficiamento dos produtos agroecológicos e poder transporta-los a longas distancias. Sexto, um amplo trabalho de conscientização nas cidades, alertando ao povo em geral sobre os perigos para a saúde publica, do consumo de alimentos contaminados por agrotóxicos. Sétimo, garantir a aplicação do código de consumidor, para que se coloque em todos os rótulos e gondolas de supermercados o aviso aos consumidores dos produtos agrícolas que tem veneno e que são transgênicos. Oitavo, aplicar imediatas restrições ao uso de agrotóxicos em toda agricultura, pois muitas vezes os fazendeiros usam e afetam seus vizinhos camponeses.

3) Quais são as estratégias hoje pensadas pelos movimentos sociais do campo para superação do paradigma do agronegócio.

É uma estratégia de longo prazo, aonde temos que enfrentar os desafios apontados a cima, pressionar o governo, para que faça a sua parte, e ao mesmo desenvolver um trabalho de conscientização e organização dos trabalhadores, que vai construindo as alternativas viáveis.

Isso vai desde formar novos profissionais, de técnicos a nível superior. Desenvolver um trabalho de fomento permanente entre os agricultores. Desenvolver um trabalho permanente com as crianças, adolescentes e professores em todas as escolas do campo.

E difundir cada vez mais as técnicas agroecológicas entre os agricultores.

Denunciar para a população da cidade, os perigos e consequências para a saúde das pessoas e o meio ambiente do uso de agrotóxicos na agricultura.

Usar todos os meios de comunicação possíveis para esse trabalho.

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIOS EQUIPE TÉCNICA DE ATER

1) Qual a sua opinião sobre o trabalho da ATER, para os nos assentamentos? Como foi receptividade das famílias ao serviço de Ater?

2) Como é definido o plano de trabalho da ater para os assentamentos.

3) Há uma intencionalidade no trabalho de extensão, ou os técnicos apenas executam as demandas do projeto técnico do INCRA?

4) Descreva a rotina de trabalho desenvolvida no cotidiano do trabalho nos assentamentos.

5) Há envolvimento do técnico para além da orientação técnica (econômico, produtivo) da vida cotidiana do assentamento, se sim em que situações acontecem.

6) Há dificuldade em desenvolver os trabalhos de assessoria técnica? Em que situações enfrentam estas dificuldades. Nas orientações técnica individual ou coletiva? E porque?

7) Como profissional da extensão, você se considera um defensor da produção agroecológica?

8) Qual sistema de produção existe nos assentamentos que acompanha?

9) Quais as ações têm desenvolvidos na sua área de atuação, que tenha fortalecido a transição para a produção agroecológica nos assentamentos. E como é a receptividade das famílias.

10) Das famílias que tem acompanhado, quantas desenvolvem um sistema de produção agroecológico e quantas ainda mantem no modelo de produção convencional.

11) Você acredita que Ater neste modelo defendido pelas organizações sociais, junto aos órgãos do Governo MDA e INCRA, a partir dos princípios da PNATER seja uma alternativa para implantar nos assentamentos o contraponto ao modelo do agronegócio a agroecologia.

12) Descreva a importância do papel dos técnicos como agentes de desenvolvimento local e intermediador de um projeto alternativo para agricultura, tendo em vista as atividades realizadas no projeto de Ater.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIOS FAMÍLIAS PESQUISADAS – ASSENTAMENTO LIBERTAÇÃO CAMPONESA

I. identificação da família

Nome: _____

Localização. _____

II. Território - infraestrutura social do assentamento

Qual a forma predominante de organização da comunidade? ( ) Lotes/Parcelas.

A forma predominante de organização das moradias é: ( ) Agrovila ( ) lotes individuais ou ( ) ambas formas

Estruturas existentes na comunidade:

( ) campo de futebol ( ) igreja ( ) sede associação/cooperativa ( ) pavilhão para festas/reuniões ( ) ginásio esportivo ( ) escola de ensino fundamental ou ensino médio ( ) Ponto de cultura ( ) Posto de saúde. ( ) Outra: _____

Existe serviço de energia elétrica? ( ) Sim ( ) Não

Qual a forma predominante de moradia? ( ) Alvenaria ( ) Madeira ( ) Outros

Quais as principais fontes de abastecimento de água?

( ) Açude/represa ( ) Caminhão Pipa ( ) Poço Artesiano ( ) Rio ( ) minas\Nascente,

( ) Cisterna ( ) Abastecimento Público ( ) Outros- cacimba.

De onde vêm os medicamentos utilizados pela família?

( ) plantas medicinais ( ) farmácia Convencional ( ) hospital ( ) No posto Programa Saúde da Família ( ) Outros _____

A comunidade está inserida dentro de um Território da Cidadania? Qual?

A comunidade tem acessado recursos e projetos do Território da Cidadania? Se sim, quais as políticas públicas implantadas? Quando foi implantado?

A comunidade possui representante no Conselho do Território da Cidadania?

( ) Sim ( ) Não

As informações e decisões tomadas pelo Conselho Gestor dos Territórios da Cidadania são de conhecimento das famílias ou de seus representantes (coordenação, direção)? ( ) Sim ( ) Não

III. Produção e renda da unidade de produção familiar

Quais as DUAS principais fontes de renda da família?

( ) Produção agrícola ( )Trabalho fora da comunidade ( ) Benefício Social Previdenciário (aposentadoria, pensão, auxilio maternidade, auxilio doença, etc), ( ) Benefício da Assistência Social (bolsa família, auxilio natalidade, minha casa minha vida. ( )Outros

Quais as principais culturas agropecuárias desenvolvidas na unidade de produção familiar?

Quais são os principais produtos comercializados pela família?

Formas de comercialização da produção:

( ) Venda direta ao consumidor ( )Atravessador ( ) PAA ( ) PNAE ( ) Cooperativa ( ) Agroindústria/empresa integrada( )Outras, quais?

Quais são os principais problemas enfrentados na comercialização: ( ) logística (Estradas e transporte) ( )Preço do produto ( ) custo de produção ( ) Planejamento Outros:_____

Principais problemas enfrentados na produção: ( ) Condições Climáticas (chuva/seca) ( ) Condições da terra/relevo ( ) Falta crédito ( ) Falta de apoio governamental ( ) falta de perspectiva de mercado ( ) Outros: _____

Há algum tipo de processamento da produção? ( ) Não ( ) Sim, qual:

Nas políticas públicas de comercialização da produção (PAA e PNAE, entre outras) quem articula e organiza? ( ) Movimento social ( ) Prefeitura ( ) Associação famílias ( ) Sindicato ( ) ONG ( ) Cooperativa

Quais dificuldades da família para acessarem crédito agropecuário?

IV. Produção agroecológica

Qual sua concepção sobre a produção agroecologia e /ou orgânica?

Utiliza adubação? ( ) Não ( ) Sim, de que tipo? () Orgânica-

Quais tipos de agrotóxico utilizam? ( ) Herbicida ( ) Fungicida ( ) Inseticida ( ) Outros:

Houve algum caso de intoxicação ou doença por contato com agrotóxico na família? ( ) Sim ( ) Não.

V. Extensão rural

A equipe de assistência é multidisciplinar? Você já teve contato com toda a equipe?
A família participa das atividades promovidas pela equipe técnica no Assentamento?
Se (sim) quais, se lembra dos temas discutidos?
Já participou de alguma atividade promovida pela equipe técnica sobre agroecologia? Oficina, curso, dia de campo, intercâmbio e Unidade demonstrativa agroecológica.
Em sua opinião qual e o papel da assistência técnica nos assentamentos?